UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

"Emprego, Indústria e Condição de Exportação: a Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Brasil de 2002 a 2008"

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico**, área de concentração: **Economia Social e do Trabalho**, sob a orientação do **Prof. Claudio Salvadori Dedecca.**

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Cassiano José Bezerra Marques Trovão**, em **13/12/2010** e orientada pelo **Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca.***

CPG, 13/12/2010.

Campinas, 2010

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

T758e

Trovão, Cassiano José Bezerra Marques.
Emprego, indústria e condição de exportação: a evolução do mercado de trabalho formal no Brasil de 2002 a 2008/ Cassiano José Bezerra Marques Trovão. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientador: Claudio Salvadori Dedecca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Mercado de trabalho. 2. Indústria. 3. Exportação. I. Dedecca, Claudio Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

11-022-BIE

Título em Inglês: Employment, industry and export condition: the evolution of the formal labor market in Brazil from 2002 to 2008
Keywords: Labor market ; Industry ; Exports
Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora: Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca
Prof. Dr. Julio Sérgio Gomes de Almeida
Prof. Dr. João Luiz Maurity Saboia
Data da defesa: 13-12-2010
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: **Cassiano José Bezerra Marques Trovão**

"Emprego, Indústria e Condição de Exportação: a Evolução do Mercado de Trabalho Formal no Brasil de 2002 a 2008"

Defendida em 13 / 12 / 2010

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Julio Sérgio Gomes de Almeida
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. João Luiz Maurity Saboia
UFRJ

À minha Mãe

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar meus agradecimentos a minha mãe, mulher de fibra e de caráter, que me deu suporte e me ensinou os verdadeiros valores da vida ética e moral, com muito amor e dedicação infinitos. Agradeço também pela participação constante em minha vida, garantindo sempre a busca pelos caminhos corretos.

A meus avós Doralice e Marcos, por garantir minha formação moral e espiritual, bem como por todo o carinho e amor me dedicado.

A meu pai José pelos grandes ensinamentos e apoio em todos os momentos de minha vida, além de meus familiares, que me proporcionaram grandes alegrias.

A minha querida amiga e verdadeira companheira Juliana, por me mostrar que o mundo é muito mais bonito e feliz do que se imagina.

Ao meu orientador Claudio Salvadori Dedecca pela paciência e dedicação de me orientar durante toda a minha carreira acadêmica até o presente momento. Agradeço ao amigo de inúmeras discussões, que me presenteou com excelentes conselhos, indispensáveis para a elaboração e conclusão desse estudo.

Aos professores Júlio Gomes de Almeida e João Sabóia pelos excelentes comentários e pelo interesse em avaliar meu esforço na defesa dessa dissertação. Agradeço também ao professor Carlos Pacheco pelas ideias apresentadas na qualificação desse trabalho.

Por fim, agradeço a meus amigos José Tadeu e Leonardo Flauzino pelo companheirismo e pelas inúmeras risadas nos churrascos em nossa república. A todos os amigos de graduação e de pós-graduação pelos debates e pelos momentos excepcionalmente felizes que me proporcionaram.

RESUMO

O Brasil dos anos 2000 apresentou uma situação favorável do ponto de vista do crescimento econômico, da atividade industrial, das exportações e, principalmente, do emprego formal e da renda nacional.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo é analisar a evolução do emprego formal na indústria brasileira entre 2002 e 2008, por meio de uma comparação entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

Pretende-se avaliar se o crescimento do emprego se traduziu em melhorias para o mercado de trabalho formal industrial brasileiro, isto é, se o aumento do número de postos de trabalho foi acompanhado por uma alteração do perfil do emprego, sob as óticas: salarial, ocupacional, educacional e da estabilidade.

Palavras-Chave: Emprego industrial, Condição de exportação, Mercado de trabalho formal

ABSTRACT

In the 2000's, Brazil presented a positive situation in several standpoints, namely economic growth, industrial activities, exports and, especially, formal employment and national income.

Having these said, the goal of this study is to analyze the evolution of employment in the Brazilian industrial formal labor market between 2002 and 2008, through a comparison between exporting and non-exporting establishments.

It is intended to assess whether the employment growth has resulted in improvements to the formal labor market in the Brazilian manufacturing economy, that is, whether the increased number of jobs was accompanied by a changing profile of employment, under salaries, occupation, education and stability.

Keywords: Industrial Employment, Export Condition, Formal Labor Market

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1.1 - Indicadores Macroeconômicos (2000 a 2008)..... 17

Tabela 1.2 - Crescimento e composição do PIB segundo a ótica da demanda (Brasil, 2000 a 2008)..... 18

Tabela 1.3 - Contribuição ao crescimento do PIB segundo a ótica da demanda (Brasil, 2000 a 2008) 19

Tabela 1.4 - Crescimento e composição do PIB segundo a ótica da oferta (Brasil, 2000 a 2008)..... 22

Tabela 1.5 - Taxas médias anuais de crescimento de preços (Brasil, 2000 a 2008) 25

Tabela 1.6 - Balanço de Pagamentos em US$ milhões (Brasil, 2000 a 2008)..... 26

Tabela 1.7 - Indicadores de endividamento e de solvência externa em US$ milhões (Brasil, 2000 a 2008)..... 27

Tabela 1.8 - Índices da taxa de câmbio efetiva real para exportações (2005 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 28

Tabela 1.9 - Índice de preço e quantum das exportações segundo fator agregado (2000 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 29

Tabela 1.10 - Índice de preço e quantum das exportações e importações (2000 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 30

Tabela 1.11 - Exportações por fator agregado em US$ milhões (Brasil, 2000 a 2008)..... 32

Tabela 1.12 - Evolução das exportações por categorias da atividade econômica em US$ milhões (2000 = 1000) (Brasil, 2000 a 2008)..... 34

Tabela 1.13 - Evolução das exportações brasileiras segundo tamanho dos estabelecimentos (2000 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 35

Tabela 1.14 - Evolução das exportações brasileiras segundo as grandes Regiões Geográficas (2000 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 35

Tabela 1.15 - Evolução das importações por categoria de uso em US$ milhões (2000 = 100) (Brasil, 2000 a 2008)..... 38

Tabela 1.16 - Composição das importações por categoria de uso em US$ milhões (Brasil, 2000 a 2008)..... 39

Tabela 1.17 - Taxa média anual de crescimento da indústria (Brasil, 2000 a 2008)..... 41

Tabela 1.18 - Utilização da Capacidade Instalada na indústria (UCI) em porcentagem - média ponderada da economia brasileira (Brasil, 2000 a 2008)..... 42

Tabela 2.1 - Evolução da participação do emprego industrial segundo condição de exportação e porte de estabelecimento (Brasil, 2002 a 2008)..... 59

Tabela 2.2 - Taxa Média anual de crescimento do número de estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e setor de atividade (Brasil, 2002 a 2008)..... 60

Tabela 2.3 - Taxa de crescimento do número médio de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e setor de atividade (Brasil, 2002 a 2008)..... 65

Tabela 2.4 - Indicadores de rotatividade por tempo de duração do contrato para estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 a 2008)..... 71

Tabela 2.5 - Evolução da composição do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e grau de escolaridade (Brasil, 2002, 2005 e 2008)..... 73

Tabela 2.6 - Evolução da participação do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e sexo (Brasil, 2002 - 2008)..... 76

Tabela 2.7 - Evolução da participação do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e cor/raça (Brasil, 2002 - 2008)..... 77

Tabela 2.8 - Evolução da participação regional dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 80

Tabela 2.9 - Crescimento e participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais (Brasil, 2002 - 2008)..... 91

Tabela 2.10 - Evolução de indicadores de remuneração dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais (Brasil, 2002 - 2008)..... 92

Tabela 2.11 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo níveis de escolaridade e grupamentos ocupacionais (Brasil, 2003 - 2008)..... 94

Tabela 3.1 - Participação e crescimento do número de ocupados formais com perfil intermediário na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação (2003 = 100) (Brasil, 2003 - 2008)..... 104

Tabela 3.2 - Índice de crescimento dos ocupados formais com perfil intermediário na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e porte de estabelecimento (2003 = 100) (Brasil, 2003 - 2008)..... 105

Tabela 3.3 - Evolução da participação dos ocupados formais com perfil intermediário na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo principais setores e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 107

Tabela 3.4 - Evolução da participação dos ocupados formais com perfil intermediário na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação e regiões geográficas (Brasil, 2003 - 2008)..... 109

Tabela 3.5 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo nível de escolaridade, grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 113

Tabela 3.6 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo sexo, grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 114

Tabela 3.7 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo cor/raça, grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008) 116

Tabela 3.8 - Taxa de rotatividade dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e principais grupamentos ocupacionais (Brasil, 2003 - 2008) 118

Tabela 3.9 - Evolução do tempo médio de vínculo, em meses, dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 119

Tabela 3.10 - Evolução de indicadores de rotatividade para os ocupados formais com perfil intermediário na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 121

Tabela 3.11 - Evolução de indicadores de rotatividade para os ocupados formais de baixo perfil na hierarquia ocupacional, segundo condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 122

Tabela 3.12 - Evolução dos rendimentos médios reais dos ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 124

Tabela 3.13 - Relação entre os rendimentos médios dos ocupados formais em estabelecimentos industriais e o total da indústria, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 125

Tabela 3.14 - Evolução da participação na massa de rendimentos dos ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 127

Gráficos

Gráfico 1.1 - Contribuição da indústria ao crescimento do PIB no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%) (Brasil, 2000 – 2009)..... 23

Gráfico 1.2 - Evolução das taxas básicas de juros (Brasil, 2000 - 2008)..... 25

Gráfico 1.3 - Índices Regionais de Volume de Exportação do Agronegócio (Brasil, 2000 - 2008)..... 36

Gráfico 1.4 - Índice da produção industrial série dessazonalizada (base: média de 2002 = 100) (Brasil, 2000 - 2010)..... 40

Gráfico 1.5 - Evolução do estoque de ocupados formais com vínculo ativo em 31/12 por setor de atividade (2000 = 100) (Brasil, 2000 - 2008)..... 45

Gráfico 1.6 - Evolução da massa salarial real dos ocupados formais por setor de atividade (2000 = 100) (Brasil, 2000 - 2008)..... 46

Gráfico 1.7 - Evolução do total dos ocupados assalariados da indústria (jan 2001 = 100) (Brasil, 2000 - 2010)..... 47

Gráfico 1.8 - Evolução do estoque de ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 49

Gráfico 2.1 - Taxa média anual de crescimento do número de estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e porte (Brasil 2002 - 2008)..... 57

Gráfico 2.2 - Evolução do tamanho médio dos estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil 2002 - 2008)..... 58

Gráfico 2.3 - Evolução do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (2002 = 100) (Brasil, 2002 - 2008)..... 64

Gráfico 2.4 - Evolução da taxa anual de rotatividade do emprego formal em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 69

Gráfico 2.5 - Evolução do rendimento médio real dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (2002 = 100) (Brasil, 2002 - 2008)..... 82

Gráfico 2.6 - Evolução dos diferenciais salariais dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Média da indústria = 100) (Brasil, 2002 - 2008) 83

Gráfico 2.7 - Evolução do rendimento mediano real dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 84

Gráfico 2.8 - Evolução da massa de renda real dos ocupados em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 85

Gráfico 2.9 - Evolução tempo médio de vínculo, em meses, dos ocupados em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2002 - 2008)..... 86

Gráfico 2.10 - Evolução do tempo de vínculo, em meses, dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais (Brasil, 2002 – 2008)..... 95

Quadros

Quadro 2.1 - Composição dos grupamentos de acordo com as principais ocupações dos trabalhadores formais em estabelecimentos industriais (Brasil, 2008)..... 89

Quadro 3.1 - Participação dos grupamentos ocupacionais na geração de emprego formal em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Brasil, 2003 - 2008)..... 102

Quadro 3.2 - Relação das quinze ocupações de maior crescimento do número de empregos, participação no crescimento e posição na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais (Brasil, 2003/2008)..... 103

Sumário

Introdução 1

Capítulo 1 – As transformações socioeconômicas do Brasil na primeira década do Século XXI 7
1.1 A evolução econômica Brasileira: uma análise dos principais indicadores 16
1.2 A dinâmica de crescimento do emprego formal nos anos 2000 43

Capítulo 2 – Características gerais da evolução do emprego industrial no mercado de trabalho formal, Brasil 2002 – 2008 51
2.1 Definições Metodológicas 52
2.2 A evolução do setor industrial e do porte de seus estabelecimentos no Brasil 55
2.3 Composição setorial dos estabelecimentos industriais 60
2.4 A Geração de emprego formal na Indústria brasileira, 2002 – 2008 63
2.5 Evolução do emprego industrial sob a ótica setorial 65
2.6 Rotatividade no setor industrial brasileiro, 2002 - 2008 68
2.7 Indicadores de estabilidade contratual na indústria brasileira entre 2002 e 2008 70
2.8 Evolução do emprego segundo características pessoais 72
2.9 A evolução do emprego industrial sob a ótica regional 78
2.10 Evolução de indicadores de renda e estabilidade 81
2.11 Metodologia e resultados preliminares sobre a evolução do perfil e da estrutura ocupacional 87

Capítulo 3 – As mudanças ocorridas no perfil ocupacional do setor industrial brasileiro: uma análise comparativa entre estabelecimentos exportadores e não exportadores no Brasil de 2003 a 2008 99
3.1 Participação e crescimento dos grupamentos ocupacionais na indústria brasileira entre 2003 e 2008 101
3.2 A evolução do perfil ocupacional nos diferentes tamanhos de estabelecimentos 104
3.3 A evolução do perfil ocupacional sob a ótica setorial 106
3.4 A evolução do perfil ocupacional sob a ótica regional 108
3.5 Características pessoais e a evolução do perfil ocupacional dos trabalhadores da indústria entre 2003 e 2008 111
3.6 Rotatividade, estabilidade e padrão de contratação na indústria entre 2003 e 2008 117
3.7 A evolução dos rendimentos dos trabalhadores na indústria 123

Conclusão 129

Referências Bibliográficas 137

Apêndice Metodológico 143
Análise de agrupamentos: metodologia e aplicação para um estudo do emprego industrial no Brasil do século XXI 143

Introdução

O Brasil da primeira década do século XXI caracterizou-se como um país capaz de manter um crescimento sustentado do produto, especialmente a partir de 2004, com baixos níveis de inflação, aumentando sensivelmente o volume de emprego e melhorando a situação do mercado de trabalho e da condição de vida da sociedade.

Os anos 2000 podem ser divididos em quatro momentos distintos: o primeiro, que se estende de 2000 a 2004, foi marcado por uma forte participação do setor exportador como elemento dinamizador do crescimento econômico; o segundo, de 2005 ao terceiro trimestre de 2008, destacou-se pela presença marcante do Estado, que assumiu um papel importante de motor do crescimento econômico, direcionando e impulsionando o mercado interno; o terceiro, que se estende do final de 2008 a 2009, diz respeito ao período de maior dificuldade para a economia brasileira, pois o país sofreu com a eclosão de uma crise econômica e financeira internacional e sua repercussão negativa sobre a atividade econômica e a sociedade; por fim, o ano de 2010 aparece como o período de recuperação do produto, aproximadamente 7% de crescimento do PIB, e do emprego.

Os primeiros anos da década de 2000 foram marcados por uma forte presença do setor exportador na composição do produto nacional. Nos anos subsequentes, em especial a partir de 2004, a dinâmica econômica e a ação do Estado alteraram essa característica. A evolução da atividade econômica passou a ser puxada pelo mercado interno de massas, cujos principais elementos de dinamismo foram as elevações: do consumo das famílias, dos investimentos produtivos, do crédito ao consumidor e às empresas e dos níveis de emprego e renda.

A partir do final de 2008, com a repercussão da crise internacional, o país diminui drasticamente seu ritmo de crescimento que ficou próximo de zero em 2009. A saída dessa situação só se deu em 2010, quando o país apresentou sinais de recuperação de sua atividade econômica e voltou a gerar empregos.

No período de 2000 a 2008, o Brasil teve um forte crescimento do emprego, em especial aquele de caráter formal. Um dos principais fatores que colaboraram para essa evolução favorável ao mercado de trabalho formal foi a recuperação da atividade industrial. Dos mais de

10 milhões de empregos formais gerados, aproximadamente 30% foi responsabilidade da indústria, que se mostrou como uma fonte importante de geração de postos de trabalho.

Nesse sentido, esse setor aparece como um elemento relevante tanto para a dinâmica econômica geral, em que se observa uma evolução significativa da atividade industrial e do aumento da capacidade produtiva da indústria nacional, quanto para as alterações positivas no âmbito do mercado de trabalho, em especial pela elevação do número de postos de trabalho com inserção formal nesse mercado.

Duas observações devem ser feitas a respeito desse cenário. Primeiro, destaca-se o importante papel do comércio externo para a dinâmica de crescimento do produto nacional no início da década. Segundo, deve ficar evidente a mudança no rumo do crescimento a partir de 2004, quando o mercado interno passa a assumir o papel principal nessa dinâmica.

Apesar de haver uma mudança no elemento que dinamiza a atividade econômica, o setor externo continuou mostrando-se como um pilar importante para a sustentação da expansão do produto durante o período, pois as exportações brasileiras mantiveram um ritmo de crescimento acelerado.

A partir dessas observações, destaca-se que o objetivo central deste trabalho é analisar a evolução do emprego industrial formal, por meio de um estudo comparativo entre estabelecimentos ligados ao comércio internacional, isto é, aqueles que exportaram algum tipo de produto ou serviço, e aqueles ligados ao comércio interno, que não exportaram e destinaram sua produção de bens e serviços à venda no mercado nacional.

A análise do emprego e das questões associadas a esse tema restringiu-se ao período de 2002 a 2008 por dois fatores: o primeiro, de caráter técnico, refere-se ao fato de a série de dados sobre estabelecimentos exportadores estar disponível somente a partir de 2002; e o segundo diz respeito ao estudo de um período que compreende um momento de transição no padrão de crescimento, sem interferência da crise econômica e financeira internacional do final de 2008. Assim, não se pretende analisar a repercussão da crise nem a recuperação da economia brasileira no período posterior.[1]

Como destacado, o setor exportador da economia brasileira aparece como uma fonte importante de dinamismo econômico e, por consequência, de geração de novos postos de trabalho

[1] A análise dos impactos da crise sobre o emprego industrial formal depende da divulgação das novas bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da relação de informações sobre estabelecimentos exportadores da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), ainda indisponíveis.

formal; no entanto, deve-se entender e qualificar sua evolução apontando as principais diferenças entre os distintos tipos de estabelecimentos industriais, segundo sua condição de exportação.

As informações de vínculo empregatício foram extraídas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e foram cruzadas com as informações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para se identificar os diferentes tipos de estabelecimentos.

Os pesos relevantes da indústria e do setor exportador da economia brasileira para o crescimento econômico e para a geração de emprego na primeira década dos anos 2000 justificam a necessidade de se entender a evolução e a dinâmica desses setores, sob as óticas do emprego e da renda. Nesse período, a ampliação do nível de emprego mostrou-se relativamente maior nos estabelecimentos industriais exportadores.

O perfil do emprego em estabelecimentos exportadores mostrou-se relativamente mais favorável. Seus trabalhadores apresentaram melhores indicadores educacionais, salariais e de estabilidade. Isto indica que o crescimento do emprego nos exportadores representa um incremento na qualidade do emprego industrial.

O que se pretende mostrar é a significativa diferença estrutural em termos de perfil do emprego entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Apesar de o crescimento econômico favorecer o emprego em estabelecimentos não exportadores a partir de 2004, esse quadro não se alterou.

Entretanto, assume-se que tanto o mercado doméstico quanto o mercado externo são importantes. Ambos apresentam-se como elementos fundamentais para a geração de emprego. Sabe-se da grande importância do mercado doméstico e de sua representatividade na geração de novos postos de trabalho; portanto, apesar da lenta diminuição desse caráter desigual do perfil do emprego entre exportadores e não exportadores, há a possibilidade de se alterar esse quadro a partir de um crescimento econômico elevado e sustentado, além da garantia de melhorias sociais por meio da ação do Estado.

Em síntese, pretende-se avaliar a evolução do emprego industrial formal comparando-se estabelecimentos exportadores e não exportadores entre 2002 e 2008. Avaliar-se-á, também, o perfil do emprego gerado apontando as principais diferenças entre os distintos tipos de estabelecimentos, levando-se em conta sua condição de exportação.

O trabalho está dividido em quatro partes, três capítulos e um apêndice metodológico. O Capítulo 1 faz uma análise do movimento geral da economia brasileira, entre 2000 e 2008 e explicita a conformação de dois movimentos que, juntos, transformam política, econômica e socialmente o Brasil. Esses dois movimentos se referem à evolução favorável da atividade econômica, apresentada no item 1.1, e o crescimento elevado do emprego, em especial o emprego formal, no item 1.2. Não serão abordados os temas que envolvem os impactos e as consequências da crise internacional do final de 2008 para o Brasil.

No item 1.1 objetiva-se analisar de maneira detalhada o movimento geral da economia, apresentando-se tendências e rumos dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros tais como: crescimento do produto interno, do investimento, das exportações, das importações, além da apresentação dos elementos que conformam o PIB, segundo diferentes óticas. Serão abordados alguns índices para a indústria brasileira, como participação no PIB, nível de atividade e da utilização de sua capacidade instalada.

Avaliam-se também algum dos principais variáveis macroeconômicas como o câmbio e os juros. Além disso, serão examinados os principais índices de preços, que apresentaram uma tendência de queda nesse período e que aparecem como um dos pilares para o bom desempenho econômico e social no Brasil.

Outro ponto de destaque nesse item corresponde à análise do comércio externo, fonte de dinamismo do início da década e que assumiu um importante papel para a geração de emprego durante todo o período.

No item 1.2 será analisada a questão do emprego formal e sua evolução ao longo do período de 2000 a 2008, destacando-se o papel relevante da indústria e do setor exportador nesse movimento.

O Capítulo 2 fará uma apresentação minuciosa da evolução do emprego industrial formal entre 2002 e 2008, baseando-se na condição de exportação dos estabelecimentos. Os estabelecimentos exportadores foram subdivididos em permanentes, que exportaram sem exceção em todos os anos do período, e potenciais, que exportaram pelo menos em um ano da série estudada.

No item 2.1 apresentam-se as definições metodológicas para a construção da tipologia de estabelecimentos, que os distingue entre exportadores (permanentes e potenciais) e não exportadores.

O objetivo é apresentar e qualificar o movimento favorável ao mercado de trabalho formal da indústria brasileira, proporcionado pelo crescimento econômico e pelos aumentos da atividade industrial e das exportações.

O Capítulo focará questões como a participação das mulheres, dos negros, do pessoal ocupado segundo níveis de escolaridade, além de apresentar a evolução da situação de estabilidade dos trabalhadores em seu posto de trabalho. Uma atenção especial será dada, também, à evolução dos salários.

Entende-se que esses elementos permitem a compreensão de uma das questões mais importantes para os trabalhadores desse setor. O crescimento da economia teve papel fundamental para aumentar os níveis de emprego formal na indústria; porém, será que este crescimento foi acompanhado por uma alteração positiva no perfil do emprego? Será que se alterou a diferença estrutural entre os trabalhadores de estabelecimentos exportadores e não exportadores?

As informações da RAIS apontam para uma manutenção da condição estrutural de expressivas diferenças entre os trabalhadores de estabelecimentos em diferentes condições de exportação. Ademais, diferenças também foram observadas entre distintos grupos ocupacionais.

Por fim, o Capítulo apresentará alguns resultados preliminares quanto à evolução dos grupamentos ocupacionais definidos estatisticamente por esse estudo. Estes foram classificados a partir de uma análise de agrupamento hierárquico, de acordo com as informações dos trabalhadores do setor industrial em 2008.

No apêndice metodológico serão abordadas e detalhadas não só as técnicas como os métodos utilizados para a definição desses grupamentos. Resumidamente, esses foram definidos a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) por meio de uma técnica de *cluster,* utilizando-se de informações contidas na própria RAIS como: renda, escolaridade e tempo de permanência do trabalhador no posto de trabalho, ou seja, o tempo do vínculo empregatício.

Em síntese, o apêndice faz uma discussão a respeito da metodologia utilizada para a definição estatística do método de classificação das ocupações segundo o grau de similaridade (intragrupos) e dissimilaridade (intergrupos).

O terceiro e último Capítulo pretende avaliar o impacto do bom momento da economia brasileira entre 2003 e 2008 na estrutura ocupacional do setor industrial. A análise basear-se-á na

tipologia ocupacional hierárquica explicitada no final do Capítulo 2 e detalhada no apêndice metodológico.

O objetivo central é apresentar as principais diferenças entre os diferentes grupamentos ocupacionais, apontando para a desigualdade de perfil entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

Pretende-se avaliar a existência de diferenças entre esses estabelecimentos mostrando que essas se expressam sobre diversos indicadores como: participação de trabalhadores negros e de mulheres; elevado diferencial de salários e de níveis de escolaridade; e deterioração da situação de estabilidade das ocupações.

Por fim, a conclusão retoma os principais pontos abordados pelo estudo fazendo uma análise e uma avaliação sobre os principais fatores que contribuíram para o crescimento do produto e, em especial, do emprego formal industrial no período de 2002 a 2008. No entanto, o que deve ficar claro é que transformações estruturais aparecem como condições indispensáveis para uma real melhora na situação do mercado de trabalho industrial brasileiro.

Capítulo 1 – As transformações socioeconômicas do Brasil na primeira década do Século XXI

A economia brasileira, na década de 2000, passou por transformações de caracteres econômico e social. Essas transformações foram orientadas por fatores distintos em momentos distintos.

Podem ser identificados quatro momentos distintos pelos quais passou o país nessa década. O primeiro refere-se ao período de 2000 a 2004, que se mostrou como o motor de arranque para o crescimento sustentado que se observaria no período subsequente. O segundo, que diz respeito ao quadriênio 2005-2008, foi marcado por taxas de crescimento razoavelmente elevadas e em ascensão até a eclosão da crise econômica e financeira de escala global que emergiu no final de 2008. O terceiro período, que se estende do último trimestre de 2008 ao final de 2009, ficou marcado pelo pior momento dessa década, em que se observou uma queda acentuada da atividade econômica bem como a destruição de milhares de postos de trabalho, em especial na indústria. O último período é o da recuperação que, após um resultado de aproximadamente zero para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, apresentou uma taxa da ordem de 7% para o aumento do PIB.

A origem do movimento favorável à economia brasileira deu-se no bom desempenho exportador brasileiro, após a forte desvalorização cambial de 1999 e de 2002. Devido às alterações favoráveis no contexto econômico internacional, nas quais se destacam o crescimento do PIB mundial e as elevações da demanda por bens em que o Brasil é reconhecidamente competitivo e dos investimentos internacionais, a expansão das exportações brasileiras no início da década orientou o crescimento econômico, que a partir de então tomou forma e apresentou-se de maneira sustentada.

A partir de 2004 outros fatores apresentaram-se como motor do bom desempenho econômico brasileiro. De acordo com BARBOSA e SOUZA (2010: 1) o "Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais". O elemento chave desse novo cenário diz respeito à retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento social e no planejamento e na ampliação do papel da política pública como elemento dinamizador da economia. Considera-se

esse quadro como uma transformação na concepção do papel do Estado que se consolidou no segundo mandato do Presidente Luis Ignácio Lula da Silva.[2]

Apesar de se acreditar que a economia brasileira tenha apresentado um bom desempenho econômico, principalmente a partir de 2004, GONÇALVES (2010) afirma que o desempenho da economia brasileira ficou "aquém de sua experiência histórica". Para o autor, o grande responsável por esse desempenho, que aqui se considera como "bom", foi o contexto internacional favorável e que, ao se isolar esse efeito, o desempenho do Brasil nesse período "só não foi pior que o governo Collor", no início dos anos 90.

O presente estudo não se mostra tão crítico quanto à análise de GONÇALVES (2010), pois se acredita que houve uma "inflexão no governo Lula" parafraseando BARBOSA e SOUZA (2010). Assim como esses últimos autores defendem, acredita-se que o papel do Estado e as decisões tomadas pelo governo, em especial a partir de 2004, foram importantes para o direcionamento do crescimento em favor da sociedade brasileira.

Mesmo sem tentar encontrar um sentido de determinação entre as diferentes fontes de dinamismo da atividade econômica nesses dois períodos destacados, isto é, mesmo sem fazer um julgamento a respeito de possíveis causalidades, faz-se necessário observar que essas estão intimamente ligadas e aparecem como elementos fundamentais nas transformações socioeconômicas.

No período de 2000 a 2004, percebe-se que o crescimento das exportações apresentou-se como o motor de arranque para a recuperação do crescimento econômico logo no começo da década. O contexto externo favorável, entendido como o aumento do produto mundial, da demanda internacional por bens e serviços brasileiros e dos investimentos externos, em especial aqueles de caráter produtivo, somado a uma crise cambial originada no final de 1999, que levou a moeda nacional a uma forte desvalorização, permitiram ao Brasil a expansão de suas exportações. O aquecimento do setor exportador permitiu um crescimento de 4,3% do produto interno bruto em 2000.

[2] Há uma controvérsia quanto aos fatores que propiciaram o bom desempenho da economia brasileira a partir de 2004/2005. FILGUEIRAS et all (2010) apresenta o debate que existe em torno desse tema e faz uma crítica a esse respeito. Segundo o autor: "A oposição de direita ao governo Lula, por sua vez, identifica o "novo momento" como resultado das reformas neoliberais implementadas durante a década de 1990 (governos Collor e FHC), bem como da maturação e persistência da mesma política macroeconômica iniciada no segundo governo FHC, após a crise cambial de janeiro de 1999, qual seja: metas de inflação, elevados superávits fiscais primários e câmbio flutuante. A orientação neoliberal e a política macroeconômica teriam tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo, estabelecendo novas condições para o crescimento econômico. Adicionalmente, essa visão ressalta a "sorte" de Lula, por ter se beneficiado da fase ascendente de um novo ciclo de crescimento da economia mundial (2002/2008)".

De acordo com GONÇALVES (2010), no período de 2003 a 2008 a economia mundial cresceu à taxa média anual de 4,2% e as exportações mundiais de bens e serviços a 7,6%. Em uma análise de longo prazo pode-se destacar que a conjuntura econômica internacional mostrou-se significativamente favorável ao desenvolvimento nacional brasileiro. Segundo o autor, esse foi o elemento que permitiu o que aqui se chamou de bom desempenho da economia brasileira.

Também não se pode deixar de mencionar que algumas estratégias e políticas governamentais de inserção internacional, de diversificação de parceiros comerciais e de ajuste diante da conjuntura internacional, também foram fundamentais para o desempenho brasileiro nesse período.

É nesse sentido que se defende que o principal elemento dinamizador da economia brasileira a partir de 2004/2005 foi o novo posicionamento do Estado frente às demandas do desenvolvimento econômico e social que se consolidou no também novo cenário nacional[3].

O importante a ser percebido desse movimento reside no fato de que, nesse primeiro momento, a ampliação da participação das exportações nas fontes de crescimento da economia mostrou-se como peça fundamental para o desempenho positivo do produto nos primeiros anos da década.

Esse quadro deve ser entendido a partir da perspectiva de que as exportações não aparecem como único fator de incentivo ao crescimento. A atividade exportadora é maior que apenas o fato de exportar. Ela permite o aumento da quantidade de divisas internacionais que podem ter diversos direcionamentos, como o pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), efetuado no segundo mandato do Governo Lula.

O crescimento da atividade exportadora também se relaciona com um conjunto de outras atividades que estão envolvidas nesse processo. De acordo com Souza (2005) o crescimento das exportações possui dois efeitos: um multiplicador e outro de aceleração sobre o mercado interno não exportador. Pode, portanto, afetar o processo produtivo sobre três óticas: 1) o encadeamento para trás, que se refere ao impacto das exportações sobre atividades de produção de insumos e bens de capital para o setor exportador; 2) o encadeamento para frente, criando demanda por serviços de transporte, comunicação e financiamentos e demanda por insumos

[3] Deve-se salientar que no final de 2008 o mundo presenciou o surgimento de uma crise internacional de proporções elevadas que prejudicou sensivelmente o desempenho econômico brasileiro em 2009.

domésticos, impulsionando atividades secundárias de processamento e; 3) afetando significativa e positivamente a demanda final, por meio do crescimento da renda e do emprego.

Em síntese, as exportações são capazes de movimentar e aquecer setores próximos da cadeia produtiva do produto que será exportado. No entanto, deve ficar claro que essa argumentação não se refere a um posicionamento irrestrito ao direcionamento da política econômica para única e exclusivamente o setor exportador, mas que este aparece como um fator importante nesse contexto de transformação da economia brasileira.

No que se refere à alteração na concepção do papel do Estado, em especial a partir de 2004, percebe-se que esta também se mostrou como fonte importante de transformação econômica e social no Brasil nesse período.

Nesse ponto, cabem algumas considerações a respeito das interpretações sobre a evolução da gestão da política econômica brasileira. Para BARBOSA e SOUZA (2010) o Governo Lula teve que fazer, logo no início de 2003, um ajuste necessário, que para o autor significava "um ajuste macroeconômico sólido para retomar o controle da situação monetária, fiscal e cambial do país".

Já GONÇALVES (2009) afirma que o Brasil "andou para trás" tanto na fase "boa" quanto na fase "ruim" da economia mundial. Sua explicação passa por três pontos: o primeiro refere-se à extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira[4]; o segundo às características do modelo liberal periférico que, para o autor, vem sendo implementado no país desde o final dos anos 80[5]; e, por fim, aos erros e equívocos das políticas e estratégias do Governo Lula.

Acredita-se que GONÇALVES (2009) interpreta de maneira muito pessimista e avalia de maneira equivocada a posição estratégica do governo, em especial no que se refere aos principais elementos que garantiram ao país a sustentação do crescimento e a recuperação da economia já em 2010, logo após um resultado pífio do PIB em 2009, oriundo dos problemas resultantes da crise econômica e financeira internacional que se abateu sobre o Brasil e o mundo a partir do final de 2008.

No entanto, o autor tem razão quando fala sobre a questão da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Seu argumento é válido, especialmente no que se refere à

[4] Mesmo o Brasil tendo aumentado significativamente suas reservas internacionais.
[5] O autor afirma que Lula apenas manteve o mesmo modelo econômico herdado, principalmente da década anterior.

gestão do câmbio. Essa variável é uma das mais importantes para o setor exportador, pois está intimamente ligada à competitividade da produção nacional. Ademais, reconhece-se que um dos maiores equívocos da política adotada pelo Governo Lula foi a não promoção de uma política cambial efetiva de aumento da competitividade dos produtos nacionais.

Uma política efetiva de câmbio tem por objetivo tornar os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional e impede que produtos estrangeiros entrem no mercado brasileiro para substituir a produção nacional.

De acordo com CARCANHOLO (2010) a política cambial não se alterou desde o início dos anos 90. Na visão do autor a "determinação da taxa de câmbio segue um esquema de flutuação suja, ou seja, o mercado cambial determina o valor da moeda nacional em relação à moeda conversível, e o Banco Central atua no mercado, ora comprando, ora vendendo, de forma a tentar manter essa flutuação da taxa de câmbio, segundo os parâmetros que lhe parecem convenientes". A gestão da política cambial não se alterou e, de certa forma, permitiu que o câmbio se apreciasse, prejudicando a atividade industrial nacional no sentido da substituição de produtos nacionais por importados. Esse quadro se reflete na elevação expressiva das importações a partir de 2003, no bojo do movimento de apreciação cambial.

No entanto, apesar da não promoção de uma política cambial efetiva, quanto ao papel do Estado, acredita-se que o Governo brasileiro, em especial a partir de 2005, se posicionou no sentido de ampliar sua participação direcionando e dando um rumo para o crescimento, de forma que esse proporcionasse ganhos para a sociedade brasileira.

Esse direcionamento em favor da sociedade, que se chamou de alteração na concepção do papel do Estado, teve como principais elementos: o aumento nos gastos com investimento produtivo e em infraestrutura, fortalecimento de bancos públicos de fomento, como o BNDES, política salarial ativa de valorização do piso mínimo legal e os programas de transferência direta de renda, dando sustentação para o crescimento da massa de renda da população, a ampliação do crédito ao consumidor, que permitiu aumentar a demanda interna e aquecer o setor industrial nacional. O aumento do crédito às empresas e os incentivos fiscais dados para aqueles que tinham por objetivo investir produtivamente, o aquecimento do setor de construção civil e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com suas diversas obras, também foram responsáveis por essas transformações favoráveis à economia brasileira.

De acordo com SANT'ANNA et alli

> "O desenvolvimento econômico guarda forte relação com a ampliação do crédito. A maior disponibilidade de empréstimos permite que a demanda efetiva se expanda e, consequentemente, gere uma aceleração da trajetória de crescimento da renda e do emprego. O acesso ao crédito permite às famílias aumentar seu consumo de bens duráveis e investir, em especial, em residências e educação". (SANT' ANNA et alli, 2009: 153)

Os autores afirmam que assim como o crédito às famílias, o crédito às empresas para investimentos de longo prazo permite que essas se arrisquem em empreendimentos de maior escala, gerando empregos e renda. Isso faz com que a demanda efetiva da economia aumente, criando um círculo virtuoso, no sentido de um aumento do investimento gerar um incremento do emprego e da renda, que aumenta o consumo e que, por fim, permite o aumento de novos investimentos, fechando o círculo.

SANT'ANNA et alli (2009) relata a importância do BNDES como instrumento de fomento ao investimento privado e como fonte geradora e impulsionadora do crescimento econômico. Afirma que "nos momentos em que o mercado se contrai, como no período 2001-2003, o Banco amplia sua participação relativa ao garantir acesso ao crédito às empresas em momentos de liquidez escassa".

Durante os anos da década de 2000 o papel do BNDES ganhou destaque como um dos elementos de dinamismo da economia brasileira. O aumento da participação dos empréstimos desse banco público no PIB pode ser entendido sob duas óticas: o BNDES atua como baliza para todos os agentes de crédito da economia, bem como no papel de estabilizador do crédito nacional, como no caso da crise observada no final de 2008.

Portanto, pode-se perceber que o contexto internacional positivo e as alterações no perfil e na condução de alguns elementos que definem a nova concepção sobre o papel do Estado brasileiro permitiram a este país alcançar uma situação mais favorável do ponto de vista econômico e social.

As transformações socioeconômicas, no Brasil da primeira década do século XXI, apresentaram uma dinâmica extremamente particular. Essa dinâmica pode ser entendida por basicamente dois grandes movimentos:

1) Crescimento econômico sustentável com relativa estabilidade de preços;

2) Crescimento do emprego e da renda com destaque para o aumento no nível do emprego formal e da diminuição das taxas de desemprego;

A princípio, deve ficar claro que esses movimentos devem ser entendidos a partir de uma lógica mais geral de funcionamento da economia. Essa lógica se dá pela conexão entre esses movimentos; entretanto, um extrapola sua influência e afeta o outro. O que se quer deixar claro é que há uma forte ligação entre eles e que caminham *pari passu* à evolução da sociedade brasileira. Ademais, sua conexão e sua influência ultrapassam a esfera econômica, atingindo e transformando também as esferas política e social.

Antes de iniciarmos a análise pormenorizada dos dois movimentos, faz-se necessária uma breve explanação a respeito desse efeito conjunto.

Com relação à esfera econômica ficam claros os importantes papéis da estabilidade monetária, da baixa inflação e do crescimento econômico. Essa estabilidade, em especial a de preços, além de garantir o poder de compra dos salários e diminuir a necessidade de constantes lutas dos trabalhadores por reajustes salariais, permitiu criar um ambiente favorável ao investimento produtivo, diminuindo incertezas e aumentando a previsibilidade quanto ao risco do investimento[6]. Este deve ser entendido pela aplicação de capital na esfera produtiva por meio da ampliação do tamanho das plantas, compra de máquinas, equipamentos e pela contratação de pessoal.

A combinação de crescimento com estabilidade garantiu ao Brasil um cenário extremamente favorável do ponto de vista da geração de empregos, em especial aqueles de caráter formal. Essa geração mostrou-se suficientemente capaz de absorver o crescimento da população economicamente ativa (PEA), que cresceu em menor ritmo que o emprego.

O crescimento do emprego nos anos 2000 assumiu papel fundamental nas transformações sofridas pela sociedade brasileira. Em primeiro lugar permitiu o incremento da massa salarial, que teve um papel fundamental na manutenção do consumo das famílias, que aparece como o principal elemento de impulso ao crescimento no segundo momento desse período.

[6] Sobre a questão dos benefícios da estabilidade para o desenvolvimento ver HERMANN J. Sistematização do Debate Sobre "Desenvolvimento e Estabilidade" No Brasil. In: CASTRO, A. C. (Org.). (2002). "Desenvolvimento em Debate – Painéis do Desenvolvimento Brasileiro", Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. Mauad e BNDES.

Em segundo, o crescimento do emprego acima do crescimento da população economicamente ativa garantiu, de certa forma, a incorporação de um grande contingente de pessoas ao mercado de trabalho, permitindo a diminuição das taxas de desemprego.

Porém, não só o aumento do emprego mostrou-se relevante para a evolução do consumo; a ação do Estado garantindo uma política salarial consciente de elevação do salário mínimo, que afeta não só o mercado de trabalho, mas também todos aqueles que recebem algum tipo de pensão ou aposentaria, dado que estas têm seu piso baseado no mínimo, também aparece como um dos principais elementos dessa transformação.

A defesa da importância de uma política de valorização do salário mínimo aparece em vários autores como CARNEIRO (2005) que afirma que essa política deve fazer parte de uma estratégia mais ampla e que garanta a elevação do poder de compra da população, aumentando o padrão de vida das pessoas. De acordo com MEDEIROS (2005), a valorização do salário mínimo tem um efeito multiplicador importante sobre a renda das famílias, ampliando sua capacidade de consumo, em especial a das mais pobres. Assim como esses autores, SABÓIA (2005) também defende uma política de valorização real do piso mínimo legal, pois este serve como um farol para o estabelecimento de contratos, incluindo aqueles oriundos da proteção social ou, até mesmo, os contratos informais de trabalho. Isso implica em se afirmar que, além de proporcionar ganhos reais para os trabalhadores formais, o salário mínimo é, também, uma baliza para todo o mercado de trabalho, inclusive para os trabalhadores informais.

O programa de transferência direta de renda, o Bolsa Família, ampliado logo no início do primeiro mandato de Lula, também guarda uma função importante, principalmente no que tange ao aumento do consumo e da dinamização de economias locais, em especial na região Nordeste do país, onde se concentra a maior parte dos recursos do Programa[7].

Em resumo, o crescimento econômico, a geração de emprego formal, o aumento do valor do salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda e a estabilidade monetária, abriram espaço para que o Brasil pudesse incorporar de maneira definitiva à sua agenda alguns elementos que são prioridade para o desenvolvimento econômico e social da população brasileira, como a diminuição da desigualdade de renda e os problemas relacionados à

[7] Sobre os impactos do Programa Bolsa Família ver WEISSHEIMER, M. A. (2006) um livro publicado pela Fundação Perseu Abramo que faz uma avaliação importante a respeito dos aspectos sociológicos e econômicos do programa. Relata a importância desse programa para a redução da desigualdade, mas principalmente para a transformação de milhões de vidas de brasileiros pelo país inteiro.

pobreza. Essas são questões recorrentes no Brasil e, ao longo dessa década, receberam um grande destaque.

Com relação à esfera política, que não pode ser dissociada das outras esferas, cabe destacar a mudança no papel e na função do Estado Brasileiro. O governo passou a ser mais ativo na economia, transformando esferas governamentais e ampliando sua ação por meio de instrumentos das políticas econômica, fiscal e monetária.

No campo fiscal podem-se destacar algumas medidas importantes para a manutenção e impulso ao crescimento: fortalecimento de bancos públicos como o Banco do Brasil e, em especial, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)[8], ampliação do crédito ao público e do crédito às empresas para investimento, desoneração fiscal em setores chaves da economia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aumento do investimento público, etc.

No campo monetário, merece destaque o papel importante da atuação do Banco Central em diminuir as taxas básicas de juros, permitindo e gerando maior confiabilidade do Estado frente ao mercado, e diminuindo, principalmente, os custos dos endividamentos para investimento[9].

No que tange à esfera política, cabe ressaltar que o Governo de Lula aparece como o mais bem conceituado pelas pesquisas de opinião. Isso significa que a população alterou de certa forma seu conceito sobre o que o Estado pode fazer pela sociedade.

Nesse sentido, cabe destacar a posição do Estado frente às questões políticas internas e externas. De acordo com BARBOSA e SOUZA (2010)

> "A melhoria nas contas públicas e a redução na vulnerabilidade externa – as reservas quadruplicam entre 2003 e 2008 – permitiram independência do Brasil em relação aos organismos financeiros. (...) E a opção estratégica fundamental em apostar no crescimento, ao invés de radicalizar a incerta proposta do ajuste fiscal contracionista, baseada nos cânones neoliberais, terminou sendo validada com base em resultados imediatos". (BARBOSA e SOUZA, 2010: 31)

[8] Sobre o papel do BNDES como instrumento de fomento à economia e, em especial, à indústria ver CARVALHOR JR. (2005).
[9] De acordo com BARBOSA e SOUZA (2010) os principais determinantes internos do crescimento econômico a partir de 2004 foram: "o impacto expansionista da apreciação cambial, iniciada em 2003, (...) a redução da inflação e da taxa básica de juros".

Outro ponto fundamental a respeito da ação política brasileira foi a diversificação de parceiros comerciais e a ampliação da influência brasileira frente a diversos órgãos internacionais; o país passou a ter voz em âmbito internacional[10].

O Brasil do século XXI aparece como uma potência econômica e politicamente emergente no cenário internacional. O país assumiu um papel importante na construção da agenda econômica e social mundial.

Em resumo, a lógica das transformações social, política e econômica, ocorridas no Brasil na primeira década do século XXI, pode ser caracterizada pela conformação de dois movimentos, que merecem um estudo mais detalhado.

1.1 A evolução econômica Brasileira: uma análise dos principais indicadores

Os anos 1980 ficaram conhecidos como a década perdida da economia brasileira, apresentando taxas de crescimento oscilantes mas que na média atingiram patamares extremamente baixos. Os anos 1990, após as aberturas comercial e financeira, também apresentaram taxas de crescimento do PIB muito baixas pouco superiores aos anos 1980, porém aquém do necessário para que a sociedade brasileira melhorasse sua situação. Com a ampliação do desemprego e o baixo dinamismo da atividade econômica, muitos problemas sociais ganharam destaque.

Após a crise cambial de 1999, que proporcionou uma desvalorização do câmbio acentuada por outra crise cambial em 2002, esta com origem na desconfiança externa a respeito dos caminhos que o país tomaria após a sucessão presidencial, o Brasil tomou novos rumos, valendo-se também de um contexto externo extremamente favorável.

[10] Há algumas controvérsias quanto à capacidade de diversificação de parceiros como medida de diminuição da vulnerabilidade externa como são apresentadas em GONÇALVES (2009).

Tabela 1.1 - Indicadores Macroeconômicos
2000 - 2008

Ano	Crescimento do PIB (%)	População (mil habitantes)	Crescimento da população (%)	Taxa de câmbio média (US$)	PIB (US$) [a]	Crescimento do PIB mundial [b] (%)	Crescimento do PIB na América Latina (%)
2000	4,3	171.280	1,5	1,83	644.452	4,7	3,9
2001	1,3	173.808	1,5	2,35	553.998	2,2	0,3
2002	2,7	176.304	1,4	2,92	505.904	2,8	-0,8
2003	1,1	178.741	1,4	3,08	552.239	3,6	2,0
2004	5,7	181.106	1,3	2,93	663.552	4,9	5,9
2005	3,2	183.383	1,3	2,44	881.754	4,5	4,5
2006	4,0	185.564	1,2	2,18	1.088.999	5,1	5,3
2007	5,7	187.642	1,1	1,95	1.333.576	5,2	5,3
2008	5,1	189.613	1,1	1,83	1.575.873	3,4	5,3

Fontes: PIB, deflator implícito e população: IBGE, "Estatísticas do século XX", 2003, e IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Carga tributária: FGV/IBGE.

Elaboração: IPEA/DIMAC.

[a] PIB nominal dividido pela taxa de câmbio média do ano. US$ milhões.

[b] Fonte: World Economic Outlook.

Após o baixo crescimento econômico dos anos 1980 e 1990, o Brasil, já em 2000, apresentou uma taxa de crescimento do produto significativa. Deve-se ter claro que esse incremento do produto, nesse início da década, teve como motor o aumento expressivo das exportações.

Apesar de nesse primeiro momento, 2000 a 2002, o Brasil ter apresentado um crescimento inferior ao crescimento mundial, com relação aos países latino-americanos apresentou taxas relativamente maiores, assumindo uma posição de destaque dentro desse grupo econômico.

O ano de 2003 aparece como um ano muito ruim para o produto interno do país; logo após a transição de governo, grande parte das incertezas quanto a essa mudança foi transmitida para a economia pela crise cambial, o que proporcionou uma brutal desvalorização da moeda brasileira e prejudicou o desempenho da produção nacional.

Os primeiros meses de 2003, no que se refere à gestão de política econômica, foram marcados por um acirramento da política macroeconômica restritiva. A consequência dessa decisão foi uma desaceleração do crescimento econômico, sobretudo no primeiro semestre. A atividade econômica só voltou a crescer a partir do segundo semestre de 2003, puxada pelo crescimento das exportações e pela queda nas importações.

No entanto, o contínuo aumento das exportações e a ação do Estado por meio do crédito, do investimento, da política salarial e da política de transferência de renda, fizeram com que o Brasil partisse para o que se pode chamar novo padrão de crescimento orientado para o mercado interno, que assumiu uma tendência sustentada.

A partir de 2004 o país passou a crescer a taxas relativamente altas, comparadas aos patamares das duas décadas anteriores. Passou a apresentar taxas de crescimento acima da média do PIB mundial; porém, com relação aos países vizinhos, em alguns anos o crescimento do produto mostrou-se relativamente menor.

O movimento de desvalorização cambial até 2003 permitiu que as exportações ajudassem a garantir um crescimento do produto positivo. A partir de 2004, apesar da valorização cambial, as exportações mantiveram um crescimento elevado e significativo, mas outras variáveis tomaram a frente no que se refere à influência sobre o produto.

O crescimento populacional apresentou menor ritmo em relação ao produto. Isso garantiu um aumento significativo no produto per capita, um indicador que pressupõe uma melhora na situação da participação da população na riqueza nacional. O aumento do produto per capita, somado a uma redução nos níveis de desigualdade de renda[11], permitem afirmar que os anos 2000 proporcionaram uma melhora sensível na situação da população brasileira.

Tabela 1.2 - Crescimento e composição do PIB segundo a ótica da demanda
Brasil, 2000 - 2008

Período	Consumo			Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)	PIB a preços de mercado
	Total	Familias[a]	Governo	Total	Fixo	Variação de estoques			
	Taxa de crescimento (% a. a.)								
2000	3,0	3,9	-0,2	10,3	5,0	124,5	12,9	10,8	4,3
2001	1,2	0,7	2,7	-2,6	0,4	-37,9	10,0	1,5	1,3
2002	2,6	1,8	4,7	-11,1	-5,2	-111,6	7,4	-11,8	2,7
2003	-0,3	-0,7	1,2	-1,7	-4,6	-248,1	10,4	-1,6	1,1
2004	3,9	3,8	4,1	11,8	9,1	96,1	15,3	13,3	5,7
2005	3,9	4,5	2,3	-2,5	3,6	-98,6	9,3	8,5	3,2
2006	4,5	5,2	2,6	10,4	9,8	48,5	5,0	18,4	4,0
2007	5,9	6,3	4,7	14,0	13,5	36,6	6,7	20,8	5,7
2008	5,4	5,4	5,6	17,0	13,8	282,5	-0,6	18,5	5,1
	Composição								
2000	82,2	63,0	19,2	18,3	16,8	1,5	10,0	11,7	100
2001	82,0	62,2	19,8	18,0	17,0	1,0	12,2	13,5	100
2002	80,9	60,3	20,6	16,2	16,4	-0,2	14,1	12,6	100
2003	80,0	60,7	19,4	15,8	15,3	0,5	15,0	12,1	100
2004	77,7	58,5	19,2	17,1	16,1	1,0	16,4	12,5	100
2005	78,8	58,9	19,9	16,2	15,9	0,3	15,1	11,5	100
2006	80,3	60,3	20,0	16,8	16,4	0,3	14,4	11,5	100
2007	80,7	60,8	19,9	17,7	17,5	0,2	13,7	12,1	100
2008	80,9	60,7	20,2	18,9	19,0	-0,1	14,3	14,2	100

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: IPEA/DIMAC.
Dados anteriores a 1995 segundo antiga metodologia.
[a] inclui consumo das ISFLSF

[11] Sobre a relevância e os limites da queda recente da desigualdade ver DEDECCA (2007) e DEDECCA et alli (2008)

Partindo-se da análise do PIB pela ótica da demanda (tabela 1.2), torna-se evidente o papel fundamental do consumo das famílias. Porém, não menos importantes são os gastos do governo, que se mantiveram no mesmo patamar ao longo da década, e a formação bruta de capital fixo que aumentou significativamente sua participação.

Avalia-se como importante o papel assumido pelo Estado, dinamizando a atividade econômica, direcionando-a de modo que seu crescimento contribuísse para que a situação favorável à economia fosse percebida e influenciasse positivamente a sociedade brasileira.

Pretende-se deixar evidente a separação de dois momentos da economia brasileira entre 2000 e 2008. O primeiro diz respeito ao crescimento das exportações e o aumento de sua participação alavancando o crescimento do produto até aproximadamente os anos de 2003 e 2004, quando sua participação começa a se reduzir. O segundo momento da economia, que se dá a partir de 2004, diz respeito à elevação da participação das variáveis: consumo das famílias e formação bruta de capital fixo.

Esse segundo momento caracteriza-se pela elevação da demanda via investimento e consumo, o que faz com que o dinamismo econômico seja mais fortemente influenciado por essas duas variáveis, sem menosprezar a importância ainda significativa do crescimento das exportações.

Quando se observam as contribuições de cada elemento que compõe a demanda, fica explícita a idéia de que o crescimento do produto da década de 2000 possuiu elementos dinamizadores distintos em momentos também distintos.

Tabela 1.3 - Contribuição ao crescimento[a] do PIB segundo a ótica da demanda
Brasil, 2000 - 2008

Período	Consumo				Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)	PIB a preços de mercado
	Total	Familias	ISFLSF	Governo	Total	Fixo	Variação de estoques			
2000	2,58	2,49	0,12	-0,03	1,68	0,79	0,90	1,21	-1,17	4,31
2001	0,96	0,42	0,02	0,53	-0,48	0,07	-0,55	1,00	-0,18	1,31
2002	2,16	1,13	0,09	0,94	-2,00	-0,89	-1,11	0,90	1,60	2,66
2003	-0,24	-0,39	-0,08	0,24	-0,28	-0,75	0,47	1,47	0,20	1,15
2004	3,16	2,31	0,06	0,79	1,87	1,39	0,47	2,29	-1,61	5,71
2005	3,11	2,64	0,03	0,44	-0,42	0,58	-1,01	1,53	-1,06	3,16
2006	3,65	3,06	0,07	0,51	1,69	1,56	0,13	0,76	-2,13	3,97
2007	4,74	3,80	0,00	0,95	2,34	2,22	0,12	0,97	-2,38	5,67
2008	4,40	3,27	0,00	1,12	3,01	2,41	0,59	-0,08	-2,24	5,08

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: IPEA/DIMAC.

[a] Pesos no ano anterior (t-1) x taxa de crescimento (t).

Nota: Instituições sem fim lucrativo a serviço das famílias (ISFLSF)

Vale lembrar que, apesar de haver uma inversão nos papéis dos elementos que mais contribuíram para o crescimento do produto, as exportações mantiveram uma participação positiva nessa composição, com exceção do ano de 2008.

O ano de 2008 aparece nesse período como um ano emblemático. No final desse ano, o Brasil e o mundo presenciaram uma das maiores crises econômico-financeiras da História. Alguns analistas afirmam que essa crise poderia ser comparada à de 1929[12].

Não é o objetivo desse trabalho entrar no debate sobre os determinantes da crise nem sua repercussão. No entanto, não se pode deixar de mencionar que essa ocasionou uma forte redução nos níveis de emprego e renda, bem como a diminuição considerável do produto interno no Brasil.

No entanto, de acordo com ALMEIDA (2010) essa crise não tomou proporções devastadoras, pois as decisões do Estado contiveram seus efeitos. O autor afirma que "a manutenção e o aumento do nível do investimento e do gasto público e a ampliação do crédito em plena crise foram os determinantes do êxito brasileiro em responder à crise internacional e superá-la com rapidez, minimizando a retração do PIB em 2009".

MAZZUCCHELLI (2008) afirma, em texto publicado no momento da crise econômica e financeira internacional, que "a extensão dos estragos é ainda desconhecida e o impacto sobre o setor produtivo seguramente será profundo. Apenas a decidida intervenção do Estado tem evitado um descalabro de maiores proporções". Portanto, o autor também aponta que o papel ativo do Estado e suas ações anticíclicas são fundamentais em um momento de crise.

De modo geral, o último trimestre de 2008 marcou o início da crise, prejudicando o desempenho da economia, do emprego e das exportações brasileiras, que reduziram sensivelmente sua contribuição para o produto nesse ano (tabela 1.3).

Sobre a importância do setor industrial no período de 2000 a 2008 pode-se perceber que, a partir da análise do PIB pela ótica da oferta, a indústria aumentou, de maneira geral, sua participação na composição do produto. Apenas em 2001 a indústria apresentou uma taxa negativa de crescimento do produto industrial. No entanto, a partir de 2002 esse setor ganhou força e passou a apresentar crescimento positivo com picos de quase 8% em 2004.

[12] Em artigo publicado na revista eletrônica Terra Magazine ALMEIDA (2010) faz uma avaliação das medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro que impediram o país de entrar em situação crítica, tanto em termos de liquidez, quanto em termos de financiamento do crescimento econômico, necessário à continuidade do movimento favorável percebido pela economia brasileira no momento anterior à crise.

O setor de extração mineral merece um destaque especial pois, além de aumentar significativamente sua participação na composição do PIB, apresentou um crescimento sustentável de sua produção atingindo taxas da ordem de mais de 11% em 2002 e de 9% em 2005. Esses dois picos se deram em momentos distintos da economia: o primeiro refere-se ao momento em que a economia brasileira era puxada pelas exportações, e o segundo diz respeito ao momento em que a economia estava sendo guiada pelos investimentos e pelo consumo das famílias.

No primeiro, o crescimento desse setor estava associado à valorização do preço das *commodities* e, por consequência, ao aumento de suas exportações. No segundo momento, depois de 2004, o mercado interno alavancado pelo incremento do setor de construção e puxado pelo aumento da renda das famílias e dos investimentos em infraestrutura do Estado, dinamizou o setor de extração mineral.

Outro setor que ganha importância é o da construção civil. Esta se apresentava com dificuldades até o ano de 2003, isto é, o crescimento de sua produção era negativo: porém, a partir de 2004, fase em que o país inicia a expansão da produção voltada para o mercado interno, esse setor aparece como um dos principais responsáveis pela ampliação sustentada da atividade econômica. A construção civil cresceu também pelo incremento na massa de renda familiar e dos investimentos em infraestrutura, no âmbito das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A indústria de transformação apresentou taxas de crescimento significativamente positivas com destaque para os dois últimos anos da série, 2007 e 2008, nos quais se percebe uma convergência para o ritmo de expansão do produto como um todo.

Tabela 1.4 - Crescimento e composição do PIB segundo a ótica da oferta
Brasil, 2000 - 2008

Período	Agropecuária	Indústria					Serviços inclusive Adm. Púb.	PIB a Preços básicos
		Ext. mineral	Transformação	Construção	Siup	Total		
	Taxa de crescimento (% a. a.)							
2000	2,7	9,1	5,7	2,0	4,2	4,8	3,6	3,9
2001	6,1	2,2	0,7	-2,1	-6,2	-0,6	1,9	1,4
2002	6,6	11,6	2,4	-2,2	2,9	2,1	3,2	3,1
2003	5,8	4,7	1,9	-3,3	4,0	1,3	0,8	1,2
2004	2,3	4,3	8,5	6,6	8,4	7,9	5,0	5,6
2005	0,3	9,3	1,2	1,8	3,0	2,1	3,7	3,0
2006	4,5	4,4	1,1	4,7	3,5	2,3	4,2	3,7
2007	5,9	2,8	4,7	5,0	5,9	4,7	5,4	5,2
2008	5,8	4,3	3,2	8,0	4,5	4,3	4,8	4,7
	Composição							
2000	5,6	1,6	17,2	5,5	3,4	27,7	66,7	100
2001	6,0	1,5	17,1	5,3	3,0	26,9	67,1	100
2002	6,6	1,6	16,9	5,3	3,3	27,1	66,3	100
2003	7,4	1,7	18,0	4,7	3,4	27,8	64,8	100
2004	6,9	1,9	19,2	5,1	3,9	30,1	63,0	100
2005	5,7	2,5	18,1	4,9	3,8	29,3	65,0	100
2006	5,5	2,9	17,4	4,7	3,8	28,8	65,8	100
2007	6,0	2,2	17,4	4,8	3,6	28,1	66,0	100
2008	6,7	3,6	16,0	5,1	3,2	28,0	65,3	100

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: IPEA/DIMAC.
[a] Administração pública e seguridade social + educação pública + saúde pública

Apesar de o dinamismo industrial ter sido significativo, quando se observa a composição do PIB a partir de 2004, isto é, o segundo momento vivido pela economia brasileira, percebe-se que a participação da indústria no produto interno diminui.

Essa perda de participação não significa um baixo crescimento do setor industrial brasileiro, pelo contrário, a indústria apresentou taxas de crescimento elevadas. Porém, os setores de serviços e de administração pública cresceram a taxas superiores à média nacional e aumentaram sua participação na composição do produto.

O setor de serviços somado à administração pública, que representam mais de 60% de todo o PIB, em geral, perderam participação na composição do produto até 2004. Sua recuperação se deu a partir de 2005, quando suas taxas de crescimento ficaram acima da média nacional.

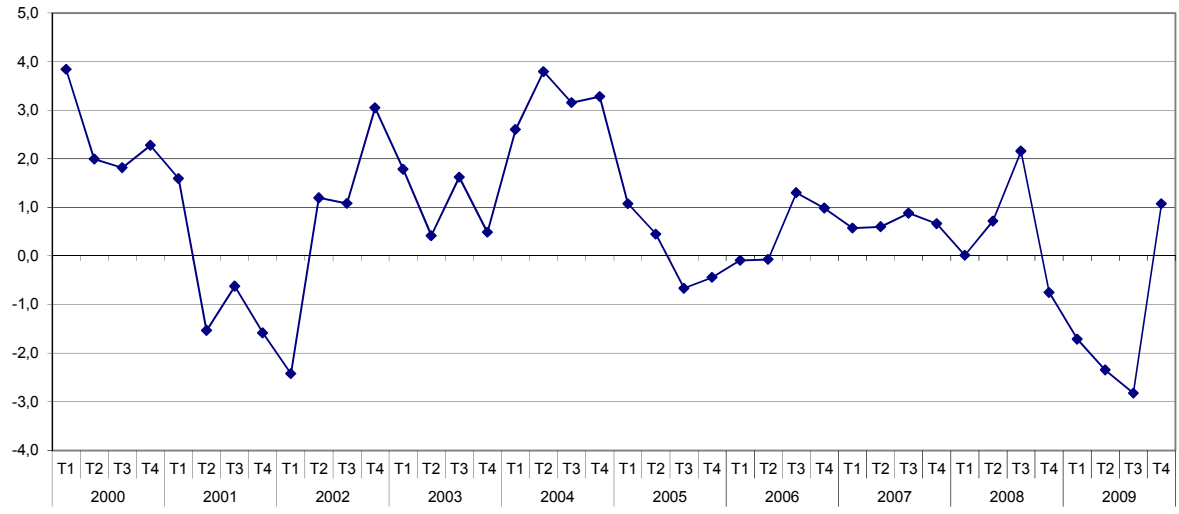
A expansão do setor de serviços está associada ao crescimento expressivo da renda nacional durante esse período. Quanto ao setor da administração pública, percebe-se que sua evolução esteve intimamente associada à ampliação do papel do Estado, que impulsionou e fortaleceu instituições públicas como os bancos de fomento: BNDES, BB e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A agropecuária apresenta uma característica diferenciada dos outros setores. O crescimento de sua produção mostrou-se significativamente positivo ao longo de toda a década, com exceção de dois anos específicos, 2004 e principalmente 2005, quando sua taxa de crescimento ficou próxima de zero (0,3%).

A participação da agropecuária no país gira em torno de 6% e apresentou uma evolução diferenciada em três momentos específicos: o primeiro vai de 2000 a 2003, em que se observa um aumento expressivo de sua participação na composição do PIB; o segundo refere-se ao período 2003/2006, quando essa participação cai; e o terceiro se dá a partir de 2006, quando o setor volta a se recuperar aumentando novamente sua participação.

Voltando à questão da contribuição industrial para o crescimento do PIB e seu importante papel de elemento dinamizador da produção interna brasileira, percebe-se que o período que vai do primeiro trimestre de 2000 ao terceiro trimestre de 2008 apresentou-se como um período em que a contribuição industrial para o crescimento da economia foi bastante significativa. As únicas exceções nesse intervalo de tempo são os períodos que vão do segundo trimestre de 2001 ao primeiro trimestre de 2002, quando a contribuição da indústria mostrou-se negativa. No entanto, há que se evidenciar a queda expressiva de sua contribuição entre o início de 2000 e o final de 2001.

Gráfico 1.1 - Contribuição da indústria ao crescimento do PIB no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)
Brasil, 2000 - 2009



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Do primeiro trimestre de 2002 em diante a contribuição da indústria para o total do produto mostrou-se crescente e significativa, com exceção do período em que se observam os impactos da crise internacional do último trimestre de 2008.

Ademais, o período que se estende do quarto trimestre de 2008 ao terceiro trimestre de 2009 ficou marcado por uma queda expressiva da atividade econômica e, por conseqüência, da produção industrial, devido à crise econômica e financeira internacional.

Sem se prender muito nesta questão, cabe salientar que essa diminuição da atividade industrial teve forte impacto sobre a economia de maneira geral, mas principalmente sobre o nível de emprego, que reduziu sensivelmente. No entanto, como esse tema foge ao escopo deste trabalho, não se pretende avançar sobre esta questão.

Em resumo, pode-se perceber que a partir de 2003/2004, momento de inflexão do padrão de crescimento para o mercado doméstico, a contribuição da indústria ao crescimento do produto interno mostrou-se significativamente positiva. Isso corrobora o argumento de que esse setor aparece como uma importante fonte de dinamismo econômico e, em especial, de favorecimento à sociedade, pois se há crescimento industrial há geração de emprego, principalmente naqueles ramos intensivos em trabalho.

Além do crescimento do PIB, outro elemento responsável pelas transformações sofridas pela sociedade brasileira ao longo dos anos 2000 foi a estabilidade monetária, isto é, a diminuição da inflação.

O que se pretende evidenciar é que para a maioria dos indicadores de preços pode-se verificar uma situação diferenciada dos anos anteriores à execução do Plano Real. Os níveis de inflação ficaram abaixo dos dois dígitos para a maioria dos anos da década de 2000.

O que se evidencia desse movimento é a manutenção de baixos patamares de inflação com aquecimento do consumo e da própria atividade econômica, especialmente a partir de 2004. Isso representa que há possibilidade real de aumentar as taxas de crescimento da atividade econômica, do consumo das famílias e do governo e dos investimentos sem que a inflação saia do controle. É possível crescer sem inflação.

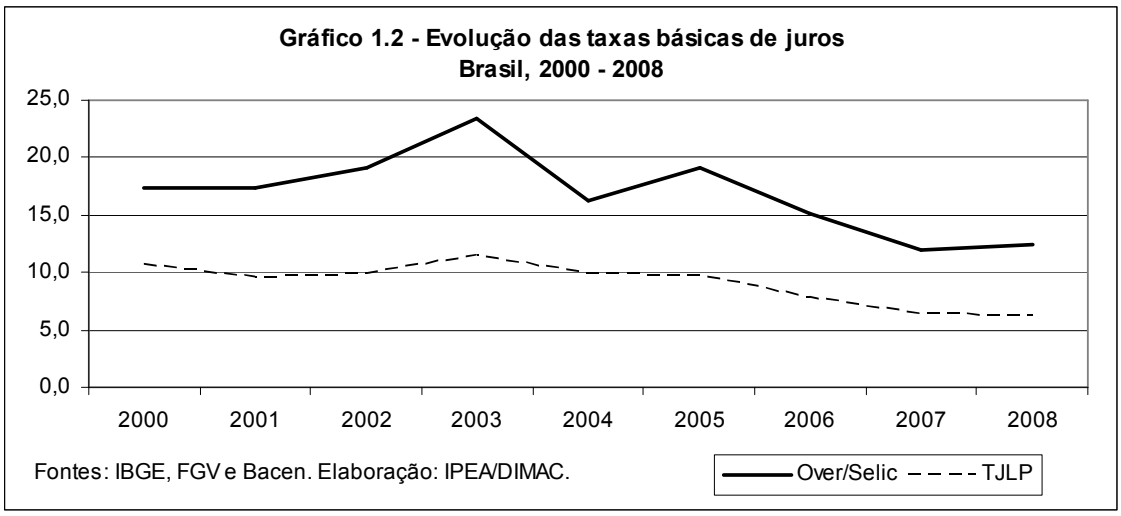
Uma inflação baixa e controlada reflete-se sobre: as famílias, pela garantia de que seu poder de compra não será reduzido; e sobre as empresas, garantindo um ambiente seguro para que essas façam seus investimentos, sem o risco de haver um aumento dos preços que leve a um aumento das taxas de juros pelo Banco Central, prejudicando investimentos.

Tabela 1.5 - Taxas médias anuais de crescimento de preços
Brasil, 2000 - 2008

Ano	Índices de preços - variação (%)									
	IGP-M	IGP-DI	IPA-DI	IPC	INCC	IPA-OG agricultura	IPA-OG indústria	IPCA	INPC	FIPE
2000	10,0	9,8	12,1	6,2	7,7	13,1	11,6	6,0	5,3	4,4
2001	10,4	10,4	11,9	7,9	8,9	16,0	10,3	7,7	9,4	7,1
2002	25,3	26,4	35,4	12,2	12,9	47,3	30,9	12,5	14,7	9,9
2003	8,7	7,7	6,3	8,9	14,4	4,5	6,9	9,3	10,4	8,2
2004	12,4	12,1	14,7	6,3	11,0	2,6	19,5	7,6	6,1	6,6
2005	1,2	1,2	-1,0	4,9	6,8	-6,3	0,9	5,7	5,0	4,5
2006	3,8	3,8	4,3	2,1	5,0	6,9	3,5	3,1	2,8	2,5
2007	7,8	7,9	9,4	4,6	6,2	24,8	4,4	4,5	5,2	4,4
2008	9,8	9,1	9,8	6,1	11,9	1,6	13,0	5,9	6,5	6,2

Fontes: IBGE, FGV e Bacen. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Concomitantemente à diminuição dos níveis de preços, houve uma diminuição das taxas básicas de juros, possibilitando e garantindo um ambiente mais favorável ao investimento e ao consumo. Esse movimento ganhou força depois do ajuste feito pelo Banco Central em 2003[13], momento em que a economia alterou seu padrão de crescimento.



Há discussões a respeito da atuação do Banco Central e a velocidade com que foi executada a política monetária. No entanto, é inegável que a diminuição das taxas de juros veio a se somar, principalmente a partir de 2005 quando se inicia um processo de diminuição sustentada

[13] Sobre o debate a respeito do ajuste feito pelo Banco Central em 2003 ver BARBOSA e SOUZA (2010) e GONÇALVES (2010). Os primeiros autores levantam a questão desse ajuste como "o ajuste necessário", pois teria se deixado para a gestão 2003 uma "herança maldita" advinda do governo anterior. Já GONÇALVES (2010) afirma que apenas se deu continuidade a política adotada no governo anterior por escolha da gestão econômica da época.

dos juros, à alteração da concepção do papel do Estado, direcionando-se ao crescimento e à geração de emprego.

A análise da economia brasileira desse período não pode ser completa sem a avaliação da situação das contas do balanço de pagamentos e do balanço em transações correntes.

O primeiro elemento que deve ser destacado diz respeito à evolução favorável do balanço em transações correntes (TC) até o ano de 2007. A evolução de seu saldo apresentou três momentos: o primeiro diz respeito ao período de 2000 a 2002, que apesar do saldo negativo apresentou uma tendência ao superávit; o segundo momento diz respeito aos anos de 2003 a 2007, quando se observou um superávit em transações correntes; e o terceiro momento foi o ano de 2008 quando houve um déficit elevado retornando-se aos mesmos patamares do déficit do início dos anos 2000.

Tabela 1.6 - Balanço de Pagamentos em US$ milhões
Brasil, 2000 - 2008

Contas do BP	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Transações Correntes (TC)	**-24.225**	**-23.215**	**-7.637**	**4.177**	**11.679**	**13.985**	**13.643**	**1.551**	**-28.300**
Balança comercial (fob)	-698	2.650	13.121	24.794	33.641	44.703	46.457	40.032	24.746
Exportação de bens	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475	118.308	137.807	160.649	197.942
Importação de bens	55.783	55.572	47.240	48.290	62.835	73.606	91.351	120.617	173.197
Serviços e rendas (líquido)	-25.048	-27.503	-23.148	-23.483	-25.198	-34.276	-37.120	-42.510	-57.234
Serviços (fretes, viagens, etc.)	-7.162	-7.759	-4.957	-4.931	-4.678	-8.309	-9.640	-13.219	-16.672
Juros	-14.649	-14.877	-13.130	-13.020	-13.364	-13.496	-11.289	-7.305	-7.232
Lucros e dividendos	-3.316	-4.961	-5.162	-5.640	-7.338	-12.686	-16.369	-22.435	-33.875
Outras rendas	79	95	102	109	181	214	177	448	545
Transferências unilaterais	1.521	1.638	2.390	2.867	3.236	3.558	4.306	4.029	4.188
Conta Capital e Financeira (CCF)	**19.326**	**27.052**	**8.004**	**5.111**	**-7.523**	**-9.464**	**16.299**	**89.086**	**32.986**
Investimento Direto	30.498	24.715	14.108	9.894	8.339	12.550	-9.380	27.518	24.603
Outros	-11.444	2.373	-6.537	-5.281	-16.234	-22.676	24.810	60.811	7.292
Erros e Omissões	**2.637**	**-531**	**-66**	**-793**	**-1.912**	**-201**	**628**	**-3.152**	**-1.718**
Resultado do Balanço	**-2.262**	**3.307**	**302**	**8.496**	**2.244**	**4.319**	**30.569**	**87.484**	**2.969**

Fonte:Bacen. Elaboração: IPEA/DIMAC.

No que diz respeito ao primeiro momento (2000 a 2002), nota-se que o déficit diminui sob a influência da reversão e do elevado crescimento do saldo comercial, além da diminuição do déficit na balança de serviços, juros e rendas. Se a análise do balanço desse período se fizer com a inclusão da conta capital e financeira, percebe-se que o déficit em TC tornar-se-ia superávit em 2001, justamente pelo elevado volume positivo dessa conta.

No segundo momento (2003 a 2007) o saldo do balanço, além de positivo, é expressivo. Os principais determinantes da evolução positiva das contas brasileiras são: o aumento significativo das exportações e, por conseqüência, uma melhora no saldo comercial além da participação positiva dos investimentos diretos, com exceção do ano de 2006.

O ano de 2008 apresentou um déficit em TC, porém um superávit no balanço geral. A queda brusca no resultado do balanço deu-se principalmente pelo efeito negativo da elevação das importações, superando as exportações, o que levou a uma brusca diminuição do superávit comercial. O que sustentou o balanço geral foi a maciça entrada de investimento direto, garantindo um superávit baixo, porém positivo, das contas brasileiras.

O endividamento e a solvência do Estado Brasileiro também apresentaram um comportamento favorável do ponto de vista das transformações ocorridas no Brasil. Os indicadores de endividamento externos apresentaram resultados surpreendentes: primeiro, pôde-se perceber uma queda expressiva do montante da dívida externa; e segundo, o acúmulo de reservas internacionais cresceu exponencialmente, principalmente a partir de 2006.

Nesse sentido, a diminuição do montante da dívida e o crescimento das reservas internacionais, que em 2008 superou a dívida externa, colocaram o país em uma situação confortável, proporcionando-lhe o título de credor internacional, isto é, suas reservas internacionais tornaram-se maiores que sua dívida externa[14].

Tabela 1.7 - Indicadores de endividamento e de solvência externa em US$ milhões
Brasil, 2000 - 2008

Período	Dívida externa bruta [a]	Reservas internacionais [b]	Dívida externa líquida	Dívida externa líquida / Exportações de bens (%)	Rendas [C] / Exportações de bens (%)
2000	216.921	33.011	183.910	3,34	32,5
2001	209.934	35.866	174.068	2,99	33,9
2002	210.711	37.823	172.888	2,86	30,1
2003	214.930	49.296	165.633	2,27	25,4
2004	201.374	52.935	148.439	1,54	21,3
2005	169.450	53.799	115.651	0,98	21,9
2006	172.589	85.839	86.750	0,63	19,9
2007	193.219	180.334	12.885	0,08	18,2
2008	200.192	206.806	-6.613	-0,03	20,5

Fonte: Bacen. Elaboração: IPEA/DIMAC.

a Exclui dívida de curto prazo antes de 1956 e empréstimos intercompanhias a partir de 1998.

b Liquidez internacional

c O numerador refere-se ao resultado líquido de juros, lucros e dividendos e outras rendas.

Quando se observam os indicadores de solvência externa, a situação é parecida: primeiro, a relação dívida externa sobre exportações cai durante toda a década e torna-se negativa em 2008, pois nesse momento o país tornara-se credor internacional; e segundo, a relação rendas

[14] Uma crítica a esse posicionamento encontra-se em GONÇALVES (2009).

exportações também cai expressivamente no período, devido à manutenção do ritmo de crescimento das exportações.

A situação externa brasileira tanto em termos de endividamento quanto em termos de solvência, isto é, a capacidade que o país tem de honrar seus compromissos, melhorou durante todo o período estudado.

Como apontado anteriormente, as exportações brasileiras tiveram um papel fundamental num primeiro momento da economia brasileira, no sentido de alavancar o crescimento econômico. No entanto, apesar da diminuição do papel das exportações como elemento dinamizador do crescimento, essas mantiveram um crescimento significativo durante todo o período, mesmo sob algumas condições internas adversas.

Essas condições internas não favoráveis às exportações neste estudo são entendidas pela constante apreciação do câmbio, ocorrida a partir de 2003. Ademais, a análise de alguns índices específicos da taxa de câmbio corrobora a idéia de que as exportações caminharam na contramão dos problemas oriundos da apreciação cambial.

A valorização do câmbio prejudica o desempenho da balança comercial e a própria indústria nacional, tanto pelo aumento do volume importado quanto pelo prejuízo causado às exportações, tornando-as não competitivas. Portanto, os problemas oriundos de uma apreciação cambial devem entrar na agenda da política macroeconômica nacional, no sentido de uma manutenção das taxas de câmbio em patamares suficientemente competitivos, para que a indústria brasileira não seja prejudicada.

Tabela 1.8 - Índices da taxa de câmbio efetiva real para exportações (2005 = 100)
Brasil, 2000 - 2008

Período	Total das Exportações (INPC)	Total das Exportações (IPA-OG)	Exportações de Manufaturados (INPC)	Exportações de Manufaturados (IPA-OG/IT)
2000	104,96	131,81	114,38	143,57
2001	124,22	148,74	136,52	166,01
2002	121,25	136,89	124,86	145,55
2003	120,54	124,88	122,15	132,00
2004	117,91	117,84	117,58	120,98
2005	99,94	99,82	99,91	99,84
2006	91,25	93,47	91,23	92,21
2007	86,26	87,16	84,91	86,77
2008	90,56	85,67	84,96	83,84

Fontes: FMI, FGV e IBGE. Elaboracao: IPEA/DIMAC.

Deflatores: IPA-OG, IPA-OG/Indústria de Transformação e INPC.

Tanto os índices de câmbio para o total das exportações quanto para as exportações de manufaturados indicam uma piora nas condições brasileiras para exportação. Dessa maneira, pode-se afirmar que não houve uma ação efetiva do Estado frente aos problemas cambiais enfrentados pelos setores exportadores da economia brasileira.

O principal determinante do crescimento do valor das exportações no início dos anos 2000 foi o aumento do *quantum* exportado. Isso pode ser observado pela elevação desses índices após a desvalorização de 1999, em detrimento de uma diminuição no fator preço, indicando, nesse primeiro momento, que essa desvalorização da moeda nacional proporcionou um aumento do volume exportado pelo barateamento dos produtos brasileiros no mercado internacional (Tabela 1.9).

Assim como a economia brasileira, as exportações apresentaram dois momentos distintos: o primeiro, que vai de 2000 a 2003, quando o aumento do valor das exportações se deu pela ampliação do *quantum* exportado; e o segundo, a partir de 2004, quando os preços passaram a ter maior peso na determinação do valor das exportações brasileiras.

Deve-se destacar, portanto, o papel fundamental da desvalorização cambial no primeiro momento, e do crescimento mundial e de um cenário internacional favorável aos preços dos produtos exportáveis brasileiros, no segundo momento. Isso garantiu um saldo comercial positivo e expressivo ao Brasil, durante toda a década de 2000.

Tabela 1.9 - Índice de preço e quantum das exportações segundo fator agregado (2000 = 100)
Brasil, 2000 - 2008

Período	Básicos		Semi-manufaturados		Manufaturados		Total	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	96,5	109,5	91,6	133,3	89,5	108,3	100,0	101,3
2002	82,7	127,3	85,2	172,9	109,5	92,5	85,6	118,1
2003	91,3	144,0	94,8	189,6	108,8	111,9	89,6	136,6
2004	108,5	163,2	108,5	203,3	115,3	141,1	99,3	162,7
2005	123,4	174,7	121,4	216,0	128,0	156,3	111,4	178,0
2006	134,9	185,3	143,4	223,6	143,8	159,7	125,3	183,9
2007	154,5	207,2	159,0	225,2	155,9	164,9	138,5	194,0
2008	218,3	207,7	199,2	223,3	181,2	156,6	174,9	189,2

Fontes: Funcex e IPEA. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Quando se comparam os índices de preço e quantidade entre exportações e importações notam-se influências distintas para a conformação da balança comercial. O crescimento dos preços para importação foi maior que o índice para exportações durante o período de 2000 a 2005. Isso implica uma maior influência dos preços dos importados sobre o saldo comercial brasileiro, pressionando negativamente a balança comercial nesse período.

No entanto, esse quadro levemente desfavorável ao saldo comercial pelo crescimento relativamente maior dos preços dos importados foi compensado pela evolução expressivamente mais acelerada da quantidade exportada. Ao se observar esse índice percebe-se que sua influência é sensivelmente maior no sentido de ampliação do saldo comercial brasileiro entre 2000 e 2005, pois o índice de *quantum* às exportações esteve sempre à frente do mesmo índice para as importações.

Tabela 1.10 - Índice de preço e quantum das exportações e importações (2000 = 100)
Brasil, 2000 - 2008

Período	Exportação		Importação		Termos de Troca
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	96,5	109,5	96,7	102,9	99,8
2002	92,2	119,0	93,6	90,4	98,5
2003	96,5	137,7	99,3	87,1	97,1
2004	107,0	164,0	109,2	103,0	97,9
2005	119,9	179,3	121,4	108,5	98,8
2006	134,9	185,3	129,8	126,0	104,0
2007	149,1	195,5	140,5	153,8	106,1
2008	188,4	190,7	171,4	181,0	109,9

Fontes: FUNCEX e IPEA.

Porém, quando se observam os anos posteriores a 2005 percebe-se uma expressiva pressão negativa na balança comercial brasileira. Tanto em quantidade quanto em preço de bens importados, o que ocorre é uma forte tendência à deterioração brusca do superávit comercial, alcançado no início da década de 2000.

O motivo pelo qual há uma forte pressão para a deterioração da balança comercial está na apreciação cambial que se iniciou em 2003. A valorização do câmbio pressionou a conta comercial pelo rápido aumento no volume das importações e pela ampliação dos preços dos importados.

Em resumo, a situação de desvalorização cambial até 2003 e o contexto internacional favorável permitiram ao Brasil alcançar níveis elevados em sua balança comercial, pelo aumento

expressivo das exportações, mesmo com a reversão cambial de 2003 e sua pressão pela deterioração dos superávits comerciais[15].

Ademais, não se pode esquecer da mudança na concepção do papel do Estado e a incorporação na agenda de novos elementos que vieram a se somar à diversificada capacidade de intervenção pró-cíclica e anticíclica, possibilitada pelo crescimento econômico.

Se por um lado a política monetária, que apesar da diminuição manteve altos os patamares dos juros, não se mostrou favorável à competitividade das exportações, deixando o câmbio apreciar seu valor a partir de 2003, por outro a diversificação dos parceiros comerciais e a política externa brasileira permitiram ao Brasil aumentar suas exportações, aproveitando-se do bom momento da economia mundial. Nesse sentido, cabe destacar um dos principais elementos que contribuíram para esse crescimento das exportações brasileiras, o "efeito China"[16].

[15] A apreciação cambial coloca em dúvida o bom desempenho das exportações, mas principalmente o desempenho do saldo comercial, pois essa apreciação da moeda nacional provoca um efeito de barateamento de produtos importados, que pressionam a balança comercial para um déficit. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 2006 já apontava a preocupação com a questão cambial. Ver FIESP (2006).

[16] De acordo com PUGA (2005) o Brasil tem estreitado relações com diversos países e diversificado sua pauta de exportações direcionando-as para centros novos e dinâmicos. O autor afirma que "Em termos regionais, houve um aumento da diversificação geográfica das exportações brasileiras, com um crescimento das vendas para mercados não tradicionais como Leste Asiático, especialmente China, Rússia e continente africano". Ademais "houve importantes mudanças na composição das exportações do país em direção a determinados bens de maior intensidade tecnológica, com destaque para os setores de veículos automotores, outros transportes (principalmente aviação) e materiais eletrônicos e comunicações".

Tabela 1.11 - Exportações por fator agregado em US$ milhões
Brasil, 2000 - 2008

Período	Produtos básicos	Produtos Industrializados			Operações especiais	Total
		Total	Semimanufaturados (1)	Manufaturados (2)		
2000	12.561	41.027	8.499	32.528	1.498	55.086
2001	15.342	41.144	8.243	32.901	1.737	58.224
2002	16.951	41.965	8.966	32.999	1.445	60.361
2003	21.179	50.596	10.943	39.653	1.309	73.084
2004	28.520	66.373	13.430	52.943	1.585	96.476
2005	34.721	81.105	15.961	65.144	2.482	118.308
2006	40.281	94.473	19.522	74.951	2.981	137.735
2007	51.594	105.745	21.802	83.943	3.309	160.648
2008	73.029	119.756	27.073	92.683	5.158	197.943
			Participação			
2000	22,8	74,5	15,4	59,0	2,7	100,0
2001	26,4	70,7	14,2	56,5	3,0	100,0
2002	28,1	69,5	14,9	54,7	2,4	100,0
2003	29,0	69,2	15,0	54,3	1,8	100,0
2004	29,6	68,8	13,9	54,9	1,6	100,0
2005	29,3	68,6	13,5	55,1	2,1	100,0
2006	29,2	68,6	14,2	54,4	2,2	100,0
2007	32,1	65,8	13,6	52,3	2,1	100,0
2008	36,9	60,5	13,7	46,8	2,6	100,0

Fonte:Secex.Elaboração: IPEA/DIMAC.

O chamado “efeito China” caracteriza-se pelo crescimento expressivo da participação desse país na economia mundial, tanto pelo aumento significativo de suas exportações para o mundo, quanto pelo aumento de suas importações. Suas importações tornam-se relevantes para o entendimento da evolução positiva da balança comercial brasileira no momento em que, internamente, o valor do câmbio tornava-se cada vez mais desfavorável ao setor exportador nacional.

As compras chinesas de produtos brasileiros aumentaram expressivamente ao longo da década. Portanto, tanto o “efeito China” quanto o crescimento do PIB mundial aparecem como importantes elementos na formação de um saldo comercial positivo, em especial a partir de 2004.

Esse saldo comercial positivo permitiu ao Brasil ampliar sensivelmente o tamanho de sua reserva em divisas internacionais, melhorando sua situação de solvência e endividamento externo.

As exportações brasileiras de produtos industrializados, sejam manufaturados ou semimanufaturados, triplicaram seu valor em dez anos. Em 2008 o Brasil exportou aproximadamente 80 bilhões de dólares a mais que em 2000 de produtos industrializados.

Esse montante, em termos absolutos, representa quase o mesmo incremento nas exportações de bens primários. Isso significa que, apesar da participação dos produtos industrializados brasileiros ter diminuído na composição da balança comercial, a indústria brasileira mostrou-se capaz de acompanhar o movimento mais geral da economia.

Quando o contexto internacional favorável e a desvalorização cambial de 1999 e a de 2002 se fizeram presentes, a indústria brasileira aumentou seu volume exportado. E, mesmo quando a taxa de câmbio no Brasil se dirigiu no sentido contrário do que seria adequado às exportações, essas mantiveram seu ritmo de crescimento, mostrando-se como um elemento extremamente importante para a economia brasileira.

De acordo com JAYME JR. e RESENDE (2009):

> "(...) o conteúdo tecnológico dos produtos importados e exportados exerce papel central na viabilização do crescimento dos países no longo prazo. Enquanto a literatura keynesiana enfatiza a importância do aumento das elasticidades-renda das exportações e a queda nas elasticidades-renda das importações como forma de superar a restrição do balanço de pagamentos, a literatura neo-schumpeteriana destaca a importância da tecnologia para o crescimento sustentado dessas economias. Se do ponto de vista macroeconômico são os superávits comerciais que contam para o crescimento sustentado no longo prazo, do ponto de vista microeconômico é a intensidade tecnológica dos produtos comercializados que sustenta o resultado comercial positivo ao longo do tempo". (JAYME JR. E RESENDE, 2009: 24)

Nesse sentido percebe-se que, apesar do aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira, o país exportou sensivelmente produtos industrializados e, de certa forma, com algum grau tecnológico e valor agregado. Isso remete ao fato de a indústria brasileira apresentar-se como um dos principais elementos dinamizadores do crescimento econômico e como peça fundamental para a melhora na situação social brasileira, via geração de emprego e renda.

Portanto, a indústria brasileira, tanto no que se refere à capacidade de exportação quanto ao atendimento da demanda interna, aquecida pelo aumento do consumo das famílias e dos

investimentos, mostrou-se como peça importante dessas mudanças positivas da economia e da sociedade brasileiras[17].

Nesse sentido, torna-se evidente a importância de se analisar as exportações brasileiras sob a ótica das principais categorias da atividade econômica. Entre 2000 e 2008 as exportações brasileiras apresentaram um comportamento extremamente favorável, especialmente no que se refere ao setor produtor de combustíveis e lubrificantes. Nesse setor, merece destaque o bom desempenho de uma das mais sólidas e consolidadas empresas do Mundo, a PETROBRAS, cuja importância se verifica pela melhora no saldo da balança comercial desses produtos nesse período.

Essa empresa foi um dos protagonistas do bom desempenho da economia e das exportações. O crescimento das vendas de óleos combustíveis e lubrificantes foi um dos grandes responsáveis pelo bom desempenho das exportações brasileiras, permitindo a diminuição sensível do déficit dessa conta na balança comercial.

O setor de alimentos e bebidas também contribuiu de maneira significativa para o crescimento do volume exportado. Acredita-se que, em grande medida, as exportações de carnes, em especial a de frango e a bovina, contribuíram para esse quadro[18]. Ademais, há que se salientar a evolução das exportações de bens de capital que mais que triplicaram em oito anos.

O pior desempenho em termos de exportação se deu entre os bens de consumo. Porém, não se pode deixar de perceber que esse crescimento acumulou uma taxa de 70% durante o período. O destaque desse setor é a exportação elevada de bens semiduráveis que teve seu valor multiplicado em 4 vezes.

Tabela 1.12 - Evolução das exportações por categorias da atividade econômica em US$ milhões (2000 = 1000)
Brasil, 2000 - 2008

	Alimentos e Bebidas	Insumos industriais	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital, peças e acessórios	Equip. de transporte, peças e acessórios	Bens de consumo	Outros bens	Total
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	131,0	104,5	171,1	103,0	94,2	99,7	146,8	109,0
2002	135,9	104,3	208,4	103,4	88,7	93,6	264,0	109,7
2003	172,2	127,8	264,9	121,0	101,5	108,9	149,4	133,1
2004	223,8	169,6	310,7	176,7	141,4	133,2	165,4	176,4
2005	264,4	209,7	492,0	220,6	183,0	147,1	195,8	219,9
2006	304,5	236,2	703,3	245,8	198,4	151,4	229,8	251,0
2007	360,5	276,6	868,8	274,6	221,7	164,2	330,2	291,9
2008	469,1	337,3	1.258,2	323,8	242,8	171,1	400,5	359,2

Fonte:Receita Federal. Ministério da Fazenda. Informações sobre Aduana e comércio exterior. Elaboração Própria.

[17] Sobre o crescimento das exportações e a resposta das empresas brasileiras à demanda internacional ver PUGA (2006)
[18] Sobre a evolução das exportações de carne e os problemas enfrentados pelos exportadores ver EPAGRI/CEPA (2008)

As exportações brasileiras apresentaram comportamentos distintos entre os diferentes tamanhos de estabelecimentos. O crescimento acentuado das exportações entre 2000 e 2008 foi, em grande medida, de responsabilidade dos grandes e médios estabelecimentos.

Percebe-se que aqueles que apresentam maior porte também apresentam maior capacidade de ampliação do valor e do volume de suas exportações. Grande parte desses estabelecimentos está ligada a setores amplamente beneficiados pelo aumento da demanda internacional e dos preços das *commodities*. Ademais, o câmbio desvalorizado após 1999 também deu suporte ao movimento favorável às exportações nacionais.

Esses resultados são oriundos, principalmente, do contexto internacional favorável, tanto pelo aumento do preço dos produtos exportáveis quanto pelo crescimento de países como China, Índia e Rússia, que ampliaram suas importações permitindo o aumento da participação brasileira no comércio entre esses países.

Tabela 1.13 - Evolução das exportações brasileiras segundo tamanho dos estabelecimentos (2000 = 100)
Brasil, 2000 - 2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Micro	100,0	105,6	107,2	115,2	123,8	133,5	133,2	156,7	170,6
Pequena	100,0	107,2	103,7	116,5	133,5	153,8	161,6	177,8	191,4
Micro e pequenas especiais	100,0	116,4	102,8	133,4	163,6	180,1	214,8	240,8	237,9
Média	100,0	89,4	93,5	108,5	148,6	154,8	196,9	204,3	244,0
Grande	100,0	108,0	114,7	139,0	184,5	236,3	270,6	323,1	409,5
Total	100,0	105,6	109,6	132,7	175,1	214,7	249,8	291,0	358,7

Fontes: FUNCEX, Secex/MDIC, Elaboração Própria.

O comportamento das exportações mostrou-se menos díspar entre as grandes Regiões Geográficas do país. Entre 2000 e 2008, apenas a região Centro-Oeste descolou das demais. Enquanto que a média de crescimento das exportações nesse período ficou em torno de três vezes e meia, o Centro-Oeste apresentou um incremento do valor exportado da ordem de sete vezes[19].

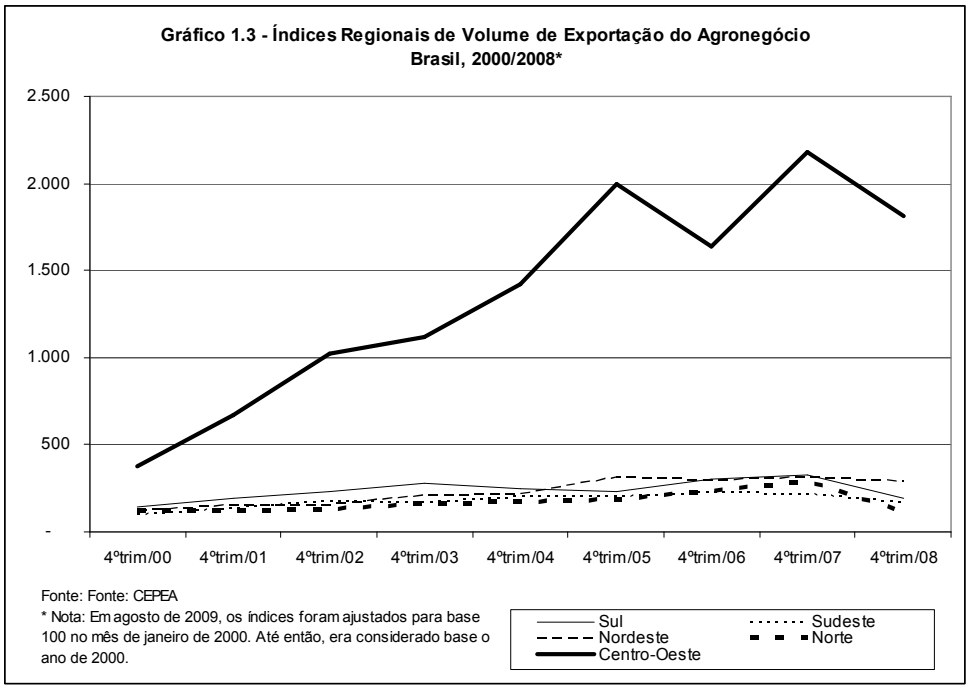
Tabela 1.14 - Evolução das exportações brasileiras segundo as grandes Regiões Geográficas
Brasil, 2000 - 2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	100,0	97,6	103,8	124,9	158,8	223,3	268,4	295,2	393,1
Nordeste	100,0	104,0	115,6	151,8	199,8	262,3	288,8	325,0	383,8
Sudeste	100,0	101,3	105,2	125,1	167,8	210,1	256,8	293,0	356,2
Sul	100,0	114,1	118,3	146,5	187,5	202,5	215,7	269,6	325,6
Centro-Oeste	100,0	134,8	155,8	207,4	283,1	391,6	409,0	528,8	772,8
Brasil	100,0	105,5	110,8	135,1	178,4	219,3	255,2	298,0	367,5

Fontes: FUNCEX, Secex/MDIC, Elaboração Própria.

[19] Para um detalhamento da evolução das exportações brasileiras nesse período por Unidade da Federação ver MOREIRA e MILHOMEM (2010).

Pôde-se perceber que o ritmo acelerado de crescimento das exportações iniciou-se em 2003, um ano exatamente após a maxidesvalorização cambial no final de 2002. Portanto, a combinação dos fatores: crescimento da demanda internacional, elevação dos preços das *commodities*, capacidade de resposta das empresas brasileiras e a desvalorização do câmbio de 2002, proporcionou ao Brasil um bom desempenho exportador entre 2000 e 2008[20].



A explicação para o excepcional desempenho das exportações do Centro-Oeste está no crescimento do agronegócio para o mercado externo. O gráfico 1.3 permite avaliar a evolução do volume das exportações desse setor. Nota-se um grande crescimento do agronegócio exportador durante todo o período, com exceção dos anos de 2006 e 2008. Destaca-se que as exportações dessa região estão fortemente relacionadas à produção e exportação de soja e carne.

O crescimento econômico brasileiro desse período não pode ser concebido sem se levar em conta o comportamento das importações. Isso se dá pelo fato de que um país como o Brasil,

[20] De acordo com DE NEGRI et all (2006) há "um movimento de expansão da fronteira agrícola, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, muito concentrado em culturas voltadas para o mercado externo. Essas culturas se beneficiaram, no início dessa década, de uma conjuntura de preços internacionais historicamente elevados, o que ampliou sua rentabilidade e, provavelmente, incentivou novos investimentos e a ocupação de novas áreas".

que almeja taxas de crescimento do produto elevadas e ainda não pode ser autossuficiente na produção de bens necessários ao dinamismo econômico, necessita recorrer ao mercado internacional para obtê-los.

O Brasil, a despeito de toda transformação positiva alcançada nesses anos da década de 2000, ainda necessita recorrer às importações para que seu crescimento se mantenha de forma robusta e sustentada.

A análise da pauta de importação brasileira torna-se interessante, pois, assim como a evolução da atividade econômica, ela também apresenta dois momentos importantes. O primeiro, que se estende de 2000 a 2003 e o segundo, que se dá a partir de 2004.

O primeiro momento diz respeito ao período de forte desvalorização cambial, logo após 1999, em que a economia brasileira estava sendo alavancada pelas exportações e o desempenho industrial ainda se mostrava incipiente. A desvalorização cambial e o baixo ritmo de crescimento da economia entre 2001 e 2003 fizeram com que as importações diminuíssem.

Houve uma diminuição das importações em todas as categorias de bens. As maiores quedas estão nos bens de consumo duráveis, como os equipamentos eletrônicos e automóveis e nos bens de capital, como toda a parte de maquinário para indústria. O período após 2004, momento de ascensão do mercado doméstico e de apreciação cambial foi marcado por um aumento generalizado das importações, porém essas se diferenciam quanto ao ritmo de crescimento.

Com o aumento dos investimentos e do consumo interno, houve uma pressão para o aumento da demanda por bens importados. Houve um forte incremento nas compras externas de combustíveis e lubrificantes e de bens de consumo duráveis.

Dois fatores foram cruciais para que esse quadro se formasse: o primeiro refere-se à valorização continuada do Real a partir de 2003; o segundo diz respeito ao crescimento da atividade econômica, do emprego e da renda das famílias.

A combinação de crescimento econômico com câmbio apreciado gera um efeito que se pode chamar de "substituição de bens nacionais". O crescimento econômico amplia a renda da população que, por sua vez, aumenta o consumo. Por fim, a apreciação do câmbio faz com que esse consumo seja desviado para fora, fazendo com que se aumente o volume das importações.

Dos produtos duráveis, o destaque é para a importação de automóveis que apresentou um crescimento expressivo nesse período, principalmente por meio dos acordos produtivos e de comércio com os países do Mercosul[21].

Tabela 1.15 - Evolução das importações por categoria de uso em US$ milhões (2000 = 100)
Brasil, 2000 - 2008

	Matérias-primas e produtos intermediários	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital	Não-duráveis	Duráveis	Total
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	96,2	98,7	108,8	90,9	101,9	99,5
2002	82,5	98,1	85,6	85,2	72,7	84,6
2003	90,6	104,4	76,0	78,2	70,0	86,5
2004	117,9	161,8	89,1	91,9	92,4	112,5
2005	133,0	187,6	113,0	114,0	113,8	131,8
2006	158,8	240,1	138,8	148,1	176,0	163,6
2007	208,8	315,7	184,6	195,6	239,2	216,0
2008	292,8	494,9	263,9	245,6	368,3	310,1

Fonte:Secex. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Os combustíveis e os lubrificantes são os únicos produtos que apresentam uma importação sempre crescente durante todo o período. Por esse motivo, sua participação amplia-se sensivelmente chegando a mais de 18% de todas as importações brasileiras. No entanto, como apresentado, as exportações desses produtos cresceram em ritmo sensivelmente superior às importações. Apesar disso, ainda se observou um déficit na balança comercial de combustíveis e lubrificantes em 2008.

A maior parcela das importações é de matérias-primas, chegando quase à metade em 2008 e ultrapassando essa marca em alguns anos do período de 2000 a 2008. Ainda se destaca que sua participação ampliou até 2003.

Quanto às importações de bens de capital, ocorreu justamente o inverso do movimento das matérias-primas. Houve uma queda sensível em sua participação no total das importações até 2004, e depois um ligeiro aumento mantendo-se acima dos 20% do total das importações.

Os dois momentos específicos da economia brasileira impactaram também sobre a importação de bens de consumo. Entre 2000 e 2004 nota-se uma queda nas importações nessa categoria de produto, certamente devido à grande desvalorização cambial da moeda brasileira.

[21] A respeito do comércio no Mercosul MOREIRA e MILHOMEM (2010) afirmam que "O aumento de comércio entre os países-membros de janeiro de 2000 a dezembro de 2007 foi de 124,72%".

Quando há uma reversão na taxa de câmbio e esta passa a se apreciar após 2003, esses produtos aumentam sua participação no total das importações.

Tabela 1.16 - Composição das importações por categoria de uso em US$ milhões
Brasil, 2000 - 2008

	Matérias-primas e produtos intermediários	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital	Não-duráveis	Duráveis	Total
2000	50,9	11,4	24,4	7,2	6,2	100,0
2001	49,2	11,3	26,6	6,5	6,3	100,0
2002	49,6	13,2	24,6	7,2	5,3	100,0
2003	53,4	13,7	21,4	6,5	5,0	100,0
2004	53,4	16,4	19,3	5,8	5,1	100,0
2005	51,4	16,2	20,9	6,2	5,3	100,0
2006	49,4	16,7	20,7	6,5	6,6	100,0
2007	49,2	16,6	20,8	6,5	6,8	100,0
2008	48,1	18,2	20,7	5,7	7,3	100,0

Fonte:Secex. Elaboração: IPEA/DIMAC.

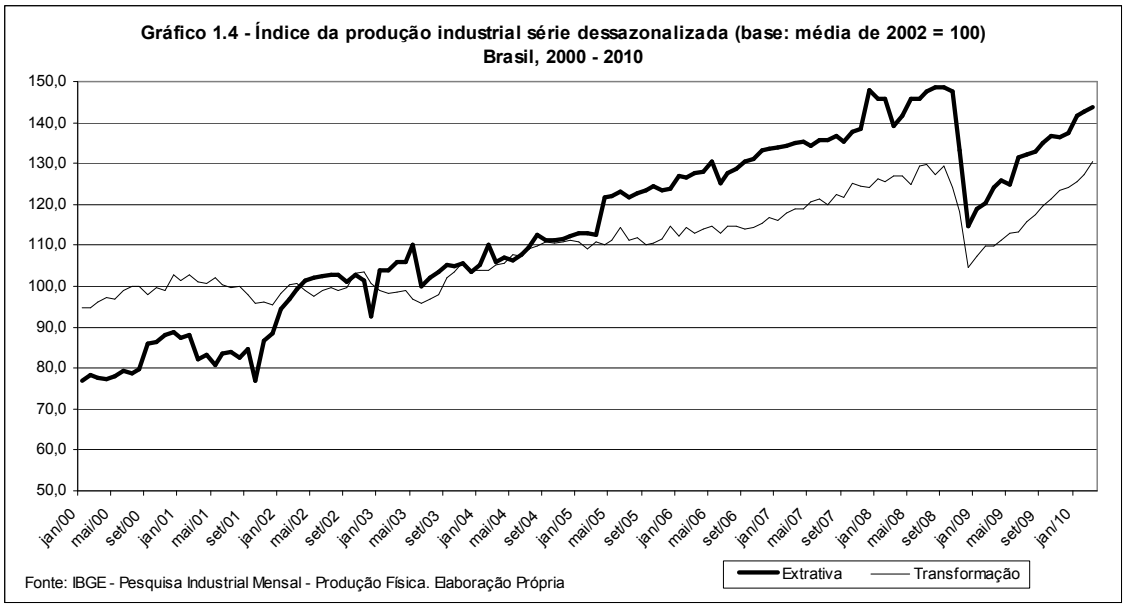
Por fim, cabe aprofundar o estudo sobre a evolução do setor industrial, dado que o escopo deste trabalho é entender a evolução desse setor no âmbito das questões referentes ao emprego e à renda, detalhando as diferenças entre estabelecimentos que exportam e aqueles que não exportam.

Os indicadores de produção da indústria brasileira, tanto da indústria extrativa quanto da de transformação, como tendência, indicam que o Brasil caminhou no sentido da manutenção de um crescimento sustentado de sua produção e de sua capacidade de resposta ao aumento tanto das demandas externas quanto internas nesse período.

O momento crítico que deve ser ressaltado encontra-se no instante em que eclode a crise internacional no último trimestre de 2008 (Gráfico 1.4). Essa queda da produção brasileira, a partir de outubro de 2008, foi reflexo principalmente da diminuição da demanda internacional. Diferentemente dos motivos da queda, a recuperação do nível da produção se deu pela manutenção dos níveis internos de consumo.

Não se pretende estudar a fundo os motivos pelos quais a economia brasileira conseguiu reverter o quadro estabelecido pela crise, mas o que se pode garantir é que a alteração na postura do Estado Brasileiro, no sentido de incentivo ao consumo e ao investimento, foi fundamental para

a recuperação da indústria e da economia como um todo[22]. Ademais, algumas medidas emergenciais, como a desoneração fiscal ao consumidor para produtos industrializados, tiveram importância para a saída do grave quadro deixado pela crise internacional.



Como forma de sintetizar o comportamento da atividade industrial desse período, pode-se avaliar o coeficiente angular das curvas do gráfico 1.4, que ilustram o crescimento da produção industrial. A primeira constatação diz respeito ao coeficiente angular da indústria extrativa que se manteve praticamente inalterado durante todo o período, com exceção do momento em que a atividade caiu bruscamente no terceiro trimestre de 2008, em decorrência da crise internacional. A segunda constatação refere-se à indústria de transformação que apresentou dois momentos distintos: baixo coeficiente angular entre 2000 e 2003 e elevado coeficiente a partir de 2004, ressalvando-se o período de crise no final de 2008.

Dois pontos merecem breves comentários: o primeiro refere-se à evolução e ao comportamento dos diversos setores industriais; e o segundo refere-se à utilização da capacidade instalada.

O período até 2003, com exceção do ano específico de 2000, ficou marcado por uma baixa atividade da indústria brasileira. No momento em que o motor do crescimento era as

[22] Sobre o assunto ver ALMEIDA (2010).

exportações, indústrias como a de transformação, bens intermediários e as de consumo, duráveis ou não duráveis, patinaram nesse primeiro período.

Tabela 1.17 - Taxa média anual de crescimento da indústria
Brasil, 2000 - 2008

Ano	Indústria Total	Indústria de transformação	Extrativa mineral	Bens de capital	Bens interme-diários	Bens de consumo (total)	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não-duráveis
2000	6,6	6,1	11,8	13,1	6,8	3,5	20,8	-0,4
2001	1,6	1,4	3,4	13,5	-0,1	1,2	-0,6	1,6
2002	2,7	0,5	19,0	-5,8	4,2	1,5	4,7	1,1
2003	0,1	-0,2	4,7	2,2	2,0	-2,7	3,0	-3,9
2004	8,3	8,5	4,3	19,7	7,4	7,3	21,8	4,0
2005	3,1	2,7	10,2	3,6	0,9	6,0	11,4	4,6
2006	2,8	2,6	7,4	5,7	2,1	3,3	5,8	2,7
2007	6,0	6,0	5,9	19,5	4,9	4,7	9,1	3,4
2008	3,1	3,1	3,8	14,3	1,5	1,9	3,8	1,4

Fonte: IBGE. Elaboração IPEA/DIMAC.

Entre 2000 e 2003 apenas a indústria extrativa mineral conseguiu manter taxas de crescimento positivas e elevadas, com uma média que girou em torno de 10% ao ano. A indústria de bens de capital em 2000 e 2001 apresentou crescimento positivo e elevado, porém caiu 5,8% em 2002, retomando o crescimento após 2003.

Os anos após 2004 para a indústria aparecem como um período em que se pode observar um expressivo crescimento da atividade industrial. Todos os setores, em todos os anos, apresentaram taxas de crescimento positivas e, de certo modo, elevadas.

Os melhores anos para a indústria foram os de 2004 e 2007, quando essa cresceu a taxas superiores ao produto, indicando que o setor industrial teve papel fundamental na composição e no crescimento do PIB.

Deve-se ressaltar que a indústria extrativa mineral diminuiu seu ritmo de crescimento nesse período, mas manteve-se, quase a todo o momento, acima da média dos setores industriais.

A ativação do investimento e do consumo, a partir de 2004, permitiu às indústrias de bens de consumo e, principalmente, às de bens de capital, alcançar taxas de crescimento elevadas. As taxas do setor de bens de capital em 2007 e 2008 aproximam-se do período mais expressivo em termos de crescimento industrial no Brasil, o chamado “milagre econômico”.

O segundo ponto refere-se à utilização da capacidade instalada da indústria brasileira. Essa se manteve em patamares considerados elevados; porém seu comportamento mostrou-se

distinto entre os setores industriais brasileiros. No caso do setor de extração mineral, apesar da significativa expansão de sua atividade, a utilização da capacidade instalada ficou estável entre 2000 e 2006. Isso pode ser explicado pelo aumento dos investimentos no setor[23].

Tabela 1.18 - Utilização da Capacidade Instalada na indústria (UCI) em porcentagem - média ponderada da economia brasileira
Brasil, 2000 - 2008

Período	Ext. mineral	Trransformação	Construção	Siup	Total
2000	97,93	79,17	92,49	100,26	85,48
2001	97,96	78,89	89,23	89,87	83,32
2002	97,98	79,48	86,53	88,75	83,05
2003	98,38	78,64	82,97	88,23	81,78
2004	97,89	81,31	87,66	89,45	84,49
2005	98,16	80,64	88,45	90,12	84,79
2006	97,39	80,56	91,73	89,82	85,37

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: IPEA/DIMAC.
Para a indústria de transformação foram utilizados os dados da CNI.

Quanto à indústria de transformação, percebe-se uma tendência de ampliação da utilização durante todo o período. Em contrapartida, a indústria da construção percebeu uma acentuada diminuição desse indicador entre 2000 e 2003, passando de 94,6% para 82,9%. Já em 2004, passou para mais de 87% mantendo esse ritmo de crescimento pelos anos subseqüentes. Ademais, nota-se que os SIUP seguem na mesma direção do setor industrial da construção.

A partir desse movimento, podem-se fazer algumas constatações: a primeira diz respeito à diminuição da utilização da capacidade instalada para o total da indústria entre 2000 e 2003, e seu aumento, a partir de 2004; e a segunda refere-se à influência diferenciada dos setores para a conformação desse movimento.

Pode-se afirmar que a queda da utilização da capacidade instalada no primeiro momento foi puxada pela construção e pelos SIUP. Já depois do ano de 2004, momento em que a economia brasileira voltou-se para o mercado interno, nota-se uma tendência uníssona no sentido da ampliação, em todos os setores, desse indicador.

Por fim, cabe ressaltar que, mesmo com o elevado nível de utilização da capacidade instalada e do seu crescimento, especialmente a partir de 2004, os níveis de inflação mostraram-

[23] De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2008, B), entre 1996 e 2006 "Todos os setores das indústrias extrativas apresentaram, em média, 50% das empresas investindo, com exceção do setor de Extração de minerais não metálicos". Isso garantiu um aumento da atividade sem alteração na utilização da capacidade instalada.

se controlados e não ultrapassaram os dois dígitos, mantendo certa estabilidade durante todo o período.

Em síntese, a indústria nacional mostrou-se como um dos principais elementos de dinamismo da atividade econômica, no Brasil. O crescimento da atividade industrial, principalmente a partir de 2004, contribuiu de forma expressiva para o crescimento econômico e, a saber, para o crescimento do emprego, em especial aquele de caráter formal.

1.2 A dinâmica de crescimento do emprego formal nos anos 2000

A década de 2000 apresentou uma característica importante do ponto de vista do mercado de trabalho. Essa característica tem como origem um dos movimentos que conformam as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

O movimento que dinamiza e transforma o mercado de trabalho e, de maneira geral a sociedade como um todo, é o crescimento do produto e, por conseqüência, do emprego, em especial, o formal. A razão para tal afirmação reside no fato de que o Brasil conseguiu gerar em oito anos, de 2000 a 2008, 13,2 milhões de novos postos de trabalho formal.

De todos os empregos formais gerados, destaca-se o importante papel da indústria. A contribuição do setor industrial para o crescimento do emprego formal nesse período foi de 26% (3,4 milhões inclusive construção civil), ficando atrás, apenas, do setor de serviços, inclusive o comércio.

A tendência geral é apresentada por BALTAR (2009) em uma comparação entre o período de maior crescimento do PIB brasileiro, os anos 1970 anteriores à crise da dívida, e o período pós 2004. O autor afirma que:

> "A relação entre as taxas de crescimento do PIB e do número de pessoas ocupadas foi pouco a pouco revelando o patamar da elasticidade renda da geração de oportunidades ocupacionais, associado àquela trajetória de crescimento da economia, com o PIB crescendo a pouco mais de 5% ao ano e as ocupações cerca de 2% ao ano. Nota-se que esta elasticidade renda do emprego não é muito mais baixa do que a verificada na década de 1970 (antes da crise da dívida externa), quando o PIB crescia a 7% a.a. e a ocupação das pessoas cerca de 3% a.a., indicando uma elasticidade média de aproximadamente 0,40. A diferença entre as duas trajetórias de crescimento, no que diz respeito à geração de oportunidades para ocupar as pessoas, não está tanto na relação entre as intensidades de expansão do PIB e do emprego, mas no próprio ritmo de crescimento da economia, muito menor no período recente". (BALTAR, 2009: 4)

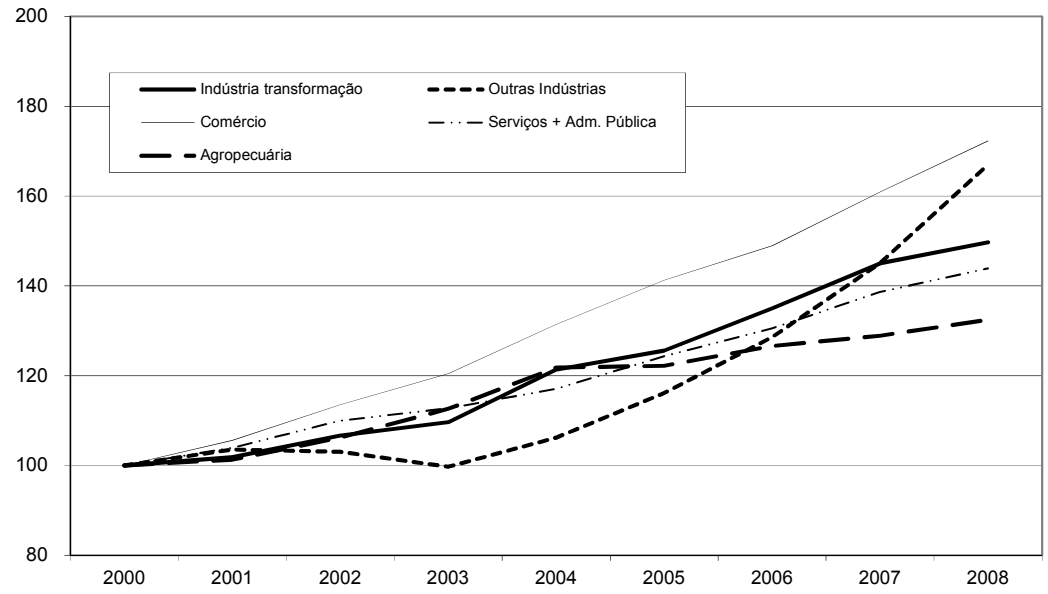
Esse movimento indica que se o país alcançasse taxas de crescimento do produto superiores, a geração de emprego seria muito próxima ao período conhecido como “milagre econômico”. Isso implica em afirmar que o crescimento econômico é condição indispensável para melhorar as condições de vida da população e se dá pela principal via de transformação social, a geração de emprego.

Somado a isso, o cenário favorável à sociedade brasileira durante esse período está associado, também, a outro elemento de grande importância: o crescimento da renda. De acordo com BALTAR (2009), houve um aumento expressivo da massa de renda, tanto pelo fator aumento do emprego como pelo aumento da renda.

A expansão do emprego formal deu-se de forma diferenciada para os diferentes setores da economia brasileira. O comércio e a indústria de transformação apresentaram, relativamente, uma característica diferenciada. Esses dois setores perceberam um aumento constante do emprego entre 2000 e 2008.

Por outro lado, os outros setores industriais (serviços de utilidade pública e indústria extrativa), os serviços, a administração pública e a agropecuária apresentaram basicamente a mesma característica, em termos de evolução do número de ocupados. Essa característica se dá pela distinção de dois momentos. O primeiro, de 2000 a 2003, pode ser caracterizado como um período de estabilidade ou de baixo crescimento do emprego. Já o segundo, caracterizou-se pelo crescimento expressivo e sustentável de postos formais de trabalho.

Gráfico 1.5 - Evolução do estoque de ocupados formais com vínculo ativo em 31/12 por setor de atividade (2000 = 100) Brasil, 2000 - 2008



Fonte: Relação Anual de Informações Socias - RAIS. Elaboração Própria.

De forma sintética, há uma diferença expressiva entre os dois períodos. Com exceção do comércio, pode-se perceber que o coeficiente angular da curva que ilustra o comportamento do emprego se altera. Entre 2000 e 2003 o valor desse coeficiente é sensivelmente menor se comparado ao período de 2004 a 2008, o que indica uma mudança no ritmo de crescimento do emprego formal, no transcorrer da década.

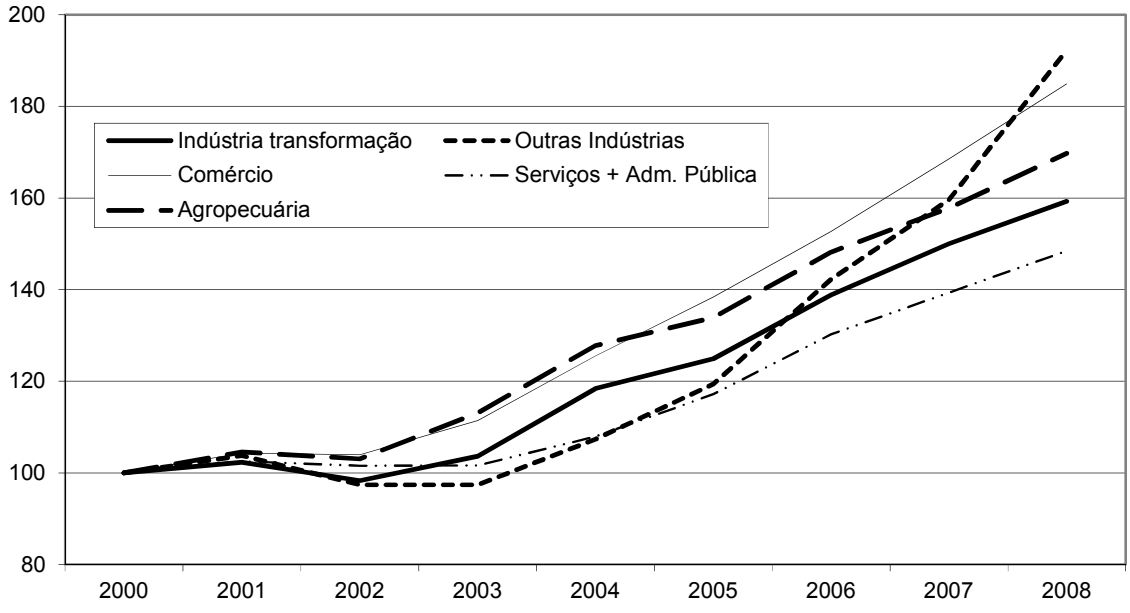
Como tendência, pode-se afirmar que a partir de 2004 há uma elevação sensível do número de postos de trabalho em todos os setores da economia. O setor que apresentou menor ritmo de crescimento do emprego formal foi o da agropecuária, 32%. Já o de maior dinamismo foi o do comércio, 72% entre 2000 e 2008, seguido de perto pelo setor industrial (outras indústrias, 67% e transformação, 50%).

O crescimento do produto interno pode ser considerado um dos principais responsáveis por essa alteração positiva no mercado de trabalho formal. Nesse sentido, cabe destacar que esse movimento favorável não se deu somente no aumento do número de pessoas ocupadas.

O crescimento da economia e a sua sustentação ao longo da década permitiram um elevado incremento na massa salarial que, de maneira geral, aumentou em termos reais 57%, entre os anos de 2000 e 2008.

No entanto, assim como na evolução do número de empregos formais, a massa salarial apresentou dois comportamentos distintos no decorrer do período. No primeiro momento, de 2000 a 2003, o coeficiente angular da curva da massa de salários, em todos os setores da economia, foi praticamente zero, indicando certa estagnação. No segundo momento, a partir de 2004, nota-se uma expressiva alteração desse coeficiente, o que indica uma elevada aceleração no ritmo de crescimento do total dos salários. Isso implica, portanto, uma alteração positiva na situação salarial dos setores formais da economia brasileira.

Gráfico 1.6 - Evolução da massa salarial real dos ocupados formais por setor de atividade (2000 = 100) Brasil, 2000 - 2008



Fonte: Relação Anual de Informações Socias - RAIS. Elaboração Própria.

O crescimento da massa salarial pode ser entendido por dois fatores: de um lado, houve um forte incremento do número de trabalhadores e, por outro, uma elevação dos próprios salários. Deve-se destacar que a massa salarial cresceu mais que o volume do emprego significando, portanto, que a evolução dos salários também apresentou uma contribuição importante para explicar esse movimento.

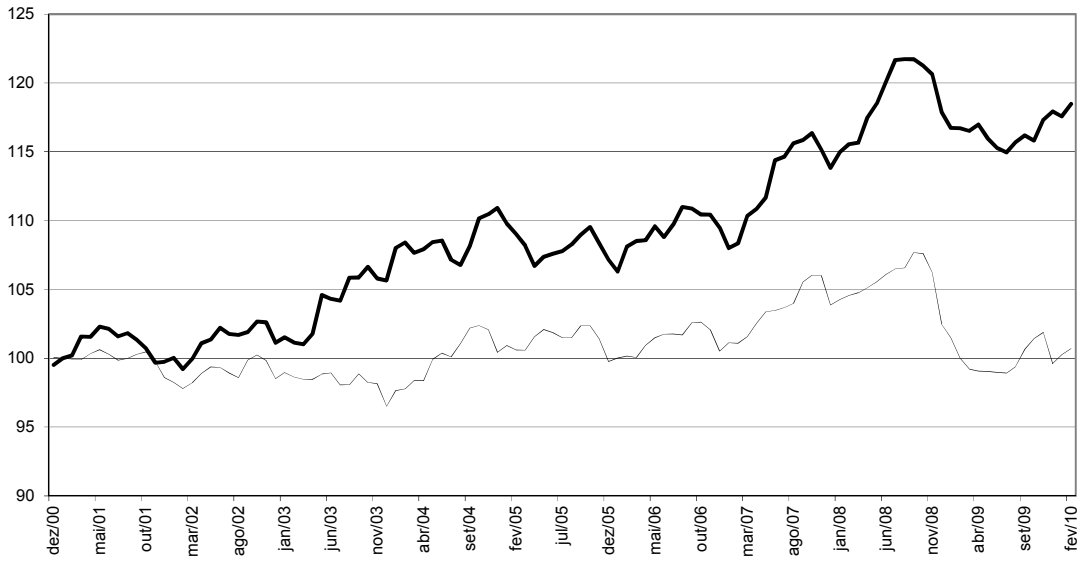
As razões para tal estão na alteração da gestão da política salarial, em especial o incremento real dado ao salário mínimo, e no aumento do poder de barganha dos sindicatos, em consequência do bom desempenho da economia e da geração de milhões de postos de trabalho.

A partir da análise desse movimento, em especial aquele que emerge em 2004, verifica-se uma situação extremamente favorável à sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia permite o aumento do número de postos de trabalho, o crescimento do emprego e da massa de renda permitem a ampliação do consumo e, por consequência, a sustentação do crescimento econômico criando, assim, um círculo virtuoso.

Ademais cabe salientar que, no momento em que a economia se volta ao mercado interno, a partir de 2003 a evolução desse círculo virtuoso torna-se um dos determinantes do dinamismo do próprio crescimento do produto.

O emprego industrial nesse período, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), segue uma tendência positiva. Porém, não se pode deixar de notar que, a partir do último trimestre de 2008, esse setor se mostrou em situação complicada (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 - Evolução do total dos ocupados assalariados da indústria (jan 2001 = 100)
Brasil, 2000 - 2010



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário. Elaboração Própria.

Como já explicitado, o foco deste estudo não passa pela análise dos determinantes e conseqüências da crise econômica que emergiu no final de 2008, porém a diminuição da atividade industrial, como já apresentado, teve forte rebatimento sobre o emprego industrial nos meses subseqüentes à crise.

A atividade industrial deu fortes sinais de recuperação e, de certa forma, conseguiu alcançar patamares muito próximos ou até superiores aos momentos que antecederam à crise. No entanto, esse mesmo movimento não se observou na esfera do emprego, pois apesar de este recuperar parcela das perdas ocasionadas pela diminuição da atividade industrial, não conseguiu atingir os mesmos patamares do período anterior à crise (Gráfico 1.7).

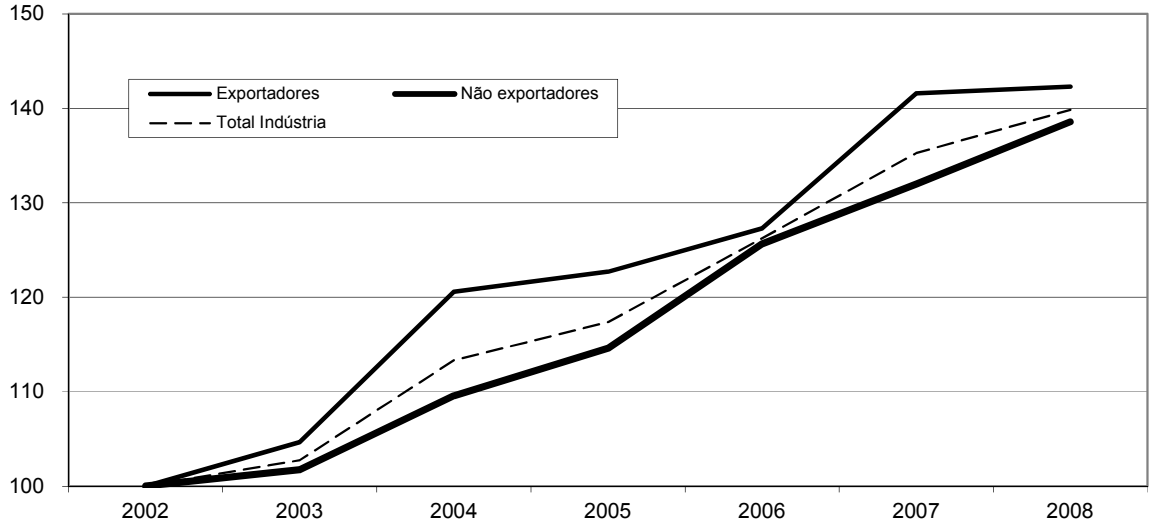
A questão principal que envolve esse trabalho diz respeito ao comportamento do emprego industrial formal e suas transformações durante o período de crescimento da economia e das exportações no Brasil.

Para que esta questão fosse abordada de maneira mais profunda, criou-se uma classificação de estabelecimentos que permitisse a distinção entre aqueles ligados ao mercado externo, isto é, exportaram algum bem ou serviço, e aqueles ligados ao mercado doméstico, ou seja, não exportaram. Em síntese, todos os estabelecimentos industriais que declaram informações a RAIS foram classificados em exportadores e não exportadores[24].

A evolução do emprego em estabelecimentos industriais, de acordo com as informações da RAIS, indica que, a partir de 2003, a indústria brasileira apresentou um importante papel na geração de novos postos de trabalho. O estoque de trabalhadores que mantiveram vínculo empregatício ativo até o dia 31 dezembro de 2008 aumentou cerca de 40% entre 2002 e 2008[25].

[24] Sobre a definição e a classificação dos estabelecimentos industriais desse estudo ver introdução ao Capítulo 2.
[25] Como já apontado na introdução desse estudo a escolha do período 2002 – 2008 se deu por dois fatores: o primeiro, de caráter técnico, refere-se ao fato da série de dados sobre estabelecimentos exportadores iniciar em 2002; e o segundo diz respeito ao estudo de um período que compreende um momento de transição no padrão de crescimento sem interferência da crise econômica e financeira internacional do final de 2008

Gráfico 1.8 - Evolução do estoque de ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação
Brasil 2002 - 2008



Fonte: Relação Anual de Informações Socias - RAIS. Elaboração Própria.

Esse aumento representa a geração de 2,2 milhões de novos postos de trabalho, uma média de 300 mil empregos formais gerados ao ano pelo setor industrial brasileiro, a partir de 2003. Apesar de certa descontinuidade no ritmo de crescimento do emprego, os estabelecimentos exportadores apresentaram relativamente um maior crescimento do número de trabalhadores industriais, 42% entre 2002 e 2008. Uma das principais causas do aumento do número de ocupados no setor industrial exportador deu-se pelo sensível aumento no número de estabelecimentos sob essa condição.

Portanto, contatou-se que que o crescimento da atividade econômica e ritmo acelerado de expansão das exportações, mostraram-se extremamente favoráveis à geração de emprego, isto é, crescimento econômico com aumento da atividade industrial e das exportações é fundamental para a dinamização da economia e para ampliar as possibilidades de se alterar positivamente a condição sócio-econômica da população brasileira.

O objetivo dos próximos capítulos reside na exploração e no aprofundamento das questões que envolvem o emprego e a renda no setor industrial no período de 2002 a 2008. Essas questões passam pela exploração do crescimento do emprego industrial formal, dos salários e do perfil ocupacional dos trabalhadores desse setor.

Capítulo 2 – Características gerais da evolução do emprego industrial no mercado de trabalho formal, Brasil 2002 – 2008

O objetivo deste Capítulo é analisar e compreender as características da evolução do emprego industrial formal no Brasil dos anos 2000, por meio de um estudo comparativo entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

Segundo DE NEGRI et alli (2006) houve uma reversão na tendência de queda no emprego industrial, que se observava nos anos 1990. Os autores afirmam que:

> "A partir de 2000, entretanto, o emprego na indústria volta a crescer, evidenciando o esgotamento do modelo de reestruturação produtiva via redução de pessoal ocupado e, principalmente, o boom exportador que se seguiu à desvalorização cambial, especialmente nos últimos três anos, e que favoreceu o crescimento da produção e do emprego industrial. Só em 2004, o emprego com carteira assinada na indústria brasileira cresceu 7%" (DE NEGRI et alli, 2006:22)

Entre 2002 e 2008 a indústria brasileira gerou 2,2 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada. Desses milhões de empregos, 36% foram criados em estabelecimentos exportadores.

Além da evolução expressiva do emprego industrial, exportadores e não exportadores apresentaram uma valorização real, em termos de salário, também significativa. Enquanto a evolução do emprego se deu de forma relativamente mais acentuada em estabelecimentos exportadores, o comportamento dos salários mostrou-se relativamente mais favorável aos trabalhadores do setor não exportador.

No entanto, apesar do bom momento vivido pela economia brasileira, que a partir de 2004 favoreceu o mercado doméstico, e do elevado crescimento do emprego em estabelecimentos industriais não exportadores, os diferenciais entre exportadores e não exportadores não se alteraram. Isso implica na manutenção da desigualdade estrutural do perfil do emprego entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Em síntese, a qualidade do emprego é influenciada pela condição de exportação, isto é, pelo tipo de inserção desses estabelecimentos.

Portanto, como apontado no Capítulo 1, o crescimento econômico, a ampliação da atividade industrial, a evolução expressiva das exportações e a ampliação do papel do Estado na economia, proporcionaram um significativo aumento do número de empregos formais e dos

salários dos trabalhadores da indústria. Sob esse contexto é que se pretende avaliar e aprofundar as questões que envolvem a evolução do emprego, dos salários e do perfil dos novos postos de trabalho gerados na indústria brasileira nesse período.

2.1 Definições Metodológicas

A discussão a respeito da metodologia utilizada deve ser feita a partir do esclarecimento sobre os passos que viabilizaram a execução deste trabalho. Inicia-se com a identificação dos estabelecimentos segundo o que se chamou de condição de exportação. O primeiro passo foi identificar os estabelecimentos que exportaram durante o período a ser analisado. Esse se deu por meio da divulgação de uma lista, feita pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), com informações para os estabelecimentos que exportaram em determinado ano. A SECEX, portanto, divulga em sua página na internet algumas informações desses estabelecimentos, que aqui foram denominados de exportadores[26].

Após a identificação desses estabelecimentos, partiu-se para a obtenção das informações de vínculo empregatício desses estabelecimentos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Fez-se um cruzamento das informações disponibilizadas pela SECEX e aquelas contidas na RAIS. A identificação desses estabelecimentos na RAIS foi concebida a partir das informações de micro dados da própria RAIS, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O segundo passo deu-se pela separação entre aqueles estabelecimentos que estavam contidos nas informações da SECEX e aqueles que não estavam, mas que faziam parte da RAIS. Logo em seguida, selecionaram-se todos os estabelecimentos que declararam a RAIS e que pertenciam ao setor de atividade da indústria, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Portanto, todo o esforço de análise da evolução do emprego industrial deu-se a partir das informações de vínculo empregatício contidas na RAIS, combinando-as com as informações divulgadas pela SECEX para os estabelecimentos que exportaram no período.

[26] A definição dos exportadores deu-se apenas pela presença desses estabelecimentos que exportaram algum bem ou serviço nessa lista da SECEX. Portanto, não há ponderação pelo volume de exportação desses estabelecimentos.

O estudo concentrou-se no período que compreende os anos entre 2002 e 2008; primeiro pela disponibilidade de informações sobre estabelecimentos exportadores da SECEX, que se inicia em 2002; e segundo porque 2002 – 2008 é um período que compreende um momento de transição no padrão de crescimento com apenas uma pequena interferência da crise econômica e financeira internacional do final de 2008. Assim, não se pretende analisar a repercussão da crise nem a recuperação da economia brasileira no período posterior.

A análise restringe-se aos estabelecimentos industriais[27], tanto para aqueles identificados como exportadores quanto para aqueles não exportadores, segundo as informações da SECEX.

O terceiro passo refere-se à classificação de três tipos de estabelecimentos, segundo sua condição de exportação e/ou forma de inserção no mercado internacional. Esses três tipos foram denominados: exportadores permanentes, exportadores potenciais e não exportadores.

Os estabelecimentos permanentes foram identificados por meio de um esforço de seleção, entre os anos de 2002 a 2008, daqueles que apareceram tanto na RAIS quanto na SECEX em todos os anos, sem exceção. Isso significa que foi criado um painel de estabelecimentos com exatamente o mesmo número de componentes em todos os anos. O objetivo da construção desse painel é analisar o comportamento do emprego em estabelecimentos exportadores, controlando o efeito da entrada ou saída de novos estabelecimentos, ou seja, um estudo da evolução do emprego para aqueles que exportaram durante todo o período analisado.

Para um estabelecimento assumir uma posição permanente ou consolidada frente ao comércio internacional há fatores que possibilitam ou dificultam sua manutenção sob essa condição.

De acordo com VEIGA (2002) "há um amplo conjunto de fatores que podem exercer alguma influência sobre a decisão empresarial de exportar e crescer na exportação". Entre esses fatores está o que o autor chamou de "a dimensão microeconômica do viés antiexportador", que está relacionado à manutenção e à sustentação das exportações das empresas, pois isso requer uma grande mobilização de recursos organizacionais, financeiros e humanos, principalmente porque os diferentes mercados podem apresentar características e dinâmicas distintas do mercado interno.

[27] Somente para aqueles estabelecimentos que aparecem na declaração da RAIS; quanto aos que não estão nessa relação não se pode fazer qualquer menção.

Ademais, há fatores ligados aos aspectos operacionais da atividade exportadora, às dificuldades oriundas da implementação das políticas de incentivo às exportações e às operações de controle dos fluxos de comércio. Todos se referem aos custos de transação relacionados à entrada na atividade exportadora e aos de operacionalização das vendas externas. Verificam-se, também, problemas relacionados aos gargalos em infraestrutura de transportes domésticos e internacionais, além de condições inapropriadas de portos[28].

Para o autor, manter-se exportando por um longo período é "complicado, caro e arriscado, principalmente para quem tem acesso a um mercado doméstico de grande dimensão e ainda razoavelmente protegido". (VEIGA, 2002: 161)

Os potenciais são assim chamados, pois se entende que o fato de exportarem abre portas para que esses estabelecimentos possam adquirir experiência e continuar exportando ao longo dos próximos anos, apesar de se entender a dimensão dos problemas enfrentados para se alcançar tal objetivo. Sua identificação deu-se por suas informações estarem presentes, em cada ano específico, na SECEX e na RAIS, excluindo-se aqueles que aparecem em todos os anos, sem exceção.

Podem ser identificadas algumas possibilidades para os estabelecimentos classificados como potenciais, sendo melhor percebidas por meio de exemplos: um estabelecimento que exportou em 2002 e não exportou mais, tem seu registro como potencial exportador em 2002; outra possibilidade é ter exportado em 2002 e deixado de declarar a RAIS como pertencente ao setor industrial, o que significa que só haverá informações deste para o ano de 2002; outra, é exportar em 2002, não exportar em 2003 e voltar a exportar em 2004, indicando que esse estaria

[28] MAKWALD e PUGA (2002) fazem um estudo sobre alguns dos problemas enfrentados pelas empresas exportadoras e levantam algumas ações por parte do Estado que mereceriam atenção e auxiliariam as empresas na difícil tarefa de entrar no mercado internacional ou de permanecer nele como exportadora. Segundo os autores "A continuidade é condição necessária, mas não suficiente, para garantir o sucesso do empreendimento exportador, pois, mesmo entre as exportadoras contínuas (definidas como aquelas que exportaram de forma ininterrupta ao longo dos últimos cinco anos), os diferenciais de desempenho podem ser muito pronunciados. De fato, conforme constatado no estudo, a diversificação da linha de produtos, o *up-grade* tecnológico, a adaptação da oferta exportadora ao dinamismo do comércio mundial e a qualidade da gestão empresarial são atributos característicos das empresas mais dinâmicas" (MARKWAD e PUGA, 2002: 149). Ademais, os autores fazem proposições como: "Em primeiro lugar, mais do que iniciativas seletivas destinadas a aumentar a percepção (*awareness*) da importância do mercado externo entre as empresas não exportadoras, defende-se a adoção de ações horizontais destinadas a simplificar procedimentos e reduzir os custos de entrada na atividade exportadora. Em segundo lugar, recomenda-se o desenho de programas e ações destinados a: a) avaliar o preparo (*readiness*) das empresas que pretendem iniciar sua experiência na atividade exportadora; e b) treinar empresas de pequeno porte que têm potencial exportador, mas carecem dos recursos e/ou conhecimentos necessários. O objetivo desses programas é reduzir a taxa de desistência entre as exportadoras iniciantes, evitando a ocorrência de fracassos prematuros. Alguns desses programas podem ter como público-alvo as exportadoras fracassadas. Em terceiro lugar, sugere-se o desenvolvimento de ações e iniciativas destinadas a superar barreiras informacionais, barreiras de exposição e barreiras à entrada nos mercados externos. Pesquisas de mercado, identificação de oportunidades comerciais, participação em feiras e exposições, missões comerciais, estabelecimentos de escritórios de representação comercial no exterior e subsídio às atividades de P&D são algumas das iniciativas que podem merecer o apoio governamental". (MARKWAD e PUGA, 2002: 149)

classificado como potencial exportador em 2002, não-exportador em 2003 e potencial exportador em 2004.

Por fim, a classificação dos não exportadores dá-se quase que de forma automática. São estabelecimentos industriais que não aparecem nas informações da SECEX, mas declararam a RAIS.

Em poucas palavras, a definição metodológica de classificação dos estabelecimentos industriais desse estudo é feita pela identificação daqueles que aparecem na RAIS distinguindo-os em: não exportadores e exportadores. Ressaltando que esses últimos são subdivididos em potenciais e permanentes.

Esses foram os passos que permitiram a construção da tipologia dos estabelecimentos industriais, foco para a análise do emprego formal desse estudo. Após a definição metodológica e a apresentação da tipologia referente à condição de exportação, parte-se para a análise das características gerais da evolução do emprego no período 2002 – 2008.

2.2 A evolução do setor industrial e do porte de seus estabelecimentos no Brasil

Como apresentado anteriormente, o crescimento econômico aparece como um dos principais determinantes do incremento no número de empregos no Brasil. Destacou-se que esse crescimento do emprego apresentou características peculiares, em especial pela forte recuperação dos postos de trabalho formal, com destaque para o papel da indústria.

Esse processo também se mostrou capaz de dinamizar, não só o mercado de trabalho pelo aumento do número de empregos, como o setor industrial que expandiu sensivelmente seu tamanho pela ampliação do número de estabelecimentos.

O crescimento do número de estabelecimentos industriais no Brasil foi elevado, cerca de 3,6% ao ano. Dos 334 mil estabelecimentos industriais, a grande maioria, cerca de 95%, era não exportadora em 2008.

Em 2002, o Brasil possuía pouco mais de 270 mil estabelecimentos industriais, sendo que os exportadores representavam 4,3% desse total. Dentre esses, exatamente 4.900 foram classificados como permanentes (ou consolidados). Isso significa que seu número não se alterou até 2008. Já quanto aos potenciais, em 2002 esses eram 6.821 e apresentaram crescimento de 32%, chegando a 9.038 em 2008.

O número de exportadores cresceu menos que os não exportadores, 18% e 24%, respectivamente. Uma das razões para isso está no porte dos estabelecimentos que surgiram, segundo o critério de número de empregados.

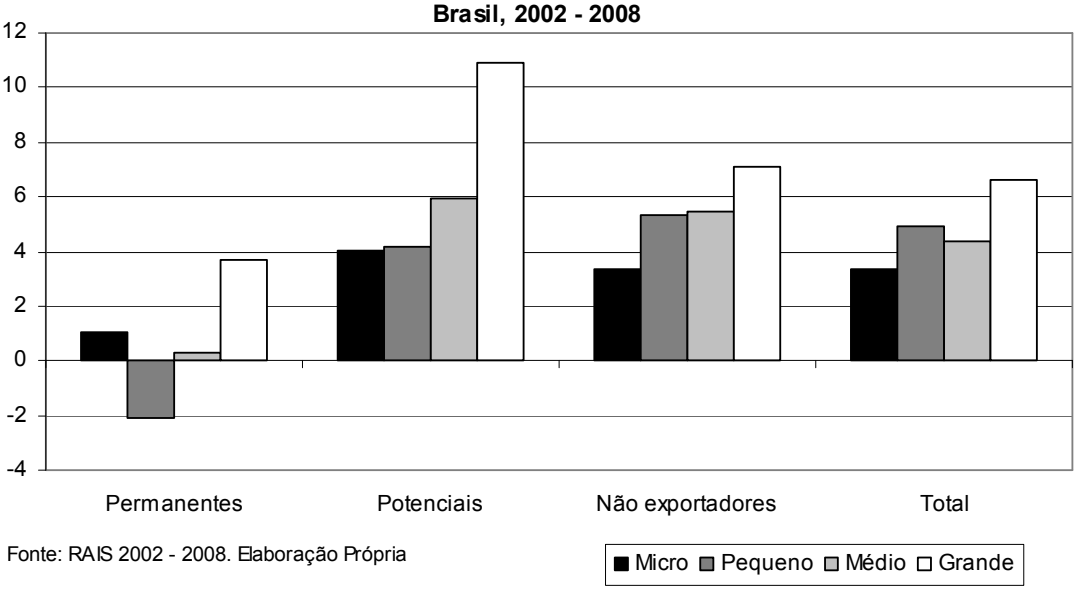
Segundo a RAIS, a definição do tamanho do estabelecimento é determinada pelo número de empregos com vínculo ativo em 31 de dezembro do ano-base. Os estabelecimentos com tamanho zero são aqueles que não possuem nenhum empregado em 31 de dezembro, mas que tiveram pelo menos registro de algum trabalhador ao longo do ano.

De acordo com a classificação do IBGE e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) define-se microempresa aquela que possui de 0 a 19 empregados; pequena, de 20 a 99; média, de 100 a 499; e, grande, aquela com mais de 500 empregados.

Utilizando-se dessa classificação pode-se perceber que os estabelecimentos de grande porte foram aqueles que mais cresceram relativamente entre 2002 e 2008. Merece destaque a taxa de crescimento anual do número de grandes estabelecimentos potenciais exportadores, mais de 10% ao ano, que pode ser explicada pela entrada de novos estabelecimentos de grande porte no setor industrial, ou pela mudança no perfil daquele que já era industrial, mas só passou a exportar em determinado momento do período analisado.

A análise dos exportadores permanentes é relevante, pois se permite controlar um número fixo de estabelecimentos ao longo do tempo, sem a interferência da entrada ou saída de novos; assim, estudam-se exatamente 4.900 estabelecimentos de maneira fixa durante todo o período.

Gráfico 2.1 - Taxa média anual de crescimento do número de estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e porte Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

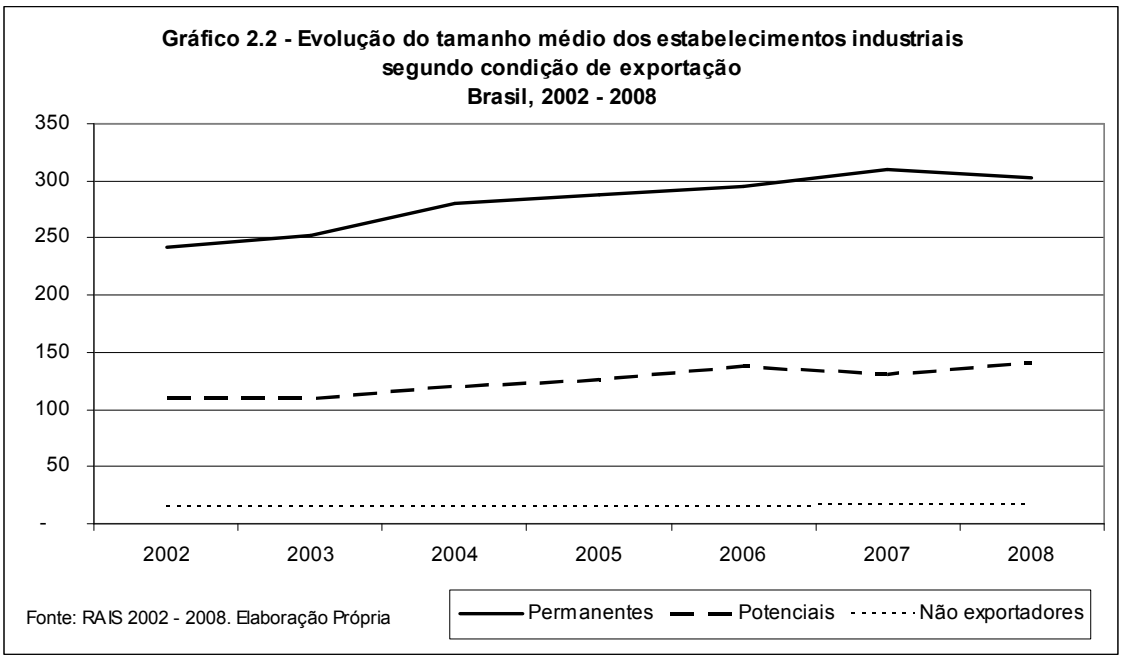
Entre 2002 e 2008 ocorreu uma alteração nas características dos permanentes, pois como não há entrada nem saída de novos estabelecimentos houve um rearranjo interno de segmento. Algum crescimento para estabelecimentos permanentes indica que houve uma alteração em seus portes. Significa, por exemplo, que boa parcela de médios e/ou pequenos aumentou sensivelmente seu tamanho, empregando mais trabalhadores.

Quanto aos não exportadores, nota-se um crescimento relativamente maior de estabelecimentos de grande porte; porém, pequenos e médios também cresceram a taxas expressivas, acima de 5%.

Outra forma de identificação e caracterização da evolução do setor industrial brasileiro dá-se pela análise do tamanho médio dos estabelecimentos. Esse indicador mostra a existência de diferenças entre os tipos de estabelecimento.

O primeiro ponto que chama a atenção diz respeito à grande diferença de tamanho entre os três tipos de estabelecimentos. Enquanto o tamanho médio de um exportador permanente (consolidado) chega a 300 empregados em 2008, potenciais não chegam a alcançar 150. Com relação aos não exportadores, cabe destacar que há uma enorme quantidade de estabelecimentos cujo tamanho médio atinge 20 empregados. Isso se dá pela predominância de micro e pequenas empresas industriais que não estão inseridas no comércio internacional. A fatia do setor industrial

não exportador representada por essas empresas diminuiu um pouco entre 2002 e 2008, porém ainda está na casa dos 82%.



Emerge uma questão importante que diz respeito ao volume de emprego e à participação de cada tamanho de estabelecimento no total do emprego formal industrial brasileiro.

Para o total da indústria, verifica-se um aumento de, aproximadamente, 5% na participação de estabelecimentos de grande porte no total do emprego formal entre 2002 e 2008. Dado esse aumento, os micro, pequeno e médio portes perderam participação. Isso pode significar que estabelecimentos de grande porte empregaram mais no período, ou pequenos e médios aumentaram seu porte e passaram a fazer parte do grupo dos grandes estabelecimentos industriais.

Esse movimento pode ser observado para estabelecimentos exportadores e não exportadores; porém, nota-se que a dimensão dessas transformações é distinta. No que se refere aos permanentes, percebe-se que há uma ampliação de 8,5% da participação no emprego dos estabelecimentos de grande porte. Já quando se observam potenciais e não exportadores o incremento na participação é de 10,9% e 2,7%, respectivamente.

A evolução da participação dos estabelecimentos no total do emprego formal da indústria, segundo porte, mostrou-se diferenciada entre exportadores e não exportadores. Fica claro que o crescimento do emprego se deu de maneira mais forte nos grandes estabelecimentos exportadores e, de maneira mais suave e uniforme, entre os diferentes tamanhos de estabelecimentos não exportadores.

Tabela 2.1 - Evolução da participação do emprego industrial segundo condição de exportação e porte de estabelecimento Brasil, 2002 - 2008

		2002	2005	2008
Permanentes	Micro	0,6	0,4	0,4
	Pequeno	8,3	6,8	6,0
	Médio	36,6	33,0	30,6
	Grande	54,5	59,7	63,0
	Total	100,0	100,0	100,0
Potenciais	Micro	2,7	2,3	2,1
	Pequeno	16,5	14,1	12,5
	Médio	40,1	37,6	33,8
	Grande	40,6	46,0	51,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Não exportadores	Micro	28,8	27,9	26,2
	Pequeno	33,0	33,6	32,8
	Médio	22,7	22,1	22,7
	Grande	15,6	16,4	18,3
	Total	100,0	100,0	100,0
Total	Micro	19,4	18,4	17,5
	Pequeno	25,6	25,0	24,5
	Médio	27,9	26,7	26,0
	Grande	27,1	29,9	32,1
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Essas diferenças não se restringem à evolução da participação. Percebe-se que o emprego industrial em estabelecimentos não exportadores concentrou-se naqueles de micro ou pequeno porte. Já quanto aos exportadores, permanentes ou potenciais, o peso dos estabelecimentos de médio e grande portes para a geração do emprego é relativamente maior.

2.3 Composição setorial dos estabelecimentos industriais

Quando se observa a estrutura setorial da indústria brasileira percebe-se que os setores de atividade que mais contribuíram para o crescimento do número de estabelecimentos industriais foram: a indústria mecânica, com 6,6% a.a.; a de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 5% e a de calçados, com 4,9%.

Mesmo que pequena, há uma alteração na composição setorial dos estabelecimentos permanentes, o que teoricamente pode significar uma modificação na estrutura de produção ou em sua característica produtiva, fazendo com que estabelecimentos mudassem de setor de atividade[29].

Porém, quanto aos potenciais exportadores e não exportadores, o que se observa é uma alteração de fato na contribuição dos setores para a conformação estrutural da indústria no período 2002 – 2008.

Setores como a indústria mecânica, a de materiais de transporte, a da borracha, fumo, couros e a de materiais elétricos e de comunicações, apresentam taxas médias anuais de crescimento de estabelecimentos superiores a 7%, para potenciais exportadores.

Tabela 2.2 - Taxa Média anual de crescimento do número de estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e setor de atividade
Brasil, 2002 - 2008

Setor	Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-0,1	6,5	5,0	5,0
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	-0,1	7,0	4,2	4,2
Indústria do material elétrico e de comunicaçoes	0,0	7,0	2,8	2,9
Extrativa mineral	0,0	5,4	2,7	2,7
Indústria de calçados	0,6	-1,8	5,2	4,9
Indústria mecânica	0,5	9,8	6,6	6,6
Indústria metalúrgica	-0,8	6,6	4,1	4,1
Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	-0,5	5,9	2,4	2,4
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0,2	3,3	3,8	3,8
Indústria da madeira e do mobiliário	0,2	-5,1	1,2	1,1
Indústria do material de transporte	0,5	8,6	3,7	3,8
Indústria de produtos minerais nao metálicos	0,4	3,0	1,7	1,7
Indústria do papel, papelao, editorial e gráfica	0,7	4,6	4,1	4,1
Serviços industriais de utilidade pública	0,0	-3,3	1,7	1,7
Total	0,0	4,8	3,7	3,6

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Prórpria

Dentre esses, apenas três setores tiveram taxas anuais de crescimento negativas: a indústria da madeira e do mobiliário, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e a

[29] Outra possibilidade para essa alteração na composição setorial dos estabelecimentos permanentes está em uma provável mudança no caráter declaratório desses estabelecimentos à RAIS.

indústria de calçados, que apresentaram uma diminuição no número de estabelecimentos da ordem de 5,1%, 3,3% e 1,8%, respectivamente.

O crescimento elevado do número de estabelecimentos em alguns setores exportadores potenciais está associado ao incremento da demanda internacional por produtos brasileiros em contexto externo favorável[30], e à desvalorização cambial de 2002, que elevou a competitividade das exportações[31]. Ademais, não se pode deixar de mencionar a mudança na concepção do papel do Estado Brasileiro desse período, que também se refletiu sobre o incremento da atividade econômica e do comércio externo.

Dada a importância da indústria brasileira nesse processo, cabe destacar que o *déficit* comercial de manufaturados foi revertido no ano de 2003, devido ao aumento das vendas externas de automóveis, principalmente para o Nafta. De acordo com LAPLANE e SARTI (2006)[32], o "elevado nível de capacidade ociosa, a utilização tecnológica das plantas construídas no Brasil na segunda metade da década de 90, o câmbio favorável e os acordos comerciais" proporcionaram um aumento das vendas externas.

No que diz respeito à ação do Estado e seu direcionamento para o incentivo à expansão da atividade econômica, evidencia-se a importância da promoção de uma política industrial. De acordo com CANO (2010):

> "a política industrial formulada no início de 2003, a chamada PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior) "propunha-se articular três planos distintos: 1) Linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) Opções estratégicas (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) Atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis). Eram dois os macroprogramas mobilizadores: I) Indústria forte (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II) Inova Brasil (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas)". (CANO, 2010: 7)

Seus objetivos eram: o aumento da eficiência da estrutura produtiva, o aumento da capacidade de inovação e a expansão das exportações. Esses elementos proporcionariam uma

[30] Como destaca CARNEIRO (2010: 5): "O padrão de crescimento da economia americana, e em menor escala de várias economias desenvolvidas deu origem a um persistente déficit em transações correntes desses países, tendo como contrapartida o *export led growth* de diversos países periféricos, em particular os asiáticos. Na verdade (...) as raízes desses desequilíbrios são mais profundas e estão associadas às mudanças no padrão de concorrência, que ocorre na globalização e, que tem como essência o *outsourcing* ou a deslocalização de parcela expressiva da produção industrial dos países avançados em direção à periferia, com destaque para os da Ásia em desenvolvimento. A combinação desses dois movimentos deu origem a um padrão de crescimento muito extrovertido, com o comércio internacional crescendo a taxas mais elevadas do que os PIBs dos países".

[31] FURTADO (2002), sintetizando os diversos temas tratados no GT sobre Política industrial afirma que a maxidesvalorização do câmbio em 2002 garantiu o aumento da competitividade das exportações bem como o aumento do saldo comercial brasileiro.

[32] Sobre o assunto ver LAPLANE e SARTI (2006).

melhora no padrão de inserção do Brasil no comércio internacional, estimulando setores-chave, isto é, aqueles de maior capacidade competitiva e de resposta às demandas internacionais.

A política industrial brasileira foi alterada e ampliada a partir de 2007, no início do segundo mandato do Governo Lula, recebendo o nome de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que estava apoiada em medidas de caráter tributário e fiscal, de financiamento e de elevação do poder de compra do governo, além de aprimoramento jurídico, regulação e apoio técnico. Essa nova política tinha por objetivo a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, no aumento da capacidade competitiva de empresas brasileiras e no aumento das exportações[33].

Em síntese, apesar do paradoxo apontado por CANO (2010) entre política macroeconômica restritiva[34], promovida no início de 2003, e política industrial, isto é, incentivo à indústria com manutenção de altas taxas de juros, acredita-se que o esforço baseado na ampliação do investimento e no aumento da competitividade externa brasileira, só veio a se somar ao contexto internacional favorável e a outras decisões do Estado, apontadas no Capítulo 1, principalmente a partir de 2004[35].

Como apontado no primeiro Capítulo, no decorrer do período de 2002 a 2008, houve estabilidade de preços em patamares baixos, aumento expressivo das exportações e crescimento econômico sustentado, a partir de 2004; portanto, acredita-se que esses elementos somaram-se ao esforço de política industrial e conduziram o país a um incremento no número de estabelecimentos industriais, tanto exportadores quanto não exportadores.

Certamente, esse incremento no número de estabelecimentos teve reflexo sobre o mercado de trabalho, no sentido de aumentar o nível de emprego e renda. É nesse sentido que se faz necessário o aprofundamento das questões que envolvem a dinâmica da geração de emprego e renda na indústria brasileira, apontando, assim, as principais diferenças entre exportadores e não exportadores.

[33] Sobre um avaliação da PDP ver IEDI (2008 A).
[34] Essa política macroeconômica restritiva do início do governo Lula é foco de controvérsias. Autores como Barbosa e Souza acreditam que esta fazia parte de um ajuste necessário para consolidar e alcançar a estabilidade macro, indispensável ao crescimento econômico. Já Gonçalves afirma que essa condução macroeconômica é apenas a continuidade de uma política neoliberal imposta aos países periféricos e que emergiu no final dos anos 80 no Brasil.
[35] Para o aprofundamento das questões referentes ao paradoxo entre política macro e industrial e sobre o detalhamento das medidas implementadas nesse período ver CANO et all (2010).

2.4 A Geração de emprego formal na Indústria brasileira, 2002 – 2008

A indústria brasileira gerou, entre 2002 e 2008, 2,2 milhões de novos postos de trabalho, sendo que mais de 36% foram empregos gerados em estabelecimentos exportadores.

A comparação entre os diferentes estabelecimentos industriais, no que tange à geração de emprego, mostra que essa se deu de maneira mais rápida e forte naqueles ligados ao comércio internacional. Até 2005, comparando-se estabelecimentos permanentes e não exportadores, a geração de emprego industrial foi relativamente maior para os primeiros. De 2006 a 2008 não exportadores ampliam sua capacidade de criação de novos postos de trabalho e ultrapassam os exportadores permanentes.

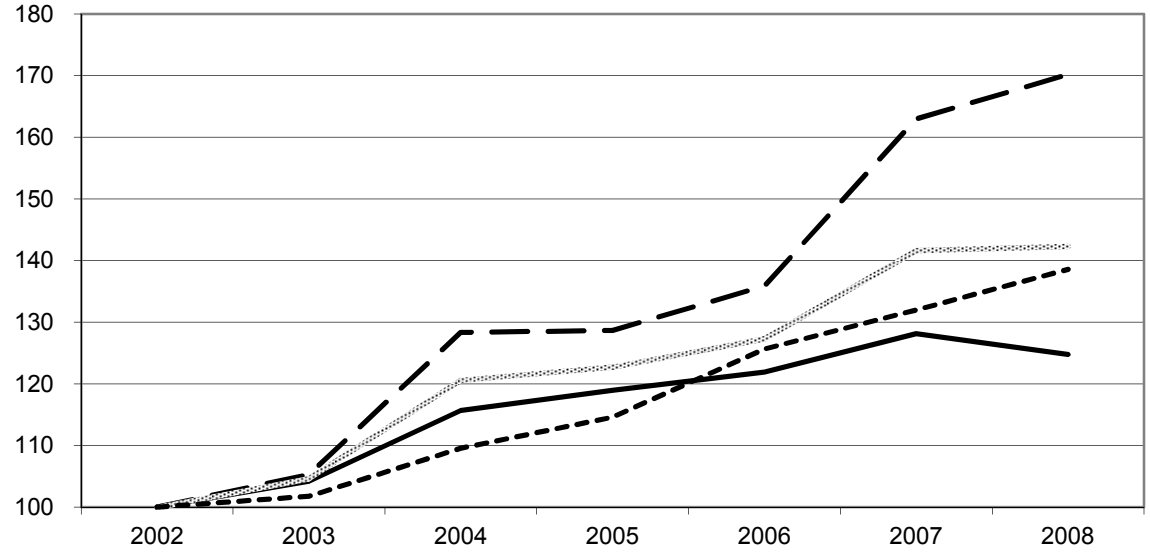
A geração de emprego em estabelecimentos potenciais está associada ao elevado crescimento do número de estabelecimentos sob essa condição. No entanto, fica claro que o crescimento econômico orientado para o mercado doméstico a partir de 2004/2005 implica num aumento relativamente maior de postos de trabalho em estabelecimentos não exportadores. Justifica-se, portanto, a superação do ritmo de crescimento do emprego dos não exportadores em relação aos permanentes, depois de 2005.

Estabelecimentos não exportadores apresentaram uma trajetória crescente e sem oscilações na geração de emprego entre 2002 e 2008. Já os exportadores, independentemente de sua condição, mostraram certa volatilidade, com momentos de crescimento muito forte, 2003/2004 e 2006/2007 e momentos de baixo crescimento como 2002/2003 e 2004/2005.

O período de 2007 a 2008 apresentou uma característica peculiar, pois enquanto potenciais e não exportadores aumentaram o número de admissões, exportadores permanentes perceberam uma queda significativa em termos de postos de trabalho. Esse movimento está associado à brusca diminuição da atividade industrial do final de 2008, implicando em expressivas demissões nos estabelecimentos permanentes.

Isso significa que os três primeiros meses depois da crise foram suficientes para derrubar o estoque de empregados nesses estabelecimentos. A crise econômica suprimiu o crescimento do emprego, reduzindo o estoque de trabalhadores.

Gráfico 2.3 - Evolução do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (2002 = 100) Brasil 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

A justificativa para tal ocorrido não ser observado nos estabelecimentos não exportadores está relacionada à expansão acumulada do emprego, da renda das famílias e do crédito, que não permitiu igual queda nos níveis da demanda interna. O mercado consumidor doméstico manteve seu nível não prejudicando a tendência de crescimento do emprego em estabelecimentos não exportadores. Cabe destacar, também, que potenciais exportadores apresentaram uma queda acentuada no ritmo de crescimento do emprego entre 2007 e 2008.

Em síntese, a evolução do emprego mostrou-se relativamente mais forte em estabelecimentos exportadores durante todo o período. No entanto, no momento em que ocorreu uma brusca diminuição da atividade econômica, por consequência da crise internacional do final de 2008, exportadores apresentaram relativamente mais dificuldade e diminuíram o ritmo de crescimento (potenciais) ou até mesmo fecharam postos de trabalho (permanentes).

A inflexão sofrida pela atividade econômica e o aparecimento de novos elementos de dinamismo, a partir de 2004/2005, impediram que o emprego industrial tomasse, no final de 2008, um caminho desastroso.

2.5 Evolução do emprego industrial sob a ótica setorial

A participação setorial na composição do número de ocupados é distinta entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Os primeiros apresentam uma predominância do setor da indústria da transformação e essa participação não se altera de maneira significativa: 98% do total de ocupados, em 2008. Já os não exportadores possuem um peso considerável dos SIUP, por volta de 8%, e da indústria extrativa mineral, que gira em torno de 3%, aumentando sua participação suavemente, entre 2002 e 2008.

Tabela 2.3 - Taxa de crescimento do número médio de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e setor de atividade Brasil, 2002 - 2008

		Variação anual						Total
		02 - 03	03 - 04	04 - 05	05 - 06	06 - 07	07 - 08	02 - 08
Permanentes	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	8,4	13,4	7,3	3,2	4,7	(5,4)	34,8
	Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	4,6	11,2	5,0	4,7	2,2	(3,6)	26,0
	Indústria do material elétrico e de comunicaçoes	2,7	11,1	7,1	8,8	2,5	(1,8)	33,9
	Extrativa mineral	13,1	5,2	8,9	21,9	4,4	6,5	75,7
	Indústria de calçados	3,1	11,6	(2,1)	(2,1)	(1,4)	(8,1)	(0,1)
	Indústria mecânica	7,0	8,8	(0,7)	1,3	14,6	0,8	35,3
	Indústria metalúrgica	3,9	11,4	2,7	(2,2)	9,8	(1,6)	25,6
	Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	(0,1)	7,2	5,0	5,2	(0,6)	1,3	19,0
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1,8	6,0	1,7	1,2	2,6	(0,7)	13,1
	Indústria da madeira e do mobiliário	4,9	11,3	(8,9)	0,9	(3,1)	(14,2)	(10,7)
	Indústria do material de transporte	6,2	16,1	4,5	3,2	9,5	(0,3)	45,1
	Indústria de produtos minerais nao metálicos	2,1	7,4	2,2	1,8	0,3	(4,8)	8,8
	Indústria do papel, papelao, editorial e gráfica	(0,3)	6,7	(0,9)	7,5	1,7	(4,7)	9,8
	Serviços industriais de utilidade pública	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,2	11,0	2,8	2,5	5,1	(2,6)	24,8
Potenciais	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	13,2	5,7	5,3	16,5	4,0	12,9	72,4
	Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	(3,6)	3,8	(11,2)	27,9	(24,9)	17,4	0,3
	Indústria do material elétrico e de comunicaçoes	2,2	15,1	(9,1)	6,0	3,2	(1,3)	15,5
	Extrativa mineral	4,6	34,9	13,2	(12,0)	36,1	(0,0)	91,2
	Indústria de calçados	(9,6)	(2,9)	(1,4)	20,9	6,2	6,2	18,0
	Indústria mecânica	3,9	9,9	2,8	0,1	2,5	2,9	23,9
	Indústria metalúrgica	(14,1)	28,5	(5,5)	12,6	(6,1)	2,2	12,7
	Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	(6,3)	10,3	(1,4)	5,2	(8,9)	10,9	8,3
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	4,3	(5,6)	16,0	3,0	(32,0)	(5,6)	(24,6)
	Indústria da madeira e do mobiliário	(2,4)	7,0	1,1	5,5	5,3	8,2	26,8
	Indústria do material de transporte	(2,6)	23,3	20,7	(9,3)	(0,1)	9,3	43,6
	Indústria de produtos minerais nao metálicos	5,1	4,8	3,3	(0,7)	(8,4)	25,0	29,4
	Indústria do papel, papelao, editorial e gráfica	(3,5)	1,2	11,7	9,8	(14,0)	(7,5)	(4,8)
	Serviços industriais de utilidade pública	(39,5)	82,4	(38,8)	(72,9)	520,3	11,5	26,2
	Total	0,2	9,0	6,0	9,2	(5,9)	8,0	28,4
Não exportadores	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2,3	4,0	(0,1)	0,7	5,6	(1,4)	11,4
	Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind diversas	0,2	6,7	(0,7)	(2,0)	(1,6)	(5,9)	(3,7)
	Indústria do material elétrico e de comunicaçoes	(0,8)	12,1	9,0	0,8	(1,2)	2,7	24,2
	Extrativa mineral	(3,1)	7,5	0,5	21,3	(5,9)	12,4	34,4
	Indústria de calçados	(0,9)	7,2	(10,5)	4,2	0,5	(5,8)	(6,2)
	Indústria mecânica	2,1	3,2	1,5	1,7	7,9	2,1	19,7
	Indústria metalúrgica	2,4	2,5	2,7	5,0	5,5	0,9	20,5
	Ind química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	2,0	1,5	3,7	3,1	2,2	0,8	13,9
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	(4,6)	8,1	2,0	3,7	1,6	0,5	11,3
	Indústria da madeira e do mobiliário	(1,9)	5,9	(2,8)	2,5	2,4	(1,1)	4,7
	Indústria do material de transporte	3,4	6,9	(0,2)	5,8	4,7	2,9	25,8
	Indústria de produtos minerais nao metálicos	(3,9)	3,0	4,9	4,2	4,5	1,3	14,4
	Indústria do papel, papelao, editorial e gráfica	(1,1)	0,5	(1,1)	0,9	(2,1)	3,2	0,1
	Serviços industriais de utilidade pública	0,8	10,4	0,7	(4,4)	3,4	(1,3)	9,4
	Total	(0,1)	4,6	0,8	2,8	2,9	0,2	11,7

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Se forem analisados os subsetores que conformam a indústria brasileira, podem-se perceber características distintas entre eles quanto ao crescimento do número de ocupados. A tabela 2.3 traz as taxas de crescimento do número de ocupados ponderados pelo tamanho do setor em número de estabelecimentos; dessa forma, controla-se a distorção do aumento do emprego ocasionado pela entrada ou saída de novas empresas.

Alguns pontos merecem destaque:

A) Tendências Gerais:

1) Percebe-se que o maior crescimento do emprego industrial se dá no ano de 2004, cuja taxa de crescimento foi de 11% para exportadores permanentes, 9% para potenciais e 4,6% para não exportadores.

2) A partir de 2005, os estabelecimentos não exportadores apresentaram maior crescimento que os estabelecimentos permanentes, porém não maior que os potenciais exportadores.

3) Com exceção dos estabelecimentos potenciais que apresentaram um movimento mais suave, o ritmo de crescimento do emprego cai sensivelmente no ano de 2008, devido ao abatimento da crise internacional sobre a economia brasileira, quarto trimestre desse ano.

B) Características específicas:

1) Permanentes - dentre todos os setores, apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego durante o período: a indústria de alimentos e bebidas, mecânica, do material de transporte e, de certa forma, a farmacêutica. Cabe destacar também que, para a maioria dos setores, os estabelecimentos permanentes tiveram bruscas quedas no número de ocupados entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008.

Alguns setores não acompanharam o bom desempenho observado nos estabelecimentos permanentes nesse período: o de madeira e mobiliário e o de calçados. A partir de 2004, esses apresentaram taxas de crescimento negativas. Tal movimento pode ser atribuído à baixa competitividade do setor de calçados frente à tendência de apreciação da moeda nacional.

Essa apreciação cambial prejudicou não só o setor calçadista exportador como aqueles que destinam sua produção ao mercado interno. Esses foram prejudicados pelo baixo preço dos

bens importados, refletindo, assim, sobre o nível de emprego também dos estabelecimentos não exportadores.[36]

2) Potenciais: a dinâmica geral de crescimento do emprego nesses estabelecimentos é a elevada volatilidade das taxas de crescimento do número de ocupados. Há uma grande disparidade de taxas entre os setores e entre os anos. Não se pode encontrar uma tendência geral para estabelecimentos potenciais quanto às taxas de crescimento do emprego médio.

3) Não exportadores: os setores de produtos minerais não-metálicos, de extrativa mineral, de metalurgia e de mecânica apresentaram em seus estabelecimentos taxas de crescimento do emprego que acompanharam a tendência geral de expansão do produto da economia brasileira, indicando uma forte relação desses setores com o crescimento econômico. Setores como o farmacêutico e o de produtos têxteis também apresentaram uma tendência positiva de incremento do estoque de ocupados; porém, num nível inferior aos outros setores.

Já setores como o da borracha, fumo, couros e peles, bem como a indústria do papel e a gráfica tiveram um papel aquém da evolução e do momento favoráveis da economia brasileira. Merece destaque também a indústria do material elétrico que diminuiu bruscamente a velocidade de geração de postos de trabalho, a partir de 2006.

Em resumo, alguns elementos caracterizam esse período de crescimento econômico com aumento do nível de ocupação no Brasil. Destaca-se o aumento no porte dos estabelecimentos para qualquer tipo de estabelecimento, independentemente do seu posicionamento frente ao comércio internacional. Isso se constata pelo aumento de seu tamanho médio, além do aumento do número daqueles classificados como de grande porte.

Setores como a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a metalúrgica e a extrativa mineral foram aqueles que apresentaram maiores indicadores de crescimento do número de estabelecimentos. Isso indica que os setores intimamente ligados ao crescimento econômico ampliaram seu tamanho, tanto em número de estabelecimentos quanto em pessoal ocupado.

Nesse contexto de crescimento do emprego industrial no Brasil, algumas diferenças ficam evidentes quando se comparam estabelecimentos exportadores e não exportadores, tanto no volume do emprego gerado quanto aos próprios setores de atividade responsáveis por essa geração. No entanto, é necessário qualificar esse crescimento dos postos de trabalho e identificar os principais problemas desse processo.

[36] Sobre o comportamento da atividade calçadista no Brasil e especialmente na região Nordeste ver CASTRO et all (2009).

2.6 Rotatividade no setor industrial brasileiro, 2002 - 2008

Uma das relevantes questões, que aparece quando se trata de elevação do nível de emprego, é o perfil contratual dos novos postos de trabalho. Essa questão pode ser analisada pela ótica da rotatividade, bem como pelo tempo de contrato, que qualifica e caracteriza os novos empregos gerados.

Para essa análise utilizou-se um cálculo próximo ao conceito clássico de rotatividade do IBGE, que é a porcentagem dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque vigente no primeiro dia do mês de referência, tanto em termos geográficos quanto em setoriais, sem distinção do nível ocupacional. Dessa forma, há uma limitação quanto à medição da movimentação do trabalhador, não quantificando a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional. De acordo com o IBGE, essa taxa mensal é obtida mediante a divisão do menor valor entre o total de admissões ou desligamentos pelo total de empregos no 1º dia do mês.

O cálculo proposto nesse estudo é uma reprodução básica do conceito do IBGE para rotatividade mensal, porém, utilizando-se de informações anuais. Assim, podem-se identificar as principais disparidades entre os estabelecimentos da indústria, segundo sua condição de exportação, entre os anos de 2002 e 2008.

A tendência geral que rege o padrão de contratação desse período é de aumento da rotatividade geral para qualquer tipo de estabelecimento, independente de condição de exportação.

De acordo com IEDI (2005):

> "O comportamento da rotatividade tende a ser pró-cíclico, aumentando o número de desligamentos voluntários quando o mercado de trabalho se aquece, pois os trabalhadores procuram trocar de emprego em busca de uma maior remuneração. Este maior fluxo de trabalhadores, entrando e saindo das empresas, deve elevar a taxa de rotatividade. Inversamente, em períodos recessivos diminuem tanto as contratações como os desligamentos voluntários, apesar da elevação das demissões por iniciativa do empregador. Esta última é uma fase onde os movimentos de entrada e saída de empregos é menor. Em suma, como a taxa de rotatividade é determinada pelo seu numerador, que é o menor valor entre admissões e desligamentos, esta se eleva quando a economia ascende, devido ao crescimento das demissões que são principalmente voluntárias. Na recessão, a taxa cai, devido à contração das admissões".

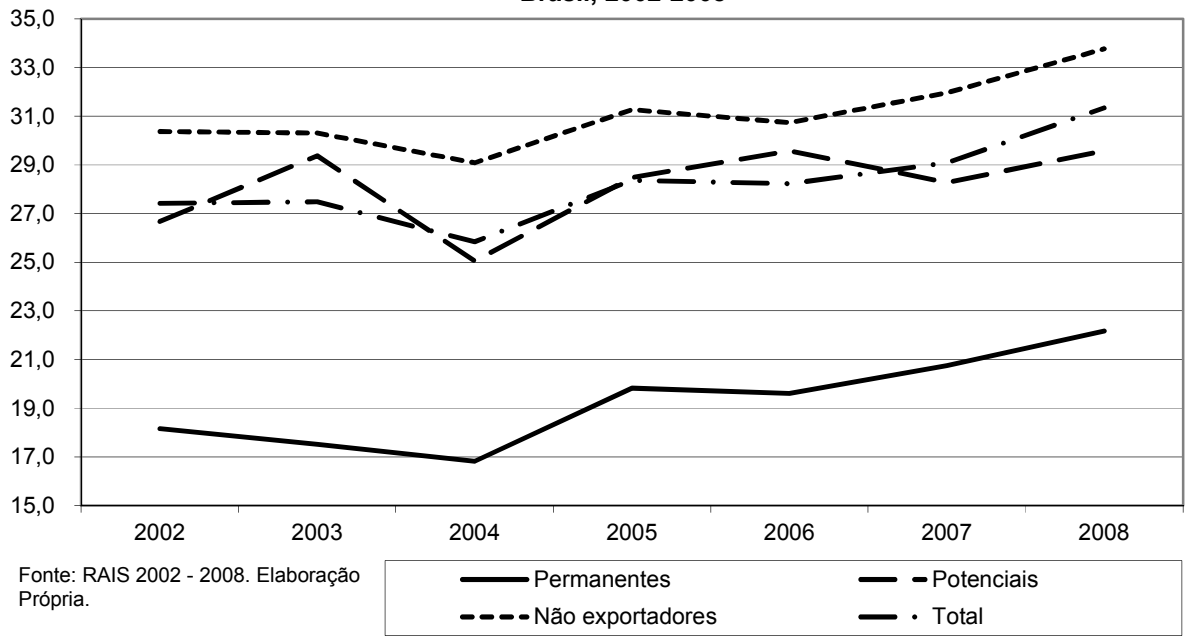
O aumento da rotatividade no período está associado ao bom desempenho da economia brasileira. A expansão dos postos de trabalho melhora o ambiente de trabalho e faz com que mais pessoas procurem por melhores empregos, aumentando a rotatividade.

Uma importante observação que deve ser feita diz respeito ao nível de rotatividade entre estabelecimentos exportadores permanentes e os outros. Pode-se notar que, apesar de aumentar durante quase todo o período, em especial a partir de 2004, a rotatividade na contratação desses estabelecimentos é cerca de 10 pontos percentuais menor que os outros tipos.

Em contrapartida, não exportadores foram os que apresentaram maior taxa de rotatividade e, assim como os outros tipos, essa aumentou significativamente durante todo o período de 2004 a 2008.

Identificam-se dois momentos: no primeiro, 2002 a 2004, há uma diminuição dos níveis de rotatividade; e no segundo, a partir de 2005, há um crescimento expressivo desse indicador, corroborando a ideia da sua evolução pró-cíclica no momento de bom desempenho econômico.

Gráfico 2.4 - Evolução da taxa anual de rotatividade do emprego formal em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação Brasil, 2002-2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

2.7 Indicadores de estabilidade contratual na indústria brasileira entre 2002 e 2008

Como o tempo de contrato é um dos indicadores que qualificam o crescimento do emprego, propôs-se a análise da rotatividade segundo critérios de contratação por tempo de duração do trabalhador em seu posto de trabalho durante o período de 2002 a 2008.

Quatro indicadores foram pensados para se analisar essa questão; esses indicadores dizem respeito à participação do total das contratações segundo o tempo que tais trabalhadores permaneceram nos seus postos de trabalho.

O primeiro indicador, Indicador de Não Rotatividade (INR) representa a participação dos contratados no ano de referência que permaneceram até o dia 31 de dezembro do mesmo ano no total das contratações. Esse indicador tem por objetivo analisar o padrão de contratação dos empregados que foram admitidos no ano e não foram demitidos até o final do mesmo ano. Cabe destacar que quanto maior esse indicador, melhor. Isso representa que aqueles que foram contratados não foram demitidos e fazem parte da ampliação do estoque de trabalhadores no final do ano.

Os próximos três indicadores têm por objetivo medir a participação do número de admissões, segundo critérios de tempo de permanência nos postos de trabalho, no total das admissões no ano de referência.

O Indicador de Rotatividade de Curta Duração (IRCD) mede a participação das contratações de curta duração no total das contratações do ano. Entende-se por curta duração o período de 0 a 3 meses de permanência do contratado no posto de trabalho.

Indicador de Rotatividade de Curta-Média Duração (IRCMD) é o indicador que mede a participação das contratações de curta-média duração, isto é, permanência de 4 a 6 meses no posto de trabalho, no total das contratações.

Por fim, o Indicador de Rotatividade de Média Duração (IRMD) mede a participação das contratações cuja duração foi de 7 a 11 meses no total de admissões do ano de referência.

Tabela 2.4 - Indicadores de rotatividade por tempo de duração do contrato para estabelecimentos industriais segundo condição de exportação
Brasil, 2002 - 2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
				Permanentes			
INR	71,9	70,5	72,4	69,6	69,1	70,1	64,4
IRCD	17,4	17,6	17,1	18,0	18,3	17,9	22,0
IRCMD	6,8	7,4	6,4	7,0	7,2	6,9	7,8
IRMD	3,9	4,5	4,0	5,4	5,4	5,1	5,8
				Potenciais			
INR	68,3	68,8	67,8	65,8	66,3	66,0	60,2
IRCD	18,9	18,4	18,9	19,8	19,7	19,5	22,9
IRCMD	8,2	7,5	7,4	8,1	7,5	7,8	8,5
IRMD	4,6	5,3	6,0	6,4	6,5	6,7	8,4
				Não exportadores			
INR	66,5	65,8	66,8	65,1	65,8	64,9	61,1
IRCD	21,6	21,5	21,4	22,7	21,7	22,9	25,6
IRCMD	7,6	8,1	7,0	7,7	7,3	7,5	8,0
IRMD	4,4	4,6	4,8	4,5	5,2	4,7	5,3
				Total			
INR	67,5	66,8	67,8	65,8	66,3	65,8	61,4
IRCD	20,6	20,5	20,4	21,6	21,0	21,7	24,7
IRCMD	7,6	8,0	7,0	7,6	7,3	7,5	8,1
IRMD	4,3	4,7	4,9	4,9	5,4	5,1	5,8

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Ao se analisar as admissões pela ótica do tempo de permanência dos ocupados em seu posto de trabalho, percebem-se algumas características gerais da evolução desses indicadores. O primeiro ponto diz respeito ao aumento das admissões não permanentes, o que significa uma posição desfavorável do emprego industrial no período 2002 – 2008. Isso representa uma diminuição das admissões de caráter permanente, ou seja, aquelas que garantem a manutenção dos admitidos em seus postos até o final do ano de referência, sendo incorporados, pois, ao estoque de trabalhadores.

Notam-se algumas diferenças significativas entre os diferentes tipos de estabelecimentos. A primeira diz respeito ao nível dos indicadores entre os estabelecimentos, segundo sua condição de exportação.

Apesar da tendência de queda do INR, os estabelecimentos permanentes aparecem como aqueles que se encontram em melhor posição do ponto de vista da ampliação do estoque de ocupados. O INR em nível mais elevado indica que esses estabelecimentos mostraram relativamente maior estabilidade em suas admissões.

Um valor elevado para o IRCD, aproximadamente 60%, indica que entre 2002 e 2008 houve uma predominância de contratações de curta duração. Isso indica que a grande maioria do fluxo de emprego se deu por prazos curtos de contratação. Ademais, cabe destacar que, com exceção dos estabelecimentos potenciais, os indicadores de curta, curta-média e média duração apresentaram uma tendência de aumento de seus valores até o ano de 2006, caindo em 2007 e aumentando novamente em 2008. Isso significa uma pequena melhora em 2007 desses índices que não alteram a tendência de ampliação da rotatividade durante todo o período de 2002 a 2008.

2.8 Evolução do emprego segundo características pessoais

A qualificação da evolução do emprego industrial no Brasil não pode fugir da análise das características pessoais dos trabalhadores, pois essas permitem entender o perfil social do crescimento do emprego.

No que se refere ao perfil educacional, a composição do número de ocupados por grau de escolaridade altera-se ao longo do tempo e apresenta diferenças entre os estabelecimentos, de acordo com sua condição de exportação.

Tabela 2.5 - Evolução da composição do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e grau de escolaridade
Brasil, 2002, 2005 e 2008

		2002	2005	2008
Permanentes	Analfabeto	1,3	1,0	0,7
	Fundamental Incompleto	29,6	23,0	18,5
	Fundamental Completo	17,1	15,0	12,4
	Médio Incompleto	10,7	9,7	9,0
	Médio Completo	29,5	38,1	44,3
	Superior Incompleto	4,4	4,6	4,8
	Superior Completo	7,4	8,5	10,3
	Total	100,0	100,0	100,0
Potenciais	Analfabeto	1,3	1,0	1,1
	Fundamental Incompleto	31,6	25,9	22,0
	Fundamental Completo	17,5	15,6	12,6
	Médio Incompleto	10,2	10,3	9,6
	Médio Completo	27,1	35,0	41,9
	Superior Incompleto	4,0	4,0	4,4
	Superior Completo	8,2	8,1	8,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Não exportadores	Analfabeto	1,9	1,1	0,8
	Fundamental Incompleto	37,7	30,3	24,1
	Fundamental Completo	21,6	20,7	18,9
	Médio Incompleto	10,8	11,4	11,1
	Médio Completo	20,8	28,2	35,9
	Superior Incompleto	2,4	2,7	2,9
	Superior Completo	4,8	5,5	6,3
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

A tendência geral do setor industrial brasileiro, no que se refere à composição dos níveis educacionais, é de alteração positiva dos níveis educacionais dos ocupados. Há um aumento expressivo da participação de trabalhadores com maior nível de escolaridade. Isso significa que maior parcela dos ocupados passou a apresentar níveis completos de qualificação.

Aumentaram as participações dos ocupados com níveis completos de formação escolar e diminuíram as participações daqueles com níveis incompletos. Essa evolução coaduna-se com a diminuição do número de analfabetos empregados na indústria. Essa nova situação pode estar relacionada à contratação de pessoas com maiores níveis de escolaridade, ou até mesmo ao aumento da qualificação desses trabalhadores no transcurso do tempo de permanência em seus postos de trabalho.

Outro ponto importante está no aumento da participação de pessoas com nível superior completo, indicando uma maior necessidade de pessoal qualificado nas funções da indústria

nacional. Isso ocorre principalmente porque aqueles setores que cresceram em número de estabelecimentos e de empregados, nesse período, estão relacionados à média ou alta complexidade tecnológica.

Por fim, evidenciam-se distinções entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Os primeiros, tanto permanentes quanto potenciais, apresentaram um maior contingente de pessoal mais bem qualificado que os segundos. Em 2008, exportadores permanentes possuíam 44% de ocupados com nível médio completo, diferindo dos 41,9% e 35,9%, de potenciais e não exportadores, respectivamente.

A explicação para a geração de um melhor perfil da mão de obra em estabelecimentos exportadores dá-se pela necessidade de pessoal melhor qualificado para atuar em áreas de elevado nível tecnológico industrial, por necessidade de maior produtividade e de competitividade no comércio internacional. De acordo DE NEGRI et all (2006):

> "A inserção nos mercados internacionais modifica as características da mão-de-obra demandada. As empresas exportadoras são mais produtivas do que as que não exportam, isto é, geram mais valor agregado para um mesmo número de trabalhadores. Sabe-se também que essa maior produtividade é um dos fatores que fazem com que a firma possa entrar no mercado internacional, ou seja, as mais produtivas têm maiores chances de exportar do que as menos produtivas. Entretanto, também pode ocorrer o efeito inverso – a entrada da firma no mercado internacional contribuir para aumentar sua produtividade". (DE NEGRI, 2006: 27)

Em termos de evolução da composição educacional, os estabelecimentos exportadores apresentaram um aumento relativamente maior da participação de trabalhadores com alto nível educacional. Esse aumento da participação de ocupados com nível superior completo foi expressivo.

Em síntese, existe uma grande diferença de perfil educacional entre estabelecimentos que destinam sua produção para o mercado externo e aqueles que produzem para o mercado interno. Essa diferença existe e não mostrou sinais claros de transformação ao longo do período 2002/2008.

Uma pequena melhora desse quadro pôde ser percebida entre 2005 e 2008, quando estabelecimentos não exportadores apresentaram um aumento relativamente maior na participação de pessoas com nível médio completo. No entanto, essa se mostra insuficiente para alterar a situação desigual dos estabelecimentos em diferentes condições de exportação.

Outra característica pessoal importante para qualificar a evolução do emprego nesse período é a evolução da participação feminina. É a partir da década de 1970 que a participação das mulheres no mercado de trabalho se intensifica. Essa se dá num contexto de elevado crescimento econômico com expansão do processo de industrialização e de urbanização. O fortalecimento e a ampliação da participação do trabalho feminino perpetuam-se nos anos subsequentes, mesmo com o período de estagnação da economia brasileira na década de 1980.

Essa incorporação feminina ao mercado de trabalho também está presente na década de 1990, período de elevado desemprego, baixa atividade econômica e baixos níveis de investimento.

De acordo com LEONE (2001) e LAVINAS (2002) a exposição do parque industrial brasileiro à competição internacional, pela abertura comercial dos anos 90, proporcionou uma expressiva diminuição de postos de trabalho ocupados por homens. Além disso, o processo de terceirização, nesse mesmo período, ampliou ocupações ligadas aos serviços sociais, serviços pessoais para classes de alta renda e de apoio administrativo, ocupações nas quais as mulheres têm mais espaço de atuação.

É nesse sentido que se pretende entender o aumento da participação feminina no setor industrial brasileiro, num contexto extremamente favorável ao crescimento da atividade industrial e das exportações. Pretende-se saber se em um contexto de aumento da atividade industrial mulheres são contratadas para um ambiente teoricamente masculino.

As informações da RAIS apontam para um aumento da participação feminina em ocupações industriais no Brasil, entre 2002 e 2008. Essa participação aumentou de 27% para 28,7%, do total de ocupados da indústria.

Há algumas diferenças entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Em média, estabelecimentos não exportadores apresentaram uma maior participação feminina, que aqueles ligados ao comércio internacional.

Quanto a esses últimos pode-se afirmar que a principal diferença está na diminuição da participação de mulheres entre os estabelecimentos potenciais e o aumento da participação entre os permanentes. Essas diferenças também são observadas quando se analisa a evolução do total de ocupados segundo sexo. O crescimento do emprego feminino mostrou-se maior que o emprego masculino, o que fez com que sua participação aumentasse no período.

Potenciais exportadores apresentaram uma dinâmica inversa, diminuindo a participação de mulheres. No entanto, apesar dessa perda de participação, o crescimento relativo e absoluto de mulheres foi expressivo entre 2002 e 2008. Sua perda de participação deu-se pelo aumento relativamente maior do emprego masculino.

Tabela 2.6 - Evolução da participação do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e sexo
Brasil, 2002 - 2008

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Feminino	Permanentes	21,9	22,1	22,3	22,5	22,6	22,8	23,2
	Potenciais	26,0	26,3	25,9	26,1	24,7	25,5	25,1
	Não exportadores	28,9	29,1	29,7	30,0	30,1	30,3	31,1
	Total	27,0	27,2	27,6	27,8	27,8	28,1	28,7
Masculino	Permanentes	78,1	77,9	77,7	77,5	77,4	77,2	76,8
	Potenciais	74,0	73,7	74,1	73,9	75,3	74,5	74,9
	Não exportadores	71,1	70,9	70,3	70,0	69,9	69,7	68,9
	Total	73,0	72,8	72,4	72,2	72,2	71,9	71,3

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

O importante a se destacar é que o emprego feminino foi bastante favorecido nesse contexto de expansão da economia e da própria atividade industrial. Percebe-se que os estabelecimentos não exportadores foram aqueles que mais ampliaram a participação da mulher. No entanto, ainda se mostrou relativamente baixa, indicando a complexidade em se alcançar participações parecidas entre homens e mulheres na indústria brasileira.

Outra questão que emerge quando se analisa o padrão de crescimento do emprego no Brasil, diz respeito às diferenças de cor/raça existentes entre os trabalhadores. Sabe-se que ainda persiste no Brasil a expressiva discriminação de cor/raça no mercado de trabalho, seja pela menor participação de não brancos ou pela baixa remuneração que caracteriza esse grupo.

De acordo com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) há diversos fatores que influenciaram e influenciam a condição da população negra na sociedade e no mercado de trabalho. O estudo afirma que:

> "(...) indicadores mostram a desigualdade e a discriminação vividas pelos negros no Brasil: maior proporção de negros entre os 10% das famílias de menor renda, menos anos de estudos em comparação com a população não-negra, maior taxa de mortalidade por assassinato. No mercado de trabalho, essa segregação se expressa com clareza através dos indicadores desfavoráveis de emprego, rendimento e qualidade da ocupação. O engajamento mais desfavorável no mercado de trabalho está relacionado com

> a baixa escolaridade dos negros, expresso pela dificuldade de acesso à educação e pela maior incidência da pobreza. Estes são fatores objetivos e que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores e, no caso do Brasil, colocam os negros em desvantagem em relação aos não-negros". (DIEESE, 2006: 2)

Para analisar essa questão agruparam-se em três categorias os trabalhadores, segundo sua declaração na RAIS: brancos; negros, que são a soma de pessoas da cor preta ou parda; e outros, que incluem os indígenas e os amarelos. Esses últimos representam uma pequena parcela do total do emprego industrial, em torno de 1%.

A abordagem dessa dimensão deve passar pela análise da participação dos negros no mercado de trabalho industrial apontando-se as principais diferenças entre estabelecimentos de acordo com sua condição de exportação.

Tabela 2.7 - Evolução da participação do número de ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e cor/raça
Brasil, 2002 - 2008

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Permanentes	Brancos	77,2	76,1	74,9	74,3	73,4	72,4	71,4
	Negros	22,0	23,0	24,2	25,0	25,8	26,8	27,7
	Outros	0,8	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Potenciais	Brancos	75,2	73,7	72,9	70,9	70,7	69,9	68,4
	Negros	23,8	25,4	26,2	28,2	28,5	29,2	30,7
	Outros	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não exportadores	Brancos	71,7	71,5	70,4	69,6	68,8	67,6	67,2
	Negros	27,1	27,3	28,4	29,4	30,2	31,4	31,8
	Outros	1,3	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Brancos	73,3	72,8	71,8	70,8	70,0	68,9	68,2
	Negros	25,6	26,2	27,2	28,3	29,1	30,1	30,9
	Outros	1,1	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Entre 2002 e 2008 constatou-se uma mudança importante, ainda que incipiente, na participação dos trabalhadores industriais segundo sua cor/raça. Essa, de certa forma, mostrou-se positiva à situação dos negros, que passaram a representar uma parcela maior dos ocupados no setor industrial brasileiro, colaborando para a diminuição das diferenças entre brancos e não brancos.

Salta aos olhos que essas diferenças de cor/raça são um problema grave. A desigual participação de negros e brancos na indústria apenas corrobora a característica excludente do mercado de trabalho brasileiro. A participação de negros, que em 2002 era 25,6%, passou a 30,9% em 2008, apresentando uma tendência favorável à diminuição das diferenças de participação, porém incipiente, o que mostra a ainda problemática situação de baixa inserção desse grupo na indústria.

Em estabelecimentos exportadores a participação de negros é ainda menor. Se para um estabelecimento exportar é necessário que sua força de trabalho seja altamente qualificada, como apontou DE NEGRI (2006), era esperado que a população negra apresentasse menor participação. Esperado, pois como apontado pelo estudo do DIEESE há sérios problemas de acesso à educação, à renda e ao próprio mercado de trabalho, um problema histórico que necessita ser enfrentado.

De acordo com esse estudo do DIEESE

> "A posição desfavorável dos negros no mercado de trabalho somente será modificada com a implementação de políticas de redução da pobreza, de campanhas de sensibilização acerca da existência da discriminação, de políticas afirmativas para esta população e, principalmente, pela garantia de acesso e pelo aumento da oferta de serviços públicos de qualidade, como a educação. Além de permitir uma melhor inserção no mercado de trabalho, a educação forma cidadãos que, cada vez mais, disputarão espaços públicos para defender seus interesses". (DIEESE, 2006 p. 13)

Em suma, apesar de a evolução do emprego se mostrar positiva aos menos favorecidos, a participação de negros em estabelecimentos industriais no Brasil ainda é muito baixa, em torno de 30%. Isso representa a perpetuação de um mercado de trabalho discriminador, que incorpora de maneira incipiente os menos favorecidos. Esse quadro ainda é mais grave nos estabelecimentos ligados ao comércio internacional, sejam eles permanentes ou potenciais.

2.9 A evolução do emprego industrial sob a ótica regional

No que se refere ao aspecto regional da evolução do emprego industrial, percebe-se que as grandes regiões do país apresentaram diferentes incrementos no estoque de trabalhadores formais. As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte aumentaram sua participação no total dos

ocupados da indústria brasileira, em detrimento da diminuição da participação do Sudeste e do Sul.

No entanto, não se pode deixar de reconhecer o enorme peso da Região Sudeste na configuração da estrutura do emprego industrial brasileiro, com mais de 50% de todo o emprego industrial. O Sul, segundo lugar em termos de participação no total do emprego, com pouco mais de 24%, assim como o Sudeste, também diminuiu seu peso na composição regional do emprego industrial.

Algumas diferenças podem ser observadas quanto à importância regional para a composição do emprego segundo condição de exportação. O peso da Região Sudeste é maior para estabelecimentos exportadores do que para não exportadores. Nestes últimos, outras regiões possuem pesos relativamente maiores, como no caso do Nordeste e do Centro-Oeste.

Quanto à composição regional, exportadores permanentes perceberam um aumento de participação das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte, no total do emprego. Destaca-se que o maior crescimento se dá na Região Nordeste cuja participação passa de 8,7%, em 2002, para 9,3%, em 2008[37].

[37] Sobre o desempenho do emprego em estabelecimentos exportadores da região Nordeste ver TROVÃO e JUNGBLUTH (2008).

Tabela 2.8 - Evolução da participação regional dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação
Brasil, 2002 - 2008

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Permanentes	Norte	3,5	3,7	3,9	4,0	4,0	4,1	3,9
	Nordeste	8,7	8,9	9,1	9,3	9,4	9,3	9,3
	Sudeste	57,0	56,4	56,3	56,8	56,9	56,8	57,4
	Sul	28,9	29,0	28,7	27,9	27,7	27,8	27,5
	Centro-Oeste	1,9	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	1,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Potenciais	Norte	3,0	3,4	3,6	3,9	3,8	3,4	3,3
	Nordeste	12,7	12,9	13,5	14,0	12,4	12,1	12,8
	Sudeste	53,3	51,1	50,2	48,7	49,9	51,2	51,8
	Sul	27,6	28,6	28,3	28,6	29,1	27,3	26,8
	Centro-Oeste	3,3	4,0	4,4	4,7	4,8	6,0	5,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não exportadores	Norte	3,3	3,5	3,8	3,8	3,8	3,9	3,7
	Nordeste	14,4	14,1	14,0	14,2	14,5	14,7	14,6
	Sudeste	52,2	52,3	52,1	52,8	53,0	52,3	52,3
	Sul	24,2	24,3	24,3	23,5	22,9	23,2	23,3
	Centro-Oeste	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8	5,9	6,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Norte	3,3	3,5	3,8	3,9	3,8	3,8	3,7
	Nordeste	13,0	12,8	12,9	13,1	13,2	13,2	13,3
	Sudeste	53,4	53,0	52,7	53,0	53,4	53,0	53,2
	Sul	25,7	25,9	25,9	25,2	24,7	24,8	24,6
	Centro-Oeste	4,6	4,7	4,8	4,8	4,9	5,1	5,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Para os estabelecimentos potenciais a situação é parecida com o movimento geral do setor industrial, em que há um aumento de participação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no estoque de emprego. O destaque da região Centro-Oeste é evidente, sua participação passa de 3,3% para 5,3%, entre 2002 e 2008, após ter alcançado 6% em 2007. Essa região é uma das que apresentou as maiores taxas de crescimento de valor e volume exportados, alavancadas pelo aumento expressivo da produção do agronegócio para o mercado externo.

O processo de alteração do padrão de crescimento econômico e de geração de emprego, especialmente a partir de 2004, refletiu-se sobre regiões de menor grau de desenvolvimento industrial do Brasil. Em uma avaliação sobre o processo eleitoral de 2010 ARAÚJO (2010) levanta questões importantes sobre o que dinamizou a economia brasileira e porque muitos empregos industriais foram gerados nas regiões Nordeste e Norte.

ARAÚJO (2010) afirma que o elemento fundamental para o crescimento da atividade econômica, do emprego e da renda nas regiões Nordeste e Norte, foi o que aqui se denominou de

alteração na concepção do papel do Estado. De acordo com a autora o Estado brasileiro agiu em direção à:

> "(...) integração nacional ao fundar a estratégia de crescimento na produção e consumo de massa, o que favoreceu enormemente o Nordeste. Na inserção competitiva, o Nordeste era visto apenas por alguns "clusters" (turismo, fruticultura irrigada, agronegócio graneleiro...) enquanto nos anos recentes a maioria dos seus segmentos produtivos se dinamizou, fazendo a região ser revisitada pelos empreendedores nacionais e internacionais. Por seu turno, a estratégia de atacar pelo lado da demanda, com políticas sociais, política de reajuste real elevado do salário mínimo e a de ampliação significativa do crédito, teve impacto muito positivo no Nordeste. A região liderou - junto com o Norte - as vendas no comercio varejista do país entre 2003 e 2009. E o dinamismo do consumo atraiu investimentos para a região. Redes de supermercados, grandes magazines, indústrias alimentares e de bebidas, entre outros, expandiram sua presença no Nordeste ao mesmo tempo em que as pequenas e médias empresas locais ampliavam sua produção". (ARAÚJO, 2010)

Conclui-se que regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentaram os melhores resultados em termos de geração de emprego e, por consequência, aumento de suas participações no emprego industrial, foram beneficiadas tanto pelo crescimento das exportações (aumento do emprego industrial em estabelecimentos exportadores), quanto pela ampliação sustentada da atividade econômica, no contexto de fortalecimento do Estado e de seu papel de dinamizador da atividade econômica nesse período.

2.10 Evolução de indicadores de renda e estabilidade

O crescimento do emprego na indústria é importantíssimo para alterar positivamente a situação econômica e social do Brasil. No entanto, há que se entender se essa elevação no número de postos de trabalho se traduz em uma melhora no perfil do emprego e do mercado de trabalho industrial, entre 2002 e 2008.

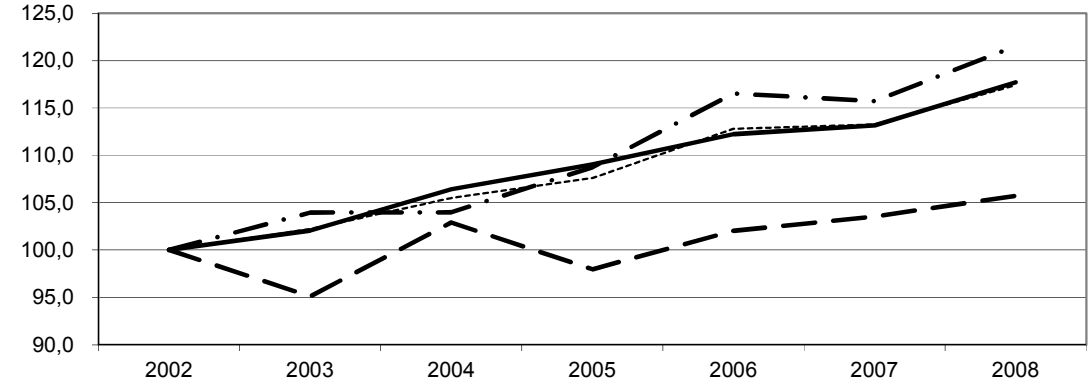
Nesse sentido, admite-se que tão importante quanto o crescimento do estoque de trabalhadores para o desenvolvimento econômico e social do Brasil é o crescimento da renda e as melhorias de estabilidade dos ocupados em seus postos de trabalho.

Alguns indicadores como rendimento médio, rendimento mediano e a massa de rendimento colaboram para a caracterização e qualificação do crescimento do emprego no setor industrial brasileiro, no período entre 2002 e 2008. Quanto à estabilidade, pode-se considerar o

tempo de vínculo médio como um dos principais indicadores para avaliar essa dimensão. O primeiro indicador a ser analisado é a evolução do rendimento médio real. Esse apresenta uma evolução favorável, porém em menor ritmo que o crescimento do emprego. Quanto a esse ponto, algumas considerações devem ser feitas.

Trabalhadores em estabelecimentos potenciais não apresentaram incrementos reais em seus salários entre 2002 e 2005 e apenas uma pequena elevação no período pós 2006. O ganho real dos rendimentos dos trabalhadores em estabelecimentos sob essa condição de exportação ficou em torno de 5%.

Gráfico 2.5 - Evolução do rendimento médio real dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (2002 = 100) Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

Os rendimentos médios dos trabalhadores de estabelecimentos permanentes subiram sensivelmente e de maneira sustentada ao longo de todo o período, aumentando mais de 17%, entre 2002 e 2008.

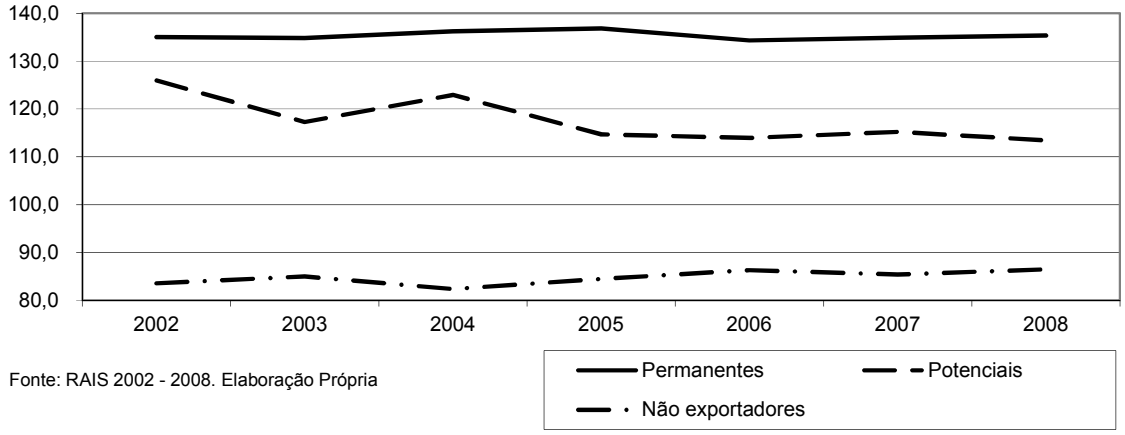
Já o salário real nos estabelecimentos não exportadores apresentou um comportamento menos estável, porém atingiu o melhor resultado, valorizando-se mais de 20%. Cabe destacar que é a partir de 2004 que o rendimento médio real dos ocupados em estabelecimentos não exportadores assume um ritmo de crescimento maior.

Essas informações sobre a dinâmica e a evolução dos rendimentos reais suscitam uma dicotomia na relação emprego-renda, pois ao mesmo tempo em que os estabelecimentos exportadores apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego, a evolução da

remuneração média não mostrou o mesmo desempenho. Em síntese, na comparação entre exportadores e não exportadores nota-se que os primeiros revelaram um maior crescimento do emprego e um menor crescimento real dos salários.

No entanto, deve-se fazer uma ressalva. Apesar de o desempenho dos rendimentos reais ter se mostrado maior em estabelecimentos não exportadores, o nível dos salários em estabelecimentos exportadores, independente de sua condição, mostrou-se relativamente superior. Nesse sentido, verifica-se que a diferença salarial entre trabalhadores industriais está relacionada à condição de exportação dos estabelecimentos.

Gráfico 2.6 - Evolução dos diferenciais salariais dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação (Média da indústria = 100) Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

O gráfico 2.6 apresenta a evolução dos diferenciais salariais entre 2002 e 2008. Percebe-se uma diminuição da diferença entre os salários dos trabalhadores em estabelecimentos não exportadores e a média da indústria brasileira a partir de 2004. No entanto, essa disparidade manteve-se em patamares elevados.

Enquanto o salário médio de um trabalhador de um estabelecimento exportador permanente é 35% maior que a média da indústria em 2008, o salário médio dos trabalhadores em estabelecimentos voltados ao mercado doméstico mostrou-se 10% menor.

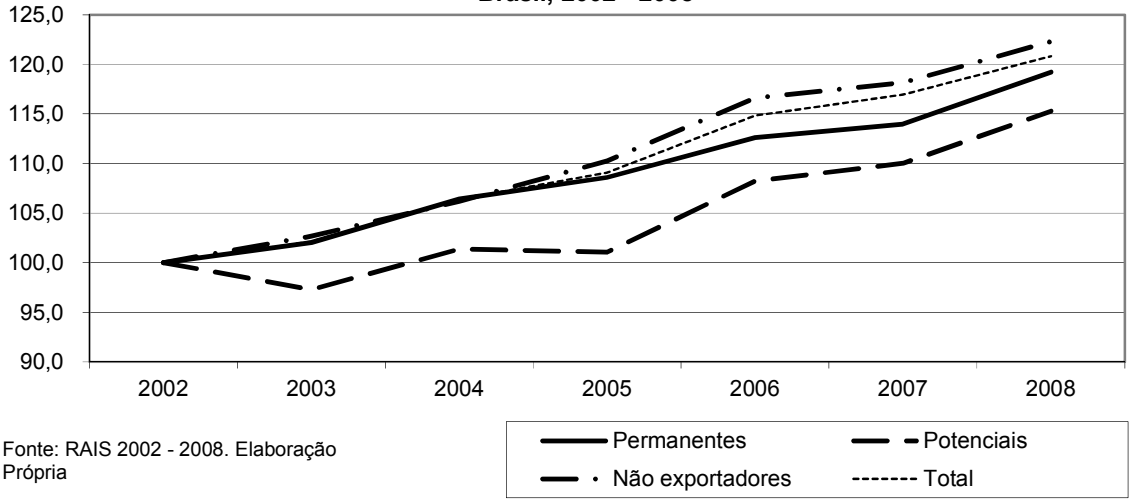
Evidencia-se que as diferenças entre os salários não se alteraram e se mantiveram em níveis elevados, indicando que, a partir 2004, apesar do crescimento econômico ter sido orientado para o mercado interno e ter impulsionado a recuperação dos empregos e dos salários em

estabelecimentos não exportadores, a grande diferença estrutural no perfil do emprego existente entre exportadores e não exportadores persistiu.

Em síntese, há diferenças estruturais entre os trabalhadores de estabelecimentos exportadores e de não exportadores. Tais diferenças não se alteraram ao longo do período de 2002 a 2008, mesmo num contexto significativamente favorável da atividade econômica, em especial a partir de 2004.

No que se refere ao rendimento mediano, isto é, o valor da remuneração que divide o total dos ocupados em 50% para baixo e 50% para cima, nota-se uma elevação sustentada, durante todo o período de 2002 a 2008, para estabelecimentos exportadores permanentes e não exportadores.

Gráfico 2.7 - Evolução do rendimento mediano real dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação
Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

Para os potenciais, a mediana apresentou comportamento parecido com o rendimento médio nesses mesmos estabelecimentos. A evolução desse indicador teve dois momentos distintos. O primeiro de estabilidade, entre 2002 e 2005, e o segundo de elevação, entre 2006 e 2008, aproximando-se dos ganhos reais alcançados pelos outros tipos de estabelecimentos.

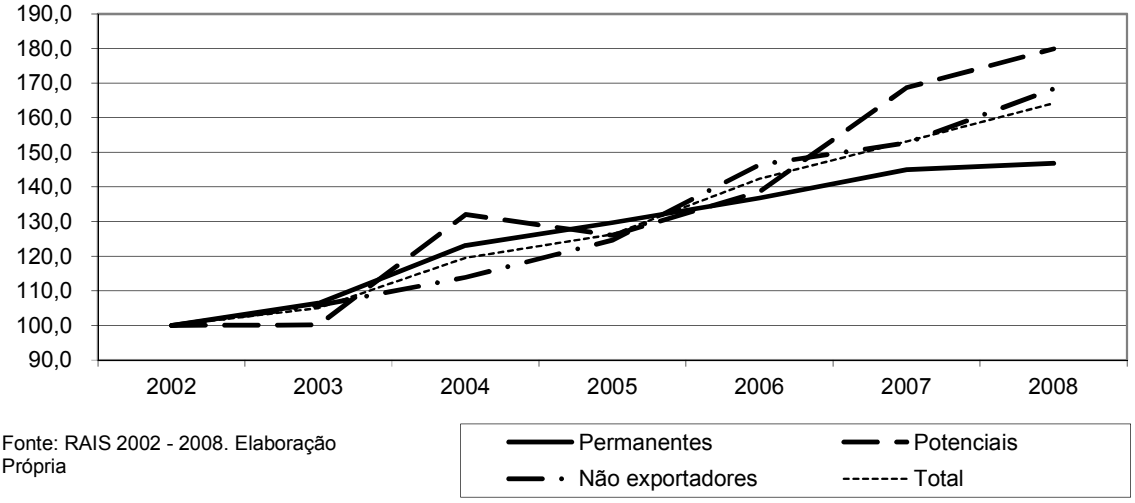
Assim como para a média, a remuneração mediana dos não exportadores apresentou uma valorização real relativamente maior, principalmente a partir de 2006, quando os ganhos reais desses estabelecimentos descolaram-se dos demais.

Outro elemento capaz de qualificar a evolução do mercado de trabalho formal do setor industrial brasileiro é a massa de remuneração real. Essa massa depende da combinação de dois elementos: o crescimento do emprego e o crescimento dos salários individuais. No que tange ao total da indústria, a massa salarial real ampliou-se de maneira robusta e contínua, durante todo o período de 2002 a 2008.

O montante total de salários ampliou-se, relativamente, mais do que o estoque de emprego e do que o rendimento médio. A combinação de expansão do emprego com recuperação real dos salários garantiu o crescimento da massa, porém destacando-se a maior importância relativa do aumento do número de postos de trabalho.

O crescimento do número de empregos foi o principal elemento que garantiu o crescimento da massa de rendimentos entre 2002 e 2008. No entanto, algumas diferenças devem ser evidenciadas. Entre 2002 e 2003 a valorização real da massa de salários foi baixa para estabelecimentos permanentes e não exportadores, e estável para os potenciais.

Gráfico 2.8 - Evolução da massa de renda real dos ocupados em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação
Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

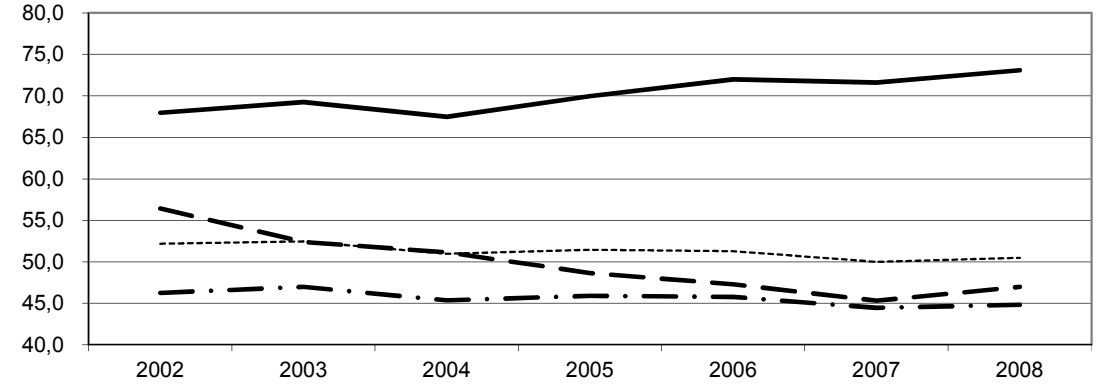
Entre 2003 e 2004 a taxa de crescimento da massa real dos potenciais exportadores mostrou-se muito superior a dos outros tipos. Já entre 2004 e 2005 permanentes e não exportadores mantiveram o mesmo ritmo de crescimento, enquanto os potenciais perceberam uma queda não desprezível do montante dos salários.

É a partir de 2005 que o ritmo de crescimento da massa real dos salários se eleva, em especial nos estabelecimentos não exportadores, para os quais o momento econômico brasileiro se revelou mais favorável.

Em resumo, os indicadores de rendimentos apresentaram-se mais favoráveis aos trabalhadores de estabelecimentos não exportadores, em especial a partir de 2004/2005. No entanto, ressalva-se que o movimento do indicador de massa de rendimentos entre o final de 2007 e o final de 2008 certamente foi afetado pela crise econômica internacional, que se refletiu principalmente na diminuição do número de empregados, em especial nos estabelecimentos permanentes cujo estoque de trabalhadores diminuiu.

Por fim, deve-se observar a evolução do indicador de estabilidade do trabalhador em seu posto de trabalho, isto é, o tempo de vínculo empregatício. Há uma tendência geral de diminuição do tempo médio de vínculo, entre 2002 e 2008, principalmente nos estabelecimentos potenciais. A única exceção são os exportadores permanentes que apresentaram uma situação relativamente mais favorável do ponto de vista da estabilidade a partir de 2004, momento em que o indicador assume uma trajetória ascendente.

Gráfico 2.9 - Evolução tempo médio de vínculo, em meses, dos ocupados em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação
Brasil, 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

A análise desse índice corrobora as informações anteriormente apresentadas, no que se refere à rotatividade. O aumento da rotatividade impacta diretamente na diminuição do tempo de vínculo médio, fazendo com que esse diminua. No entanto, esse aumento do tempo médio nos

exportadores permanentes pode estar associado ao aumento da participação das admissões não temporárias, ocorridas entre 2005 e 2007 nesses estabelecimentos.

2.11 Metodologia e resultados preliminares sobre a evolução do perfil e da estrutura ocupacional

O crescimento do emprego e da renda na indústria, como apontado, é de extrema importância para a sociedade brasileira e para a própria dinâmica de crescimento da atividade econômica. No entanto, pretende-se avaliar se essa evolução favorável ao emprego se traduziu em melhoras no perfil ocupacional dos trabalhadores industriais entre 2002 e 2008.

Para se qualificar a questão ocupacional e apontar as principais diferenças entre estabelecimentos em condições diferentes de exportação, bem como analisar sua evolução ao longo do tempo, criou-se uma tipologia hierarquizada de grupamentos ocupacionais segundo algumas características dos trabalhadores que os compõe.

A conformação desses grupamentos foi elaborada a partir das informações do total dos trabalhadores formais da indústria para o ano de 2008, de acordo com a divulgação da RAIS. Para cada ocupação contida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)[38] foram-se agregando as informações dos trabalhadores e criando-se um conjunto de dados agora associados por ocupação.

No que se refere à escolha das informações pessoais utilizadas para se identificar tais grupamentos, destaca-se a opção pelas informações: de renda (rendas média, mediana e massa de renda); de escolaridade (obtidas pelo cálculo médio de anos de estudo de cada ocupação); e de tempo de permanência no posto de trabalho (concebido pelo cálculo do tempo médio de vínculo do agregado dos trabalhadores de cada ocupação).

Em síntese, o objetivo principal dessa metodologia é agrupar, de forma hierárquica, ocupações com características similares em um mesmo grupo, fazendo com que cada grupamento possua características distintas entre si, de acordo com os critérios de renda, escolaridade e estabilidade.

[38] A classificação de ocupações utilizada para a elaboração deste estudo foi a da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), contida na própria RAIS. Utilizou-se a definição de ocupação de subgrupo ocupacional a três dígitos, que possuem 189 tipos diferentes de ocupações.

Essa metodologia permite, portanto, entender o comportamento das principais questões que envolvem o tema do emprego e da renda, sob a ótica do perfil ocupacional, além de permitir que se explicitem as transformações ocorridas ao longo do tempo, entre os distintos grupos de ocupações.

A técnica utilizada para essa agregação faz parte da chamada análise estatística exploratória. Seu nome é técnica hierárquica de grupamento (*hierarchical cluster*). Esse tipo de análise pressupõe a escolha de um método e de uma forma de mensuração das similaridades ou dissimilaridades dos grupamentos. O método utilizado foi o "método de *Ward*" e para a mensuração dos graus de similaridade dos grupos, a distância euclidiana ao quadrado[39].

A ferramenta que permitiu a escolha e a execução dessa técnica foi o *"Statistical Package for the Social Sciences"* (SPSS), que é um programa de informática, especializado no tratamento e na análise de informações socioeconômicas.

A partir da análise exploratória das informações dos trabalhadores da indústria em 2008 e dos resultados obtidos após a execução da técnica apresentada, optou-se por separar o total das ocupações em cinco grupos. Após a identificação dos elementos que compõem cada grupamento ocupacional, replicou-se, para anos anteriores a 2008, utilizando-se da mesma classificação ocupacional para a análise do período 2002/2008.

Como destacado, os grupamentos foram definidos e classificados em cinco tipos. Estes vão do 1°, o mais bem posicionado, isto é, aquele que apresenta melhores níveis de renda, escolaridade e de tempo de vínculo, ao 5°, aquele que apresenta os piores indicadores[40].

[39] As definições estatísticas e metodológicas detalhadas encontram-se no apêndice metodológico.
[40] O detalhamento completo de todas as ocupações que compõem cada grupamento encontra-se disponível no apêndice metodológico.

Quadro 2.1 - Composição dos grupamentos de acordo com as principais ocupações dos trabalhadores formais em estabelecimentos industriais
Brasil, 2008

Hierarquia de grupamentos	Participação (%)
Primeiro Grupamento	
Diretores de áreas de apoio	69,3
Diretores gerais	30,7
Outros	-
Segundo Grupamento	
Profissionais da informática	9,7
Supervisores da transformação de metais e de compósitos	9,5
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos	9,2
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing	7,2
Supervisores de vendas e de prestação de serviços	7,0
Profissionais da medicina, saúde e afins	5,4
Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas	5,0
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica	4,6
Cientistas sociais, psicólogos e afins	4,4
Técnicos em construção civil, de edificações e obras de infraestrutura	4,1
Operadores na geração e distribuição de energia centrais hidrelétricas	3,8
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	3,6
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	2,7
Físicos, químicos e afins	2,4
Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas	2,4
Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos	2,4
Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica	2,4
Supervisores da produção de utilidades	2,2
Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas	1,8
Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento	1,5
Outros	8,6
Terceiro Grupamento	
Embaladores e alimentadores de produção	29,3
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	15,6
Trab de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	12,2
Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos	11,1
Outros	31,7
Quarto Grupamento	
Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins	7,3
Técnico em ciências físicas e químicas	6,6
Eletricistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial	6,1
Trabalhadores de informações ao público	5,7
Supervisores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário	5,5
Desenhistas técnicos e modelistas	5,3
Escriturários contábeis e de finanças	4,6
Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios	3,6
Profissionais da comunicação e da informação	3,3
Mecânicos de manutenção veicular	3,2
Outros trabalhadores de serviços diversos	3,0
Trabalhadores dos serviços de saúde	2,9
Trabalhadores da fabricação de papel	2,7
Técnicos em laboratório	2,6
Caixas, bilheteiros e afins	2,4
Confeccionadores de produtos de papel e papelão	2,1
Outros	33,1
Quinto Grupamento	
Trabalhadores da confecção de roupas	10,4
Trab artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos	6,3
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação	5,5
Trabalhadores da confecção de calçados	5,1
Trabalhadores agrícolas	5,1
Trab nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	4,7
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	4,4
Vendedores e demonstradores	4,1
Operadores de utilidades	4,0
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	4,0
Trabalhadores das industrias têxteis	3,4
Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas	3,3
Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos	3,1
Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais	3,1
Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas	3,0
Outros	30,5

Fonte: RAIS, 2008. Elaboração Própria

O primeiro e mais bem posicionado grupamento nessa escala hierárquica pode ser definido como cargos de alta direção da indústria. Esse grupamento é aquele que apresenta as melhores condições em termos de perfil ocupacional, pois possui os melhores indicadores de renda, escolaridade e de estabilidade de todo o setor industrial.

O segundo grupamento de ocupações define-se pela predominância de ocupações que exigem nível superior de escolaridade além de diversos cargos de supervisão. Qualitativamente, esse grupo também representa trabalhadores em ocupações de nível elevado de salários, escolaridade e estabilidade.

O terceiro diz respeito aos trabalhadores do chão de fábrica, isto é, aqueles ligados à produção direta, como: embaladores e alimentadores da produção, trabalhadores de montagem de tubulações e estruturas metálicas além dos empregados nos processos de usinagem. Ademais, escriturários, assistentes e auxiliares administrativos também aparecem nesse grupo com participação significativa, em torno de 15%. O terceiro grupo está no centro da hierarquia, apresentando características intermediarias do ponto de vista ocupacional.

O quarto representa os trabalhadores em ocupações de nível técnico, além de algumas profissões de secretariado e de relações humanas. Esse grupamento apresenta características de media baixa classificação, em termos de rendimento, escolaridade e estabilidade.

Por fim, o quinto e último grupo, que representa mais da metade do total das ocupações e se encontra na posição menos favorável, pode ser caracterizado pela predominância de pessoas ligadas a ocupações de trabalho manual como: confecção de roupas e calçados, trabalhadores manuais do agronegócio (agroindústria e de alimentos), além de operadores de máquinas e equipamentos pesados.

Após a definição das principais ocupações que compõem esses grupamentos, faz-se necessária a apresentação dos principais resultados quanto à evolução do emprego e dos salários na hierarquia das ocupações da indústria no período de 2002 a 2008[41].

A tendência geral da evolução do perfil ocupacional dos trabalhadores da indústria brasileira entre 2002 e 2008 caracteriza-se pela ampliação da participação dos segmentos intermediários, mais precisamente do 2° e do 3° grupos mais bem posicionados na hierarquia

[41] Nesse ponto, cabe apontar para a existência de dificuldades de se analisar a passagem do ano 2002 para o ano 2003, pois a metodologia de classificação das ocupações (CBO) se altera entre esses dois anos. Por esse motivo, acredita-se que haja problemas quanto à composição desses grupamentos em 2002.

ocupacional proposta por estudo. Isso indica uma maior admissão de trabalhadores em ocupações que garantem níveis intermediários de renda, educação e estabilidade.

Tabela 2.9 - Crescimento e participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais
Brasil, 2002 - 2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
				Crescimento (2003 = 100)			
1º	78,7	100,0	96,7	101,1	113,6	115,3	122,1
2º	64,2	100,0	107,2	114,7	125,7	135,1	146,4
3º	76,8	100,0	111,3	116,0	126,2	137,5	145,1
4º	129,9	100,0	105,5	106,9	113,0	118,8	112,2
5º	103,9	100,0	111,0	114,8	122,8	130,9	135,5
Total	97,3	100,0	110,3	114,2	122,8	131,6	136,1
				Participação			
1º	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
2º	2,0	3,1	3,0	3,1	3,1	3,1	3,3
3º	23,8	30,2	30,5	30,7	31,0	31,5	32,2
4º	14,8	11,1	10,6	10,4	10,2	10,0	9,1
5º	59,2	55,4	55,8	55,7	55,4	55,1	55,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

Os cargos de diretoria, de supervisão e da maior parte das ocupações de nível superior, primeiro e segundo grupamentos, respectivamente, que se encontram no topo da hierarquia ocupacional, apresentaram uma baixa participação entre 2002 e 2008. Diretores, em geral, não ampliaram sua participação. Já os cargos de supervisão e de ensino superior aumentaram sensivelmente sua participação entre 2002 e 2008, apesar do baixo peso dessas ocupações na estrutura ocupacional da indústria.

O grupamento que representa mais da metade do total das ocupações é o que apresenta os piores indicadores de renda, escolaridade e estabilidade (quinto grupamento). Esse contingente elevado de trabalhadores nessa situação dá a ideia de quão complicada é a tarefa de se alterar estruturalmente o perfil ocupacional da indústria brasileira.

Em resumo, nota-se uma tendência de crescimento do número de trabalhadores em ocupações consideradas intermediárias. Ademais, cabe ressaltar que, mesmo com o significativo crescimento econômico e da atividade industrial, em especial a partir de 2004, o perfil ocupacional e sua estrutura não se alterou de forma expressiva nesse período.

Para melhor entender as transformações sócio ocupacionais da indústria brasileira nesse período, é importante que se observem os comportamentos dos principais indicadores que balizaram e garantiram a configuração e a hierarquização desses grupamentos ocupacionais.

Tabela 2.10 - Evolução de indicadores de remuneração dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais
Brasil, 2002 - 2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento médio real							
1°	12.756,61	11.923,63	12.732,13	13.264,04	13.971,90	14.429,50	14.581,04
2°	3.154,58	3.414,99	3.611,36	3.659,09	3.782,21	3.740,18	3.858,04
3°	2.008,17	1.789,05	1.830,39	1.867,61	1.933,75	1.919,85	1.976,17
4°	1.332,79	1.308,56	1.370,98	1.401,27	1.460,89	1.458,51	1.566,46
5°	803,91	810,63	844,71	854,62	903,77	917,44	940,04
Total	1.235,94	1.263,08	1.303,75	1.329,91	1.394,32	1.399,88	1.451,18
Índice de rendimento médio real (2003 = 100)							
1°	107,0	100,0	106,8	111,2	117,2	121,0	122,3
2°	92,4	100,0	105,8	107,1	110,8	109,5	113,0
3°	112,2	100,0	102,3	104,4	108,1	107,3	110,5
4°	101,9	100,0	104,8	107,1	111,6	111,5	119,7
5°	99,2	100,0	104,2	105,4	111,5	113,2	116,0
Total	97,9	100,0	103,2	105,3	110,4	110,8	114,9
Participação na massa de rendimentos							
1°	1,7	1,9	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8
2°	5,2	8,3	8,2	8,5	8,5	8,4	8,7
3°	38,7	42,8	42,8	43,1	43,0	43,3	43,8
4°	16,0	11,5	11,2	10,9	10,7	10,4	9,9
5°	38,5	35,6	36,1	35,8	35,9	36,1	35,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria.

O ponto de partida é a evolução e o comportamento dos indicadores salariais. A partir dessas informações são feitas três constatações: 1) Há uma grande disparidade de remuneração entre os cinco grupamentos ocupacionais, indicando que o rendimento aparece como uma variável importante para diferenciá-los; 2) A evolução dos rendimentos reais é significativa; porém, inferior ao crescimento do estoque de ocupados; 3) O comportamento da massa real de remuneração é similar ao comportamento da participação do emprego, indicando que o crescimento do número de trabalhadores mostrou-se mais significativo que o aumento real dos salários para explicar a evolução da massa.

Quanto à constatação de diferenças expressivas salariais entre os grupos, percebe-se que essas não se alteraram de forma significativa indicando que, apesar do bom momento vivido pela atividade econômica, o perfil ocupacional brasileiro é estruturalmente desigual e complexo.

Ao se compararem os rendimentos dos quatro primeiros grupos ao grupo em pior situação (quinto grupamento) percebe-se que trabalhadores do topo da hierarquia auferem salários aproximadamente dez vezes maiores.

O segundo e o terceiro grupos possuem rendimentos, respectivamente, quatro e duas vezes maiores que o grupo em pior situação. Até mesmo o quarto, que possui a menor diferença em relação ao quinto grupo, possui em média rendimento 70% maior.

Além da elevada desigualdade salarial observada entre os grupamentos ocupacionais, percebe-se que seu comportamento ao longo do período não se direciona no sentido de diminuir essa desigualdade. Esse quadro aponta para uma constatação importante. O crescimento econômico e as transformações favoráveis à sociedade brasileira e ao mercado de trabalho desse período não se mostraram suficientes para alterar de maneira estrutural o perfil ocupacional da indústria brasileira, nem suas enormes diferenças salariais.

A segunda constatação diz respeito ao crescimento das remunerações e as diferenças entre os grupos. O grupo que teve maior incremento real nos salários foi o mais bem posicionado. Além de estar na posição mais alta da hierarquização ocupacional este obteve, relativamente, maiores ganhos em termos de remuneração real, ampliando assim as grandes diferenças de rendimentos entre os trabalhadores.

Aqueles que apresentaram menor incremento real de sua remuneração foram os trabalhadores do grupamento intermediário, mais precisamente o terceiro. Portanto, o grupo de maior crescimento em número de empregos foi o que apresentou os menores ganhos reais, em termos de rendimento, dificultando ainda mais uma transformação desse quadro de desigualdade.

Quanto à terceira e última constatação, nota-se que o aumento da participação do terceiro grupamento na massa salarial está mais relacionado ao crescimento do emprego do que dos salários.

A massa salarial dos trabalhadores da indústria apresentou crescimento superior ao do PIB. O montante de remuneração cresceu de R$ 6,9 bilhões em 2002, para mais de R$ 11,4 bilhões em 2008, aproximadamente 8% ao ano.

Apesar do ritmo elevado de crescimento da massa salarial, percebeu-se que não houve uma tendência significativa no sentido de alterar o caráter estruturalmente desigual da distribuição dos salários na indústria brasileira.

Outro elemento que permite o entendimento da evolução do perfil ocupacional dos trabalhadores da indústria brasileira é a educação. Para se analisar essa dimensão utilizou-se a participação dos níveis de escolaridade no total da ocupação segundo grupamentos ocupacionais.

Tabela 2.11 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo níveis de escolaridade e grupamentos ocupacionais
Brasil, 2003 - 2008

	1°	2°	3°	4°	5°	Total
			2003			
Analfabeto	-	0,0	0,4	0,3	2,0	1,3
Fundamental Incompleto	3,9	13,7	20,9	23,9	42,1	32,7
Fundamental Completo	6,3	15,5	26,7	29,6	33,7	30,5
Médio Completo	20,1	31,4	38,6	40,2	21,4	29,0
Superior completo	69,6	39,4	13,4	6,0	0,8	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
			2006			
Analfabeto	-	0,0	0,3	0,3	1,6	1,0
Fundamental Incompleto	2,7	9,8	15,9	18,4	34,5	26,2
Fundamental Completo	6,6	13,5	24,4	26,2	33,0	29,0
Médio Completo	19,7	39,0	45,6	48,0	30,3	37,1
Superior completo	71,0	37,7	13,8	7,1	0,7	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
			2008			
Analfabeto	-	0,0	0,2	0,1	1,4	0,8
Fundamental Incompleto	2,4	7,9	13,4	14,1	30,5	22,7
Fundamental Completo	4,7	12,3	22,4	23,0	31,5	27,1
Médio Completo	20,0	40,7	49,6	54,2	35,6	41,9
Superior completo	72,9	39,1	14,4	8,6	1,0	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração Própria.

A tendência geral nesse período é de aumento da participação de trabalhadores com níveis de escolaridade maiores. Os níveis médio completo e superior completo foram os que apresentaram, relativamente, maior incremento de participação.

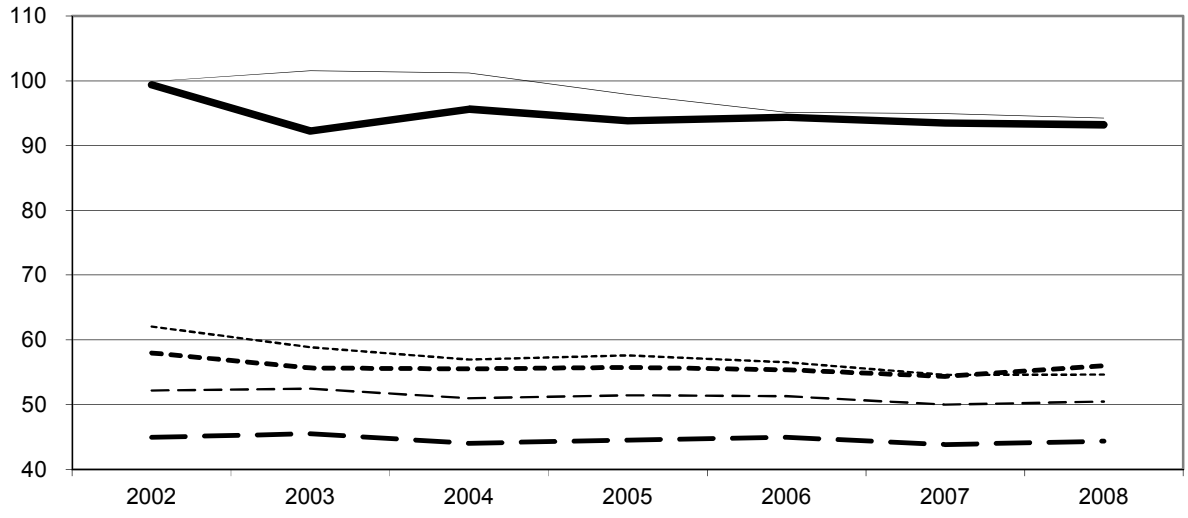
No entanto, disparidades são evidentes quando se comparam os grupamentos ocupacionais. Ao se observar os dois extremos desses grupos, isto é, o primeiro e o quinto grupamentos, nota-se que os primeiros são predominantemente compostos por pessoas de nível superior completo, enquanto que aquele em pior situação possui, em sua maioria, trabalhadores de baixa qualificação com, no máximo, ensino fundamental completo.

O grupamento ocupacional intermediário, que apresentou maior peso no crescimento do emprego e ampliou sua participação no total dos trabalhadores da indústria, apresentou mudanças em sua configuração educacional. Houve um aumento expressivo de trabalhadores com ensino fundamental completo em detrimento da diminuição daqueles com nível fundamental incompleto. Seguindo a tendência geral do total da indústria, também aumentaram sua participação os trabalhadores com ensino superior completo.

Pode-se perceber uma alteração positiva na composição e na estrutura dos níveis de escolaridade para a estrutura ocupacional. Porém, essa alteração não garantiu uma diminuição dos diferenciais salariais entre os trabalhadores da indústria. Daí a complexidade em se alterar o perfil ocupacional desse setor no Brasil.

Por fim, o indicador de estabilidade do trabalhador em seu posto de trabalho, o tempo de vínculo, seguiu numa direção contrária aos indicadores de renda e escolaridade. Esses dois últimos, mesmo sem transformar estruturalmente a situação sócio ocupacional da indústria, deram sinais de melhora, enquanto que em relação à estabilidade o que se pode perceber é uma deterioração dessa dimensão.

Gráfico 2.10 - Evolução do tempo de vínculo, em meses, dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais Brasil 2002 - 2008



Fonte: RAIS 2002 - 2008. Elaboração Própria

Alterações no tempo de vínculo, para mais ou para menos, dependem basicamente das seguintes situações: 1) para que o tempo de vínculo médio aumente é necessário que se contratem trabalhadores e que estes permaneçam na empresa por mais tempo que a média total; 2) já sua diminuição ocorre, num primeiro momento, pelo simples aumento de admissões do tipo permanente, como apresentado na análise dos indicadores de rotatividade, porque novos trabalhadores puxam a média do tempo de vínculo, no ano da admissão, para baixo; 3) o aumento da rotatividade também influencia negativamente o tempo de vínculo, pois se podem contratar mais trabalhadores por menos tempo, ao invés de contratar um único de forma permanente. Ademais, a legislação brasileira favorece as empresas que admitem trabalhadores por contratos determinados de curta duração.

O primeiro elemento que se observa é o nível em que se encontram os grupamentos ocupacionais. Enquanto que, em média, um trabalhador do primeiro e do segundo grupos permanece em seu posto por mais de oito anos, um trabalhador do quinto grupamento ocupacional tem a expectativa de permanecer apenas cerca de três anos.

Outro diagnóstico que pode ser dado a respeito da estabilidade, diz respeito ao efeito negativo do aumento da rotatividade e do aumento do total de ocupados por prazos curtos de contrato.

O crescimento econômico impulsionou o emprego industrial; porém, este movimento foi acompanhado de um aumento expressivo da rotatividade que, por sua vez, ocasionou uma diminuição na expectativa de permanência do trabalhador no emprego.

Esse argumento é corroborado pela constatação de uma diminuição do tempo médio de vínculo para todos os níveis ocupacionais, com exceção dos trabalhadores do primeiro grupo que, a partir de 2003, melhoraram sua situação de estabilidade.

Em resumo, nota-se uma tendência de diminuição da expectativa de tempo de emprego além da manutenção das diferenças significativas entre grupamentos mais bem posicionados e a base da hierarquia ocupacional.

O balanço geral desse Capítulo aponta para uma suave, porém positiva, alteração na situação do emprego, dos salários, dos níveis de educação e de estabilidade dos trabalhadores formais da indústria. Melhoraram, também, as situações de inserção de mulheres e negros no mercado de trabalho industrial brasileiro, entre 2002 e 2008.

No entanto, os bons desempenhos da economia, das exportações e da atividade industrial, que proporcionaram ganhos para o mercado de trabalho industrial brasileiro, não se mostraram suficientes para alterar de forma estrutural a situação sócio ocupacional dos trabalhadores formais da indústria nacional nesse período.

Capítulo 3 – As mudanças ocorridas no perfil ocupacional do setor industrial brasileiro: uma análise comparativa entre estabelecimentos exportadores e não exportadores no Brasil de 2003 a 2008

Uma das questões mais importantes acerca das transformações ocorridas na sociedade brasileira, nos anos 2000, diz respeito à evolução e ao comportamento do perfil ocupacional. A análise desse tema tem por objetivo entender se o crescimento do emprego formal industrial alterou estruturalmente o perfil das ocupações da indústria nesse período.

É evidente que a preocupação com a questão do mercado de trabalho formal na indústria não deve estar restrita ao elemento "crescimento do número de empregos". Tal questão, por possuir uma elevada importância para a compreensão das mudanças ocasionadas pela evolução significativa da atividade econômica, não deve se restringir à ampliação do estoque de ocupados, mas também, à "qualidade" e às condições sócio ocupacionais desses novos postos de trabalho, bem como sua trajetória ao longo do tempo.

Nesse sentido, esse Capítulo destina-se à análise da evolução dessa "qualidade", isto é, entender as condições em que se geraram os milhões de novos postos de trabalho na indústria brasileira.

Para tal, a metodologia apresentada ao final do segundo Capítulo desse estudo e detalhada no apêndice metodológico é a referência para se compreender, qualificar e quantificar as alterações no perfil sócio ocupacional do emprego industrial.

A abordagem desse tema está circunscrita ao período de 2003 a 2008, pois, como ressaltado, as alterações na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) entre 2002 e 2003 impossibilitam sua compatibilização e sua análise de maneira mais robusta ao longo do tempo.

Observou-se uma alteração na participação dos grupamentos ocupacionais no total do emprego. Os grupos mais bem posicionados na hierarquia ocupacional aumentaram sua participação em detrimento daqueles que se encontram na base dessa hierarquia.

Dos mais de 2,1 milhões de novos postos de trabalho gerados no setor industrial brasileiro entre 2003 e 2008, 41,7% encontram-se entre os três primeiros grupamentos, aqueles considerados os de melhor posição na escala hierárquica de ocupações, sendo que somente o grupo intermediário (terceiro grupamento) respondeu por 37% da geração de emprego.

No entanto, apesar de diminuir sua participação no total do emprego industrial, o quinto grupamento, que se encontra em pior situação, aumentou seu tamanho em mais de 1,1 milhão de trabalhadores.

A questão que emerge dessa constatação diz respeito a quais foram, de fato, as ocupações que apresentaram maior crescimento em número de postos de trabalho. O aumento do emprego no primeiro grupamento deu-se nos cargos de direção de áreas de apoio. No segundo grupamento as ocupações que mais cresceram foram: profissionais de informática, de relações públicas, de publicidade e de marketing. Esses foram seguidos por algumas ocupações de supervisão ligadas à transformação de metais ou aos serviços de reparação e manutenção mecânica, além de algumas ocupações de nível técnico, como técnicos em construção civil e em mecatrônica. Outras ocupações de nível superior também apresentaram um crescimento significativo como: físicos, químicos, psicólogos, advogados, etc.

O terceiro grupamento ocupacional, que representa mais de 37% da geração total de postos de trabalho nesse período, tem como peças-chave para o crescimento do emprego as ocupações: embaladores e alimentadores de produção (responsáveis por 33% do crescimento do emprego desse grupo); trabalhadores na montagem de tubulações e estruturas metálicas (15%); escriturários em geral, assistentes e auxiliares administrativos (12%). Essas ocupações são especificamente ocupações de caráter técnico, mais precisamente, de nível escolar médio completo.

No quarto grupamento apresentaram maior crescimento relativo às ocupações: operadores de instalações químicas ou petroquímicas; mecânicos de manutenção veicular; eletricistas eletrônicos de manutenção industrial; profissionais da comunicação e das relações públicas e desenhistas. Destaca-se que a grande maioria dessas ocupações, assim como no grupamento anterior, também está circunscrita às profissões de nível técnico.

Por fim, o último grupamento ocupacional, que se encontra na base da pirâmide hierárquica e que representa mais da metade de todo o crescimento do emprego industrial, pode ser caracterizado pelo aumento do número de trabalhadores das ocupações de baixo nível de escolaridade como: trabalhadores da confecção de roupas; trabalhadores artesanais da agroindústria, em especial na indústria de alimentos; trabalhadores agrícolas; condutores de veículos; trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação, montadores de máquinas; e trabalhadores da conservação e manutenção de máquinas e edifícios.

Apesar do aumento da participação dos grupamentos intermediários da hierarquia ocupacional, o crescimento do emprego industrial brasileiro entre 2003 e 2008 ficou restrito à elevação do número de ocupações de baixa ou média qualificação.

O aumento da participação dos grupamentos intermediários, em especial o terceiro, deve-se à ampliação no número de trabalhadores que lidam com a embalagem e a alimentação da produção, que representaram 12% do total do emprego gerado na indústria, e de trabalhadores de montagem de tubulações e estruturas metálicas, 5,6%.

As outras ocupações que também se mostraram importantes para o aumento do número de ocupados industriais nesse período encontram-se na base da hierarquia ocupacional, como é o caso dos trabalhadores da confecção de roupas e dos trabalhadores artesanais da agroindústria e/ou da indústria de alimentos.

Entende-se que o crescimento econômico brasileiro desse período não se mostrou suficiente para alterar de forma estrutural o quadro sócio ocupacional da indústria. Apesar de uma melhora na participação dos grupamentos intermediários da hierarquia ocupacional, grande parte desse incremento refere-se à geração de empregos de baixa-média qualificação. Ademais, metade de todo o emprego gerado se deu na base da hierarquia, indicando a complexidade e a baixa qualificação do perfil ocupacional da indústria, que possui mais da metade de seus trabalhadores no quinto grupamento ocupacional, aquele com os piores indicadores de rendimento, escolaridade e estabilidade.

3.1 Participação e crescimento dos grupamentos ocupacionais na indústria brasileira entre 2003 e 2008

O crescimento do emprego industrial brasileiro nesse período pode ser caracterizado pelo aumento do número de ocupados de baixa ou média qualificação. No entanto, deve-se ter em mente que, segundo a estratificação hierárquica de ocupações, o aumento das participações dos segundo e terceiro grupamentos no total do emprego indicaram uma alteração positiva, ainda que incipiente, no perfil ocupacional na indústria desse período.

O quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese da participação de cada grupamento ocupacional na geração de emprego entre 2003 e 2008, segundo os diferentes tipos de estabelecimentos.

Quadro 3.1 - Participação dos grupamentos ocupacionais na geração de emprego formal em estabelecimentos industriais segundo condição de Brasil, 2003 - 2008				
Grupamentos ocupacionais	Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total
1°	0,2	0,0	0,1	0,1
2°	5,5	3,1	4,0	3,9
3°	51,4	42,2	33,7	37,7
4°	1,8	8,1	2,6	3,7
5°	41,2	46,7	59,6	54,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

A partir desse quadro síntese podem-se fazer algumas constatações: 1) A evolução relativamente mais favorável do ponto de vista da geração de postos de trabalho de melhor qualificação deu-se entre os estabelecimentos exportadores permanentes; 2) Não exportadores foram aqueles que mais empregaram trabalhadores na base da hierarquia ocupacional, quase 60% do total do emprego gerado nesses estabelecimentos; 3) Quanto aos potenciais observa-se uma participação parecida no crescimento do emprego entre o terceiro e quintos grupamentos.

Os empregos gerados na indústria brasileira apresentaram comportamentos distintos entre 2003 e 2008. Estabelecimentos voltados ao mercado doméstico geraram relativamente mais empregos no quinto grupamento ocupacional, que representam ocupações de menor qualidade. Já estabelecimentos exportadores empregaram mais pessoas em níveis de ocupações superiores.

Essa divergência em termos de contratação de trabalhadores industriais aponta para uma não alteração estrutural do perfil ocupacional da indústria. O bom desempenho da economia brasileira e, em especial, do mercado doméstico a partir de 2004, não foi suficiente para alterar o desigual perfil ocupacional entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

Esse quadro pode ser melhor entendido pela análise das principais ocupações que garantiram a expansão do emprego formal na indústria desse período. Das quinze ocupações que mais cresceram em termos de volume de emprego, dez encontram-se na base da hierarquia ocupacional da indústria brasileira entre 2003 e 2008. Grande parte dessas ocupações está associada a baixos níveis de qualificação profissional. Isso indica que o quadro estrutural de baixo perfil ocupacional da indústria brasileira não se alterou. (Quadro 3.2)

Quadro 3.2 - Relação das quinze ocupações de maior crescimento do número de empregos, participação no crescimento e posição na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais
Brasil, 2003 - 2008

Ocupações	Grupamento ocupacional	Participação %
Embaladores e alimentadores de produção	3°	11,8
Trabalhadores da confecção de roupas	5°	5,8
Trabalhadores da montagem de tubulações e estruturas metálicas	3°	5,4
Trabalhadores artesanais na agroindústria e na indústria de alimentos	5°	5,2
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	3°	4,5
Trabalhadores agrícolas	5°	4,3
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação	5°	3,6
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	5°	3,5
Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos	3°	3,3
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	5°	3,1
Vendedores e demonstradores	5°	3,0
Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos	5°	2,7
Técnicos de nivel médio em operações industriais	3°	2,7
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifício	5°	2,6
Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, com	5°	1,9

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Nesse sentido, faz-se necessário o aprofundamento dos temas que permitem o entendimento e a análise das principais diferenças entre estabelecimentos exportadores e não exportadores. Para isso, a utilização de um indicador capaz de medir a evolução do perfil ocupacional ao longo do tempo é condição indispensável.

Para indicar possíveis alterações no perfil ocupacional utilizou-se a evolução de trabalhadores do segundo e terceiro grupamentos, que representam ocupações relativamente mais qualificadas, com níveis de renda, escolaridade e estabilidade intermediários.

O aumento ou diminuição desses trabalhadores representa, respectivamente, uma melhora ou uma piora da situação sócio ocupacional do setor industrial brasileiro entre 2003 e 2008, pois esses grupamentos representam ocupações de qualificação superior à massa dos trabalhadores industriais; portanto, o aumento de sua participação significa uma alteração no sentido de melhorar a qualificação média desses trabalhadores.

O primeiro ponto a ser observado refere-se ao perfil ocupacional dos estabelecimentos, segundo sua condição de exportação. Percebe-se que aqueles em posição consolidada frente ao comércio internacional aparecem em situação relativamente mais favorável. Isso confirma a ideia de que exportadores permanentes possuem, relativamente aos não exportadores, um melhor perfil sócio ocupacional.

Em contraposição, estabelecimentos não exportadores aparecem em situação menos favorável. Apesar do crescimento relativamente maior de trabalhadores de melhor perfil nos estabelecimentos não exportadores, as diferenças estruturais existentes entre estabelecimentos sob distintas condições de exportação se mantiveram.

Tabela 3.1 - Participação e crescimento do número de ocupados formais com perfil intermediário[1] na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação (2003 = 100) Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Participação			
Permanentes	40,4	40,8	41,1	41,7	42,2	43,1
Potenciais	36,8	38,0	37,0	37,7	38,7	40,0
Não exportadores	30,2	29,9	30,5	31,1	31,3	32,2
Total	33,3	33,4	33,7	34,2	34,7	35,5
			Crescimento			
Permanentes	100,0	112,2	116,3	120,9	128,6	127,7
Potenciais	100,0	125,8	122,6	131,9	162,5	175,7
Não exportadores	100,0	106,5	113,9	127,0	134,6	145,1
Total	100,0	110,9	115,9	126,2	137,3	145,2

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.
Nota 1: Ocupações intermediárias referem-se aos segundo e terceiro grupamentos ocupacionais

Quanto à evolução do estoque de emprego em estabelecimentos potenciais, nota-se um incremento expressivo de trabalhadores do terceiro grupamento ocupacional. Esse crescimento está associado tanto ao posicionamento desses setores frente ao comércio internacional, quanto ao elevado incremento no número de estabelecimentos sob essa condição de exportação.

3.2 A evolução do perfil ocupacional nos diferentes tamanhos de estabelecimentos

O quadro apresentado no item anterior estende-se para os diferentes tamanhos de estabelecimentos industriais. No que se refere à participação dos grupamentos mais bem posicionados na hierarquia ocupacional, evidencia-se que houve um crescimento generalizado desse indicador independentemente do porte do estabelecimento.

As únicas exceções foram os permanentes de micro e pequeno portes. Esses apresentaram um crescimento negativo indicando uma perda de participação desses estabelecimentos no total do emprego industrial.

Algumas diferenças no ritmo de crescimento dos trabalhadores em ocupações mais bem qualificadas de acordo com o porte do estabelecimento podem ser evidenciadas. Entre os estabelecimentos de grande porte, os exportadores permanentes apresentaram a menor taxa de crescimento.

Tabela 3.2 - Crescimento do número de ocupados formais com perfil intermediário[1] na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e porte de estabelecimento (2003 = 100)
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
Micro	100,00	90,64	88,96	89,24	87,56	89,78
Pequeno	100,00	97,97	97,62	97,17	94,70	91,95
Médio	100,00	108,18	110,69	111,40	112,10	111,11
Grande	100,00	117,65	123,63	131,91	146,34	145,72
Total	100,00	112,22	116,30	120,93	128,64	127,71
			Potenciais			
Micro	100,00	111,54	105,74	104,32	147,14	137,90
Pequeno	100,00	115,01	109,69	114,32	138,68	143,04
Médio	100,00	119,81	117,14	122,80	146,00	153,81
Grande	100,00	138,76	136,27	152,56	193,63	218,73
Total	100,00	125,80	122,65	131,88	162,53	175,68
			Não exportadores			
Micro	100,00	105,73	111,77	119,78	122,67	131,08
Pequeno	100,00	108,90	115,14	126,82	133,81	144,99
Médio	100,00	106,38	113,11	131,76	141,72	150,15
Grande	100,00	103,34	116,21	131,67	144,21	159,67
Total	100,00	106,52	113,94	127,02	134,60	145,10
			Total			
Micro	100,00	105,75	111,38	119,05	123,04	130,89
Pequeno	100,00	108,52	112,92	122,71	130,66	139,81
Médio	100,00	109,75	113,18	123,45	133,24	138,56
Grande	100,00	116,85	123,54	135,78	154,67	164,42
Total	100,00	110,89	115,86	126,17	137,25	145,19

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.
Nota 1: Ocupações intermediárias referem-se aos segundo e terceiro grupamentos ocupacionais

Estabelecimentos potenciais exportadores não seguiram essa mesma tendência. Esses apresentaram um aumento expressivo, mais de 200%, do número de ocupados de nível ocupacional intermediário, isto é, aqueles do segundo e terceiro grupamentos.

Independentemente de sua condição de exportação, o movimento geral de crescimento do emprego mais bem qualificado deu-se mais expressivamente nos estabelecimentos de maior

porte. O grande estabelecimento apresentou-se como o maior responsável pela alteração positiva, ainda que incipiente, no perfil ocupacional da indústria brasileira nesse período.

Nos estabelecimentos não exportadores percebe-se uma situação pouco diferente. Estabelecimentos de pequeno e médio portes também se mostraram como importantes fontes de transformação do perfil ocupacional. Isso significa que, no setor não ligado ao mercado externo, a fonte de dinamismo de crescimento do emprego não necessariamente está nos estabelecimentos de grande porte. Além de maior participação no total do emprego industrial, não exportadores pequenos e médios assumiram papéis importantes, empregando pessoas com um nível relativamente maior de qualificação.

De modo geral, o emprego industrial favoreceu-se de um momento de crescimento voltado para o mercado doméstico, associado ao aumento do volume das exportações. Esse contexto proporcionou um elevado crescimento do emprego no grande estabelecimento exportador, além de incentivar um incremento de postos de trabalho nos estabelecimentos de pequeno e médio portes no setor doméstico da indústria.

3.3 A evolução do perfil ocupacional sob a ótica setorial

A análise setorial da evolução do perfil sócio ocupacional do emprego deve ter como base o fato de que quase 70% da geração de todo o emprego industrial brasileiro, entre 2003 e 2008, deu-se em cinco setores. Por ordem de importância, são eles: a indústria de produtos alimentícios, de bebidas e de álcool etílico, com 28,8%; a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, com 10,8%; a indústria metalúrgica, com 10,4%; a indústria mecânica, com 9,7%; e a indústria de materiais de transporte com 9,2%.

Os dois setores que mais empregaram durante esse período, isto é, o de alimentos e bebidas e o têxtil, também são os setores que apresentaram as menores participações de postos de trabalho mais bem qualificados. Ademais, a evolução desse indicador mostrou-se estável durante todo o período para esses dois setores.

Esses são intensivos em mão-de-obra e não exigem altos níveis de qualificação. Quando se observam as ocupações que mais cresceram no período, percebe-se que essas estão intimamente ligadas a eles. Ademais, essas ocupações se encontram na base da hierarquia

ocupacional da indústria, o que indica que o crescimento do emprego não necessariamente alterou o quadro estrutural de baixa qualificação da indústria brasileira.

A baixa participação dos grupamentos mais bem qualificados na hierarquia ocupacional apenas corrobora essa ideia. Sua evolução também aponta no sentido de manutenção do quadro de elevada diferença do perfil entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

Tabela 3.3 - Evolução da participação dos ocupados formais com perfil intermediário[1] na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo principais setores e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	29,0	27,7	27,8	29,6	28,5	29,7
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	20,7	20,9	21,5	21,8	22,5	23,3
Indústria metalúrgica	48,6	49,6	50,3	49,9	50,6	50,8
Indústria mecânica	55,2	55,8	55,2	54,6	53,9	56,2
Indústria do material de transporte	59,7	58,2	58,2	58,5	57,7	57,5
			Potenciais			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	25,6	27,7	26,1	26,2	26,6	27,7
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	21,0	20,7	20,1	21,7	21,5	23,8
Indústria metalúrgica	51,8	52,3	53,0	52,5	52,9	52,6
Indústria mecânica	53,4	54,9	53,5	53,6	52,2	53,9
Indústria do material de transporte	67,8	67,1	65,3	62,1	63,0	62,9
			Não exportadores			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	22,8	22,2	22,5	21,8	21,9	21,6
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	12,1	12,2	12,5	13,0	13,2	13,5
Indústria metalúrgica	55,0	55,7	56,0	56,3	56,8	57,6
Indústria mecânica	53,4	53,0	53,2	53,4	53,1	53,9
Indústria do material de transporte	54,3	53,1	55,3	57,0	56,5	58,1
			Total			
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	24,2	24,0	24,0	23,8	23,8	24,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	14,5	14,4	14,5	14,9	15,2	15,5
Indústria metalúrgica	52,9	53,5	54,1	54,3	54,8	55,3
Indústria mecânica	54,0	54,3	53,9	53,8	53,2	54,5
Indústria do material de transporte	59,4	58,4	58,8	58,8	58,5	58,9

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.
Nota 1: Ocupações intermediárias referem-se aos segundo e terceiro grupamentos ocupacionais

Além de esses dois setores apresentarem relativamente aos outros setores da indústria brasileira os piores indicadores, evidenciam-se evoluções diferenciadas entre os estabelecimentos segundo sua condição de exportação. Nos não exportadores houve uma diminuição na participação dos grupamentos ocupacionais intermediários no setor de alimentos e bebidas, isto é, uma queda de qualidade na situação ocupacional.

Em sentido oposto, o setor da indústria metalúrgica e o de material de transporte apresentaram os melhores resultados em termos de evolução do perfil ocupacional. Esses

admitiram relativamente mais trabalhadores do segundo e terceiro grupamentos, indicando uma melhora da situação ocupacional entre 2003 e 2008.

Apenas nesses setores, indicadores ocupacionais mostraram-se maiores para os não exportadores. Isso significa uma alteração importante e significativa que favoreceu os trabalhadores de estabelecimentos voltados ao mercado doméstico.

O crescimento econômico orientado para o mercado interno, especialmente a partir de 2004/2005, favoreceu de maneira expressiva os trabalhadores da metalurgia e dos materiais de transportes, que estão intimamente ligadas à atividade econômica e ao aumento no nível dos investimentos.

Cabe destacar, também, os elevados diferenciais no nível da participação dos trabalhadores de grupamentos ocupacionais intermediários, entre os diferentes setores da economia brasileira. Evidencia-se uma elevada heterogeneidade na indústria quanto ao perfil ocupacional.

Enquanto os setores de alimentos e o têxtil possuem uma baixa participação de pessoal mais bem qualificado, as indústrias metalúrgica, mecânica e do material do transporte mostram relativamente melhor perfil ocupacional. Isso implica no pagamento de melhores salários, empregabilidade de pessoal melhor qualificado e melhores expectativas quanto ao tempo de trabalho.

O crescimento do número de trabalhadores na base da hierarquia ocupacional e a incipiente evolução dos indicadores de qualidade do perfil das ocupações configuram o cenário vivido pela indústria desse período. Isso demonstra o alto grau de complexidade do setor industrial e evidencia o grande diferencial sócio ocupacional existente entre seus estabelecimentos, o que dificulta transformações de caráter estrutural.

3.4 A evolução do perfil ocupacional sob a ótica regional

As diferenças observadas na composição ocupacional dos estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação, refletem sobre a ótica regional. Grandes disparidades regionais podem ser percebidas quanto à participação dos grupamentos ocupacionais de melhor qualificação.

Com exceção dos estabelecimentos exportadores permanentes da Região Norte, a tendência geral é de melhora do perfil sócio ocupacional para todas as regiões do país entre 2003 e 2008, pois houve uma elevação das participações desses grupamentos no total do emprego industrial. No entanto, é nítida a grande disparidade entre as regiões brasileiras.

Tabela 3.4 - Evolução da participação dos ocupados formais com perfil intermediário[1] na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação e regiões geográficas Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
Norte	38,6	33,2	33,9	35,8	34,9	36,1
Nordeste	24,5	23,7	24,7	24,4	24,9	25,3
Sudeste	44,1	44,9	45,4	45,7	46,1	46,8
Sul	38,0	39,9	39,7	40,2	41,1	42,2
Centro-Oeste	41,1	32,0	32,2	41,7	44,8	44,6
Total	40,4	40,8	41,1	41,7	42,2	43,1
			Potenciais			
Norte	34,4	35,5	34,4	37,0	34,4	38,7
Nordeste	21,5	22,7	21,5	22,9	21,1	21,2
Sudeste	42,8	44,0	42,9	43,6	45,0	45,6
Sul	34,4	36,7	36,9	36,1	37,6	40,1
Centro-Oeste	30,3	28,2	24,3	24,5	27,8	31,6
Total	36,8	38,0	37,0	37,7	38,7	40,0
			Não exportadores			
Norte	29,0	26,8	27,4	29,4	29,7	31,4
Nordeste	24,3	23,8	23,9	24,0	24,5	25,5
Sudeste	33,3	32,8	33,7	34,2	34,4	35,3
Sul	28,0	28,3	28,9	29,2	29,7	30,3
Centro-Oeste	26,4	27,0	27,0	28,0	28,2	28,4
Total	30,2	29,9	30,5	31,1	31,3	32,2
			Total			
Norte	31,9	29,5	29,8	31,9	31,5	33,4
Nordeste	24,0	23,6	23,6	23,9	24,1	24,8
Sudeste	37,0	37,1	37,6	38,0	38,6	39,3
Sul	31,4	32,4	32,8	32,9	33,6	34,5
Centro-Oeste	28,2	27,6	27,1	28,7	29,4	30,0
Total	33,3	33,4	33,7	34,2	34,7	35,5

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Nota 1: Ocupações intermediárias referem-se aos segundo e terceiro grupamentos ocupacionais

A Região Nordeste foi aquela que apresentou os menores indicadores de participação dos grupos de melhor qualificação. Além do baixo patamar, sua evolução é frágil para estabelecimentos exportadores permanentes e não exportadores. Quanto aos potenciais exportadores houve certa estagnação.

Essa região apresentou os melhores resultados quanto à criação de novos postos de trabalho, porém esse cenário não se traduziu em uma melhora de sua qualidade. O quadro desfavorável da Região Nordeste está intimamente ligado ao crescimento de empregos nos setores de alimentos e bebidas e de tecidos. Esses representam juntos 37% do total do emprego industrial da região e a maior parte de seus ocupados estão inseridos sob a pior condição ocupacional.

Em resumo, esses dois setores, por apresentarem características de baixo perfil ocupacional e de alta intensidade em mão-de-obra, determinaram e direcionaram e evolução desfavorável do perfil ocupacional da Região Nordeste, independentemente da condição de exportação dos estabelecimentos.

A Região Sudeste apresentou os melhores índices quanto ao perfil ocupacional. A indústria de alimentos dessa Região também possui um elevado peso na composição ocupacional; porém, setores como o da metalurgia, da metal-mecânica e da indústria química e de produtos farmacêuticos também aparecem com elevada importância na geração de emprego formal na indústria paulista desse período.

Diferentemente dos setores predominantes da Região Nordeste, o elevado peso de indústrias que exigem um maior nível de conhecimento, isto é, necessitam de trabalhadores mais qualificados, proporcionou uma melhor posição relativa do Sudeste no total do emprego industrial do Brasil.

Pôde-se perceber que, além de melhores indicadores, as indústrias metal-mecânica, química e metalúrgica ampliaram a participação de trabalhadores em grupamentos de melhor qualificação. No entanto, há que se fazer uma ressalva, pois o Sudeste apresentou disparidades entre os diferentes tipos de estabelecimentos, com vantagem para aqueles que possuem interação com o comércio internacional pela via das exportações.

A Região Centro-Oeste apresentou evoluções diferenciadas no crescimento do emprego de melhor qualificação entre os tipos de estabelecimentos. Enquanto exportadores permanentes tiveram uma elevada participação, não exportadores e potenciais tenderam a diminuir ou manter o nível de ocupações com algum nível de qualificação.

Certamente, o quadro da Região Centro-Oeste está associado ao crescimento elevado do número de novos estabelecimentos na Região, em especial de exportadores potenciais. A característica principal dessa Região é o elevado peso do agronegócio e, por consequência, do

setor de alimentos, que apresenta um baixo perfil ocupacional, independentemente da condição de exportação de seus estabelecimentos.

Portanto, assim como a Região Nordeste, o movimento desfavorável aos trabalhadores dessa região está associado ao crescimento do setor de alimentos, que possui um baixo perfil ocupacional.

Na Região Norte, o que se pôde constatar é o grande peso do setor de madeira e mobiliário na composição do emprego industrial da Região, com destaque para os estabelecimentos exportadores permanentes, que possuem grande parcela do emprego industrial.

Essa Região apresenta uma característica diferenciada. Há uma também elevada participação do setor de material elétrico e de comunicação que representa quase 10% de todo seu emprego industrial. Destaca-se que houve uma queda do indicador de alteração do perfil ocupacional, apontando para uma piora relativa da situação dessa Região.

Por fim, o Sul do país, assim como a Região Nordeste, apresenta uma grande participação da indústria têxtil e de alimentos no total do emprego industrial. A diferença entre essas duas regiões reside na composição do perfil das ocupações. No Sul há um maior peso dos postos de trabalho de melhor perfil, enquanto que no Nordeste os mesmos setores industriais apresentaram configurações relativamente menos favoráveis aos trabalhadores.

3.5 Características pessoais e a evolução do perfil ocupacional dos trabalhadores da indústria entre 2003 e 2008

A variável escolaridade aparece como um dos principais indicadores da evolução do perfil ocupacional sob a ótica das características individuais das pessoas que estavam ou foram empregadas entre 2003 e 2008.

Essa é uma das variáveis chaves à construção da tipologia ocupacional proposta nesse estudo. Serviu como um dos parâmetros de diferenciação dos grupamentos ocupacionais possibilitando, assim, a hierarquização desses grupos. Cabe, portanto, avaliar a evolução desse indicador para todos os grupamentos ocupacionais, bem como as diferenças entre os estabelecimentos, segundo sua condição de exportação.

Ao serem analisadas as informações de nível de escolaridade deve se ter em mente que como essa variável foi utilizada para a definição dos grupamentos, é evidente que haja uma

tendência de maior concentração de pessoas em níveis mais baixos de escolaridade nos grupamentos da base da hierarquia ocupacional.

O grupo ocupacional que representa os trabalhadores de diretoria mostrou-se favorável ao perfil ocupacional, pois houve um aumento nas participações de pessoas com nível de escolaridade elevado, isto é, no mínimo ensino médio completo. No entanto, evidenciam-se disparidades entre estabelecimentos exportadores, tanto permanentes quanto potencias, e não exportadores.

A ampliação da participação de trabalhadores com nível superior completo nos cargos de direção indica uma alteração positiva do ponto de vista ocupacional. No entanto, as diferenças entre estabelecimentos exportadores e não exportadores foram mantidas.

O segundo grupamento, que representa os cargos de supervisão e alguns técnicos, também apresentou uma maior concentração de pessoas entre os níveis de ensino médio completo e superior completo. Para esse grupamento houve uma tendência de melhora dos indicadores de escolaridade, pois se percebeu um aumento expressivo da participação de pessoas com ensino médio completo, de 31% em 2003 para 40% em 2008.

O terceiro grupamento, aquele que representa grande parcela dos novos postos de trabalho formal na indústria brasileira entre 2003 e 2008, possui um grande contingente de pessoas com níveis intermediários de escolaridade. Apesar das diferenças significativas entre exportadores e não exportadores, houve uma suave queda no hiato existente entre esses estabelecimentos.

A queda dessa disparidade, no que tange ao grupamento ocupacional intermediário, deu-se pelo crescimento relativamente mais acentuado do número de pessoas com ensino médio completo nos estabelecimentos não exportadores. Isso permitiu o aumento da participação desses trabalhadores na composição educacional, fazendo com que as desigualdades em nível de escolaridade diminuíssem segundo condição de exportação.

Tabela 3.5 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo nível de escolaridade, grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

		2003				2008			
		Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total	Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total
1°	Fundamental incompleto	2,1	2,0	5,3	3,9	1,8	1,3	2,9	2,4
	Fundamental completo	2,7	3,2	8,8	6,3	2,3	1,8	6,3	4,7
	Médio completo	15,0	17,6	23,1	20,1	12,1	14,2	24,5	20,0
	Superior completo	80,2	77,3	62,7	69,6	83,8	82,7	66,4	72,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2°	Fundamental incompleto	9,6	9,6	15,9	13,7	5,0	5,1	9,4	7,9
	Fundamental completo	12,2	11,9	17,4	15,5	8,6	8,8	14,2	12,3
	Médio completo	32,9	30,6	31,0	31,4	40,4	41,9	40,5	40,7
	Superior completo	45,3	47,9	35,6	39,4	45,9	44,2	35,9	39,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3°	Fundamental incompleto	18,3	19,0	22,5	20,9	11,5	13,4	14,1	13,4
	Fundamental completo	24,2	24,0	28,5	26,7	19,0	19,3	24,7	22,4
	Médio completo	42,6	40,5	36,3	38,6	53,0	52,0	47,5	49,6
	Superior completo	14,6	16,3	12,2	13,4	16,4	15,1	13,4	14,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
4°	Fundamental incompleto	19,8	19,5	26,0	23,9	11,4	12,7	15,3	14,1
	Fundamental completo	24,2	25,2	32,1	29,6	17,1	18,3	25,9	23,0
	Médio completo	48,8	48,3	36,0	40,2	61,3	60,1	50,6	54,2
	Superior completo	7,1	6,9	5,5	6,0	10,1	8,8	8,1	8,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5°	Fundamental incompleto	36,3	39,7	44,1	42,1	26,6	31,3	31,3	30,5
	Fundamental completo	29,9	31,5	35,2	33,7	25,2	25,9	34,2	31,5
	Médio completo	30,6	26,0	18,0	21,4	44,5	39,8	32,6	35,6
	Superior completo	1,0	1,0	0,7	0,8	2,3	1,1	0,7	1,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Fundamental incompleto	27,0	29,5	35,3	32,7	18,5	22,0	24,1	22,7
	Fundamental completo	26,6	27,6	32,4	30,5	21,4	22,1	30,0	27,1
	Médio completo	37,0	33,4	25,4	29,0	49,1	46,3	38,8	41,9
	Superior completo	8,2	8,4	5,5	6,5	10,3	8,5	6,3	7,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Mesmo aqueles grupamentos que se inserem na hierarquia ocupacional pela base, isto é, aqueles que representam as ocupações de pior qualificação, que auferem os piores rendimentos e que possuem menor expectativa de tempo de trabalho, também apresentaram uma melhora expressiva em termos de participação de pessoas com relativamente maior nível de escolaridade.

Essa melhora se deu de maneira mais expressiva nos estabelecimentos não exportadores em relação a permanentes e potenciais exportadores. Porém, percebe-se que as desigualdades entre os diversos grupamentos ocupacionais são significativas e as mudanças positivas percebidas na evolução do perfil ocupacional não foram capazes de alterar estruturalmente esse quadro.

Ademais, fica clara a dificuldade que a população com baixo nível de escolaridade possui para se inserir em ocupações com maior probabilidade de se auferir melhores rendimentos e maior estabilidade.

No entanto, o melhor resultado no sentido da diminuição das diferenças entre exportadores e não exportadores deu-se nos indicadores de escolaridade. Foi sob esse elemento que essas diferenças apresentaram uma leve redução.

Outro fator importante para se estudar as alterações no perfil ocupacional do emprego industrial diz respeito às diferenças de sexo entre os trabalhadores. As desigualdades de sexo no mercado de trabalho brasileiro, como apresentado no capítulo anterior, são um problema recorrente.

No setor industrial esse quadro se mostra ainda mais grave. A participação feminina é muito baixa em todos os níveis ocupacionais. Participações relativamente maiores de mulheres no mercado de trabalho industrial no Brasil só são vistas à medida que se descem os degraus da hierarquia ocupacional.

Tabela 3.6 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo sexo, grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

		2003				2008			
		Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total	Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total
1°	Masculino	90,2	89,2	84,0	86,4	90,2	87,1	81,6	84,4
	Feminino	9,8	10,8	16,0	13,6	9,8	12,9	18,4	15,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2°	Masculino	84,4	82,6	81,9	82,6	81,9	80,1	79,4	80,0
	Feminino	15,6	17,4	18,1	17,4	18,1	19,9	20,6	20,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3°	Masculino	76,8	74,0	70,9	72,9	74,6	72,0	69,6	71,2
	Feminino	23,2	26,0	29,1	27,1	25,4	28,0	30,4	28,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
4°	Masculino	80,1	76,9	71,0	73,6	78,1	76,4	68,9	71,9
	Feminino	19,9	23,1	29,0	26,4	21,9	23,6	31,1	28,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5°	Masculino	77,8	72,2	70,2	71,9	77,9	76,4	67,9	70,8
	Feminino	22,2	27,8	29,8	28,1	22,1	23,6	32,1	29,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Masculino	77,9	73,7	70,9	72,8	76,8	74,9	68,9	71,3
	Feminino	22,1	26,3	29,1	27,2	23,2	25,1	31,1	28,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

O lócus da maior desigualdade entre homens e mulheres no setor industrial encontra-se nos cargos de diretoria. Entre 2003 e 2008 não se observou nenhuma transformação no sentido de diminuir essa desigualdade nos estabelecimentos exportadores permanentes. Em suma, as mulheres não aumentaram sua baixa participação (9,8%) em cargos de direção.

Houve uma melhora desse quadro para exportadores potenciais e não exportadores, porém muito distante de se alcançar uma mudança estrutural dessa situação. Quanto aos outros grupamentos, há uma discreta alteração no sentido de ampliação da participação feminina, porém ainda se percebe um significativo hiato entre homens e mulheres, reiterando dessa forma o perfil desigual do mercado de trabalho brasileiro.

A maior participação feminina encontra-se no quinto grupamento ocupacional, aquele que representa ocupações de baixo perfil no setor industrial. Isso indica que mulheres continuam enfrentando uma enorme barreira para entrar no mercado de trabalho e para alcançar ocupações que garantam melhores níveis salariais e de estabilidade na indústria brasileira.

Assim como a questão da desigualdade de sexo parece ser um problema recorrente, aquela oriunda da cor da pele também se perpetua. Assim como o sexo, a cor/raça dos trabalhadores aparece como um elemento de diferenciação entre os trabalhadores do setor industrial.

A maior parcela de negros encontra-se nas ocupações de pior perfil. Sua inserção se dá pela base da hierarquia ocupacional, perpetuando o caráter discriminatório do mercado de trabalho como um todo, mas que também pode ser observado na indústria. Percebe-se a existência de uma barreira que impede a ascensão de pessoas não brancas a cargos de melhor qualificação.

Essa situação certamente está associada à questão do acesso à educação e, também, às condições sociais dessa elevada parcela da população, cuja maioria se encontra em situação de pobreza.

Assim como as mulheres, os trabalhadores não brancos, principalmente negros, possuem uma enorme dificuldade de alcançar cargos no topo da hierarquia ocupacional. A participação desses trabalhadores em cargos de diretoria é mínima, apesar de ter aumentado entre 2003 e 2008.

Essa diferença ainda é mais explícita nos estabelecimentos exportadores permanentes. Sua participação que era de apenas 4,4% dos ocupados em 2003, passou para 5,9% em 2008, um aumento inexpressivo frente ao tamanho da desigualdade observada.

Ao se olhar para os níveis mais baixos dos grupamentos ocupacionais, percebe-se que a participação de negros aumentou. No entanto, essa atingiu seu máximo em 2008, quando negros alcançaram 36,9% dos empregos nos estabelecimentos potenciais exportadores.

Quanto ao terceiro grupamento, aquele que pode ser caracterizado por ocupações de nível técnico, uma pequena tendência de melhora do perfil ocupacional pôde ser observada. Houve um aumento da participação de negros desse grupo no total do emprego industrial, independentemente da condição de exportação dos estabelecimentos.

Tabela 3.7 - Evolução da participação dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo cor/raça, grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

		2003				2008			
		Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total	Permanentes	Potenciais	Não exportadores	Total
1°	Branca	92,9	92,8	88,1	90,1	91,6	89,5	86,3	88,1
	Negra	4,4	5,2	9,8	7,7	5,9	7,4	11,5	9,5
	Outras	2,6	2,0	2,1	2,2	2,5	3,2	2,2	2,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2°	Branca	82,8	83,2	74,2	77,4	81,7	79,8	71,2	74,7
	Negra	15,6	15,0	24,6	21,2	16,9	18,9	27,4	24,0
	Outras	1,6	1,7	1,2	1,4	1,5	1,3	1,3	1,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3°	Branca	77,8	79,1	76,1	77,0	75,1	74,7	71,9	73,2
	Negra	21,2	19,8	22,7	21,9	23,9	24,2	27,1	25,8
	Outras	0,9	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
4°	Branca	77,7	76,0	72,3	73,9	74,7	72,0	68,7	70,4
	Negra	21,1	23,0	26,2	24,8	24,6	27,1	30,3	28,7
	Outras	1,2	0,9	1,4	1,3	0,8	0,9	1,0	1,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5°	Branca	73,9	69,1	69,0	69,9	66,9	62,3	64,4	64,5
	Negra	25,3	30,3	29,9	29,1	32,2	36,9	34,7	34,6
	Outras	0,7	0,6	1,1	1,0	0,9	0,7	0,9	0,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Branca	76,1	73,7	71,5	72,8	71,4	68,4	67,2	68,2
	Negra	23,0	25,4	27,3	26,2	27,7	30,7	31,8	30,9
	Outras	0,9	0,9	1,2	1,1	0,9	0,9	0,9	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Acredita-se que um país cuja maior parcela da população é negra não pode conviver com níveis de inserção tão baixos quanto os observados para a indústria brasileira. Essa questão deve ser pensada como um problema global, em que o papel do Estado assuma uma função definitiva para alterar esse quadro.

Defende-se o direcionamento da ação estatal para a ampliação dos direitos dos cidadãos, em que pese a garantia das condições mínimas de acesso à renda, educação e uma gama de serviços públicos como saúde e transporte, garantindo o mínimo necessário para a ampliação do acesso ao mercado de trabalho formal e a diminuição desse elevado nível de desigualdade.

3.6 Rotatividade, estabilidade e padrão de contratação na indústria entre 2003 e 2008

Outro elemento que certamente contribui para a explicação das mudanças no perfil sócio ocupacional dos trabalhadores da indústria brasileira do período de 2003 a 2008 é a taxa de rotatividade.

A rotatividade do setor industrial brasileiro seguiu uma tendência de aumento generalizado, como apresentado no Capítulo anterior. Para entender se essa tendência se configurou numa alteração do perfil ocupacional da indústria, procurou-se analisar a rotatividade específica dos distintos grupamentos ocupacionais.

Para isso, calcularam-se as rotatividades dos dois grupamentos ocupacionais que se contrapõem em termos de qualidade do emprego e que possuem maior peso na geração de postos de trabalho industriais desse período, isto é, o terceiro e quintos grupamentos. Sua escolha permite a avaliação da tendência da rotatividade para dois grupos diferentes, um de melhor perfil, o terceiro grupamento, e outro de pior perfil, o quinto.

A primeira constatação diz respeito à diferença de grau de rotatividade entre esses dois grupamentos. Independentemente do tipo de estabelecimento, observa-se que a rotatividade é maior no quinto grupamento, aquele de menor qualificação.

Isso indica que trabalhadores inseridos sob condições relativamente piores de qualificação e salários se encontram em situação relativamente menos favorável em termos de estabilidade.

Outra constatação refere-se aos diferenciais de rotatividade em estabelecimentos sob condições de exportação diferenciadas. Não exportadores apresentaram níveis de rotatividade maiores, indicando que a expectativa de estabilidade de trabalhadores em setores não ligados ao comércio externo é relativamente menor.

Como a evolução dos indicadores desses grupamentos direcionou-se para um aumento generalizado da rotatividade, os diferenciais entre estabelecimentos e entre grupamentos ocupacionais não se alteraram.

Tabela 3.8 - Taxa de rotatividade dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo condição de exportação e principais grupamentos ocupacionais
Brasil, 2003 - 2008

		2003	2004	2005	2006	2007	2008
Permanentes	3°	16,8	15,7	18,5	18,5	19,6	23,7
	5°	18,9	18,5	21,9	21,5	22,6	22,6
Potenciais	3°	27,6	23,6	27,3	29,0	27,0	27,9
	5°	31,8	27,2	30,0	30,7	30,5	32,4
Não exportadores	3°	27,5	26,5	28,5	28,3	29,4	31,6
	5°	32,6	31,4	33,6	33,0	34,3	36,1
Total	3°	24,8	23,2	25,6	25,9	26,5	29,2
	5°	29,9	28,3	30,8	30,5	31,6	33,9

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Em síntese, no que se refere ao indicador de rotatividade percebe-se que este é maior para os grupamentos da base da hierarquia ocupacional e, também, maior para estabelecimentos não ligados ao comércio internacional. Sua evolução não indicou uma alteração do quadro estrutural de significativas diferenças tanto entre os tipos de estabelecimentos quanto aos dois grupamentos ocupacionais qualitativamente opostos.

Sob o mesmo aspecto, isto é, quanto à estabilidade, um dos principais determinantes da dimensão qualitativa do emprego é o tempo de vínculo empregatício. Destaca-se que esse indicador foi utilizado na definição dos grupamentos ocupacionais; portanto, é natural que haja diferenças entre esses grupos. Sua evolução também tende a apresentar diferenças entre estabelecimentos em condição de exportação diferenciada.

O comportamento do tempo médio de vínculo nos estabelecimentos exportadores permanentes apresentou uma tendência de ampliação. Boa parte desse aumento deve-se ao número fixo de estabelecimentos, denominados permanentes, e no menor número relativo de demissões. Suas taxas de rotatividade mostraram-se relativamente menores, indicando que o emprego gerado nesses estabelecimentos possui um caráter relativamente mais estável. Isso corrobora a ideia de que estabelecimentos ligados ao comércio externo geram um perfil de emprego de melhor qualidade, mostrando-se mais favorável a seus trabalhadores.

A diminuição do tempo de vínculo em potenciais exportadores e não exportadores pode estar associada ao aumento expressivo de novos estabelecimentos. Esse movimento proporciona a expansão do número de ocupados, que com certeza possuem menos tempo de emprego que a

média do tempo de vínculo no ano da entrada nesses estabelecimentos, fazendo com que essa média caia.

O próprio incremento no número de trabalhadores influencia de maneira negativa o tempo de vínculo. A criação de novos postos de trabalho faz com que o tempo médio diminua. Ademais, o nascimento e a morte de estabelecimentos também provocam um efeito negativo sobre esse indicador, pois mais trabalhadores com menos tempo de emprego, faz com o valor desse indicador decline.

Tabela 3.9 - Evolução do tempo médio de vínculo, em meses, dos ocupados formais em estabelecimentos industriais segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
1°	114,4	118,2	117,0	118,8	120,5	121,3
2°	109,9	110,4	110,1	109,6	111,8	111,2
3°	70,1	68,2	70,7	72,0	71,2	72,1
4°	77,3	79,3	81,3	83,0	83,2	85,4
5°	64,2	61,8	64,6	67,1	66,8	68,6
Total	69,3	67,5	70,0	72,0	71,6	73,1
			Potenciais			
1°	90,5	92,0	92,6	82,3	84,8	79,8
2°	79,8	83,7	71,4	68,7	69,3	67,2
3°	55,1	54,2	51,1	47,6	45,0	46,1
4°	60,0	58,7	56,4	52,4	53,2	55,0
5°	47,2	45,3	44,1	44,7	42,4	44,7
Total	52,4	51,1	48,7	47,3	45,3	47,0
			Não exportadores			
1°	83,5	86,7	84,0	87,0	85,5	86,0
2°	103,4	102,3	99,7	95,8	95,5	95,3
3°	54,8	52,5	53,4	52,4	50,5	50,5
4°	48,4	47,7	48,2	48,3	46,6	48,0
5°	40,0	38,8	39,0	39,3	38,3	38,6
Total	47,0	45,4	45,9	45,7	44,4	44,8
			Total			
1°	92,2	95,6	93,8	94,4	93,5	93,2
2°	101,6	101,2	97,9	95,1	94,9	94,2
3°	58,9	57,0	57,6	56,6	54,6	54,6
4°	55,7	55,5	55,8	55,4	54,3	56,0
5°	45,5	44,0	44,5	45,0	43,9	44,4
Total	52,5	51,0	51,4	51,3	50,0	50,5

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

É importante observar que, assim como entre os distintos estabelecimentos, diferenças entre os grupamentos ocupacionais também se mostram significativas. Aqueles de melhor perfil tendem a apresentar maior grau de estabilidade.

Estabelecimentos ligados ao comércio externo apresentaram melhores resultados quanto à estabilidade. Isso, somado aos diferenciais de tempo de vínculo entre grupamentos de perfis opostos, indica que não se observaram alterações expressivas no sentido de diminuir disparidades entre estabelecimentos ou grupamentos ocupacionais.

Uma análise mais profunda do padrão de contratação e sua influência para o nível de estabilidade e do perfil ocupacional da indústria entre 2003 e 2008 exige a observação da evolução do emprego, segundo tempo de contrato dos novos empregos gerados.

Entende-se por padrão de contratação os tipos de contratos pelos quais os trabalhadores estão sendo empregados. Nesse estudo definiram-se quatro tipos de contratos classificados em quatro indicadores: INR (Indicador de Não Rotatividade); IRCD (Indicador de Rotatividade de Curta Duração); IRCMD (Indicador de Rotatividade de Curta-Média Duração); e IRMD (Indicador de Rotatividade de Média Duração) [42].

Para tanto, definiu-se como principal fonte de análise a oposição entre os dois grupamentos de maior peso na estrutura ocupacional e na geração de emprego, isto é, trabalhadores de ocupações intermediárias (terceiro grupamento) e de baixo perfil (quinto grupamento).

O estudo desses indicadores proporciona algumas conclusões a respeito da evolução da situação ocupacional dos trabalhadores industriais. Entre 2003 e 2008 ocorreu um aumento sensível das contratações temporárias na indústria brasileira. Os contratos permanentes (medidos pelo INR) perderam participação em todos os estabelecimentos, independente de sua condição de exportação.

O crescimento do número de trabalhadores empregados por contrato de curta duração intensificou a dinâmica de elevação da volatilidade do emprego industrial, a partir de 2003. Houve uma diminuição da expectativa de permanência no posto de trabalho, isto é, mais trabalhadores foram contratados por menos tempo.

As diferenças entre os estabelecimentos segundo condição de exportação são nítidas. Aqueles ligados ao comércio internacional apresentaram um melhor padrão de contratação para

[42] A definição detalhada desses indicadores está na seção sobre rotatividade do Capítulo 2.

ocupações intermediárias, isto é, aquelas de melhor perfil ocupacional relativo. Destaca-se que as contratações permanentes para o grupamento melhor posicionado mostraram-se dez pontos percentuais maiores. No entanto, houve uma diminuição generalizada da participação desse padrão de contratação independentemente da condição de exportação dos estabelecimentos.

Tabela 3.10 - Evolução de indicadores de rotatividade para os ocupados formais com perfil intermediário[1] na hierarquia ocupacional em estabelecimentos industriais, segundo condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
INR	78,4	79,3	77,0	76,8	75,8	69,3
IRCD	13,9	13,4	15,0	15,6	15,8	19,6
IRCMD	4,7	4,6	4,8	4,9	5,1	6,7
IRMD	3,0	2,7	3,1	2,7	3,3	4,4
			Potenciais			
INR	74,6	74,4	72,2	73,8	72,2	66,4
IRCD	16,3	16,4	17,8	16,8	18,5	22,3
IRCMD	5,9	5,9	6,2	5,9	5,7	7,1
IRMD	3,2	3,3	3,8	3,5	3,6	4,3
			Não exportadores			
INR	69,7	69,6	68,2	69,4	68,2	63,3
IRCD	20,2	20,5	21,7	20,9	21,9	25,2
IRCMD	6,6	6,4	6,6	6,2	6,5	7,5
IRMD	3,6	3,5	3,5	3,5	3,4	4,1
			Total			
INR	72,1	72,3	70,4	71,3	70,2	64,8
IRCD	18,4	18,4	19,9	19,3	20,2	23,8
IRCMD	6,1	6,0	6,2	6,0	6,1	7,3
IRMD	3,4	3,3	3,5	3,4	3,4	4,2

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.
Nota 1: Ocupações intermediárias referem-se aos segundo e terceiro grupamentos ocupacionais

Em síntese, persistiu a significativa diferença estrutural de estabilidade entre os distintos estabelecimentos. O padrão de contratação da indústria para ocupações melhor qualificadas apresentou uma piora, independentemente do tipo de estabelecimento.

Esse quadro mostrou-se ainda menos favorável aos trabalhadores do quinto grupamento ocupacional. Aqueles que representaram 50% de todo o crescimento do emprego nesse período e que se encontram em pior condição sócio ocupacional tiveram uma diminuição generalizada de contratações de caráter permanente.

Tabela 3.11 - Evolução de indicadores de rotatividade para os ocupados formais de baixo perfil[1] na hierarquia ocupacional , segundo condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
INR	64,3	66,8	63,6	62,8	64,9	59,3
IRCD	20,7	20,3	20,8	21,0	20,2	24,9
IRCMD	9,5	7,9	8,7	8,9	8,3	8,9
IRMD	5,6	5,0	6,9	7,4	6,6	7,0
			Potenciais			
INR	64,5	62,6	60,8	60,5	60,9	54,6
IRCD	20,3	21,3	21,9	22,7	21,0	24,5
IRCMD	8,6	8,4	9,3	8,7	9,2	9,6
IRMD	6,6	7,6	8,0	8,1	8,8	11,4
			Não Exportadores			
INR	63,5	65,0	62,9	63,7	62,6	59,1
IRCD	22,5	22,2	23,8	22,5	24,0	26,6
IRCMD	8,9	7,4	8,2	7,7	8,0	8,4
IRMD	5,1	5,5	5,1	6,0	5,4	6,0
			Total			
INR	63,7	64,9	62,7	63,1	62,7	58,5
IRCD	22,0	21,8	23,1	22,4	23,1	26,1
IRCMD	9,0	7,6	8,4	8,0	8,2	8,6
IRMD	5,3	5,7	5,7	6,5	6,0	6,8

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Nota 1: Baixo perfil refere-se à ocupações do quinto grupamento

O perfil de estabilidade dos trabalhadores de baixa qualificação é regido por contratos de curta-média e média durações. Relativamente às ocupações do terceiro grupamento, isso implica em uma situação desfavorável aos trabalhadores. No grupamento de baixo perfil ocupacional a perda de participação dos contratos permanentes no total do emprego gerado mostrou-se relativamente menor que no grupamento de ocupações intermediárias. No entanto, isso não alterou o quadro estrutural de elevada diferença no padrão de contratação.

O aumento de contratos não permanentes indicou uma diminuição na expectativa de permanência desses trabalhadores em seus postos de trabalho. Ademais, esse quadro mostrou-se relativamente menos favorável aos trabalhadores da base da hierarquia ocupacional em estabelecimentos não exportadores.

Em suma, houve uma alteração desfavorável ao perfil de contratação da indústria brasileira, independentemente da condição de exportação de seus estabelecimentos. Esse quadro também se mostrou desfavorável às ocupações de baixo perfil, que não alcançaram ganhos significativos para alterar sua situação de instabilidade do emprego entre 2003 e 2008.

3.7 A evolução dos rendimentos dos trabalhadores na indústria

Os rendimentos dos trabalhadores da indústria não apresentaram as mesmas taxas de crescimento que o volume de emprego. O aumento real dos salários ficou abaixo do aumento do estoque de trabalhadores em todo o Brasil entre 2003 e 2008. Enquanto o emprego aumentou 36%, os salários tiveram uma valorização real de apenas 15%. Esse quadro indica que a evolução do emprego não foi acompanhada com a mesma intensidade pelos ganhos reais de salários.

Essa situação fica mais nítida quando se comparam os tipos de estabelecimentos, segundo sua condição de exportação. Os potenciais exportadores apresentaram um aumento do total de postos de trabalho da ordem de 70%. Isso devido ao fato de haver uma grande entrada de novos estabelecimentos sob essa condição. Apesar de apresentarem um elevado crescimento do emprego, os rendimentos de seus trabalhadores tiveram um aumento de 11%, quase sete vezes menor.

Os exportadores permanentes apresentaram comportamento distinto, com características mais favoráveis aos trabalhadores. Além da expansão dos salários ter se mostrado relativamente superior aos estabelecimentos potenciais, esse aumento foi da mesma ordem que o crescimento do estoque de ocupados.

O maior ganho em termos reais se deu entre os trabalhadores dos estabelecimentos não exportadores. Com um aumento de 36% no total do emprego e com 16% de ganhos reais para os salários, esses estabelecimentos foram aqueles que apresentaram, ainda que baixo, o melhor desempenho no sentido de melhorar o perfil salarial do emprego formal da indústria brasileira.

A dinâmica de elevação dos rendimentos reais mostrou-se diferenciada para os grupamentos ocupacionais. Pôde-se perceber que os trabalhadores que apresentaram maiores taxas de crescimento dos salários foram aqueles em melhor posição na hierarquia ocupacional. Em média, os cargos de diretoria obtiveram ganhos reais em seus rendimentos de mais de 20%, ficando acima da média do total da indústria.

O terceiro grupamento ocupacional, responsável por mais de 30% do total do emprego gerado na indústria brasileira, apresentou a menor taxa de crescimento dos rendimentos reais. Para todos os tipos de estabelecimentos, os ganhos reais dos trabalhadores desse grupamento ficaram abaixo da média da indústria.

Tabela 3.12 - Evolução dos rendimentos médios reais dos ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
1°	100,0	106,3	114,5	110,4	122,5	119,9
2°	100,0	105,5	107,2	109,5	111,0	111,2
3°	100,0	103,5	106,7	108,5	107,9	112,0
4°	100,0	107,3	109,1	111,3	112,9	118,3
5°	100,0	104,7	105,8	109,5	111,9	115,4
Total	100,0	104,3	106,8	110,0	110,9	115,4
			Potenciais			
1°	100,0	103,0	105,6	112,0	115,0	112,6
2°	100,0	118,1	108,7	108,5	108,4	108,5
3°	100,0	107,0	102,1	101,9	102,5	102,1
4°	100,0	105,7	105,5	111,8	111,0	115,0
5°	100,0	107,5	104,5	114,8	116,9	121,7
Total	100,0	108,2	103,0	107,3	108,9	111,2
			Não exportadores			
1°	100,0	107,3	110,8	125,2	125,0	131,6
2°	100,0	101,1	106,5	112,1	109,2	115,5
3°	100,0	98,5	103,2	110,3	108,5	113,4
4°	100,0	102,0	106,3	112,2	110,1	120,6
5°	100,0	102,7	105,2	112,3	113,3	116,5
Total	100,0	100,0	104,6	112,1	111,3	116,9
			Total			
1°	100,0	106,8	111,2	117,2	121,0	122,3
2°	100,0	105,8	107,1	110,8	109,5	113,0
3°	100,0	102,3	104,4	108,1	107,3	110,5
4°	100,0	104,8	107,1	111,6	111,5	119,7
5°	100,0	104,2	105,4	111,5	113,2	116,0
Total	100,0	103,2	105,3	110,4	110,8	114,9

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

Esse comportamento mais favorável aos trabalhadores do topo da hierarquia somado ao baixo desempenho dos salários do grupamento de maior crescimento do emprego, o terceiro, implicam numa situação de estagnação do perfil ocupacional e de não transformação do caráter desigual entre os salários dos trabalhadores industriais nesse período.

Se por um lado o crescimento do número de trabalhadores em ocupações mais bem posicionadas mostrou-se favorável para alterar a situação desigual dos ocupados do setor industrial, a baixa valorização real dos salários desses grupamentos em melhor posição na hierarquia ocupacional indica que essa condição estrutural não sofreu transformações significativas.

A evolução dos salários no quinto grupamento mostrou-se pouco superior à taxa de crescimento dos salários médios da indústria, corroborando a ideia de manutenção da situação ocupacional da indústria.

A evolução dos salários reais e sua importância para a qualificação do perfil ocupacional podem ser melhor entendidas pela análise da relação salarial de cada grupamento ocupacional e a média da indústria brasileira como um todo. Esse indicador possibilita a compreensão da evolução dos diferenciais de salários entre os grupamentos ao longo do período.

Tabela 3.13 - Relação entre os rendimentos médios dos ocupados formais em estabelecimentos industriais e o total da indústria, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
1°	12,6	13,0	13,7	12,6	13,9	13,2
2°	3,3	3,3	3,3	3,2	3,3	3,2
3°	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6
4°	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
5°	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Total	1,3	1,4	1,4	1,3	1,3	1,4
			Potenciais			
1°	11,3	11,3	11,4	11,5	11,8	11,1
2°	3,0	3,4	3,1	2,9	2,9	2,8
3°	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4
4°	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
5°	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Total	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,1
			Não exportadores			
1°	7,5	7,8	7,9	8,5	8,5	8,6
2°	2,5	2,4	2,5	2,5	2,4	2,5
3°	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
4°	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
5°	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Total	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9
			Total			
1°	9,4	9,8	10,0	10,0	10,3	10,0
2°	2,7	2,8	2,8	2,7	2,7	2,7
3°	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
4°	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1
5°	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6
Total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

A diferença salarial entre o topo e a base da hierarquia ocupacional é gritante. Os cargos de diretoria possuem salários em média de nove a dez vezes maiores que os trabalhadores de ocupações de baixa qualificação.

O quadro de elevada desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores industriais brasileiros acirra-se e evidencia-se pelo hiato existente entre estabelecimentos sob condições distintas de exportação. Isto é, além da alta diferenciação entre grupamentos, percebe-se que ocupações de mesmo perfil se diferenciam, em termos de rendimentos, de acordo com a forma de inserção do estabelecimento para o qual o trabalhador vende sua força de trabalho.

A título de exemplificação, um trabalhador do quinto grupamento em um estabelecimento exportador permanente aufere rendimentos 40% maiores que trabalhadores de mesmo perfil em estabelecimentos não exportadores. Isso indica que a condição do estabelecimento, isto é, se ele exporta ou não, mostra-se determinante para o quadro de diferenciação salarial que se observou na indústria brasileira desse período.

O cenário desfavorável aos trabalhadores da base da hierarquia não deu sinais de alteração. Tais diferenças salariais se perpetuaram indicando a complexidade em se alterar o quadro estruturalmente desigual do perfil salarial, mesmo num momento favorável à atividade produtiva e ao emprego industrial.

Sob qualquer condição de exportação e em qualquer nível ocupacional, os rendimentos médios dos trabalhadores não alteraram sua relação com a média do total da indústria, implicando em uma manutenção desse quadro.

O que deve ser exaltado é a significativa diferença salarial entre trabalhadores de estabelecimentos exportadores e não exportadores. Isso implica em afirmar que o crescimento econômico e a expansão da atividade industrial, que contribuíram para a ampliação do emprego formal, não se mostraram capazes de transformar estruturalmente o perfil sócio- ocupacional e salarial da indústria brasileira desse período.

Outro elemento importante para corroborar e qualificar esse cenário é a participação de cada grupamento na massa de salários. Com exceção dos estabelecimentos potenciais exportadores, os cargos de diretoria apresentaram um aumento da participação no total da massa de rendimentos da indústria. Essa participação se mostrou relativamente superior nos estabelecimentos exportadores permanentes. O aumento da participação dos grupos ocupacionais

do topo da hierarquia no total da massa de rendimentos apenas reforça a ideia de que a evolução da estrutura de remuneração na indústria foi desfavorável aos trabalhadores menos qualificados.

Tabela 3.14 - Evolução da participação na massa de rendimentos dos ocupados formais em estabelecimentos industriais, segundo grupamentos ocupacionais e condição de exportação
Brasil, 2003 - 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Permanentes			
1°	2,11	1,94	2,09	2,15	2,10	2,14
2°	7,54	7,52	7,65	7,97	7,96	8,18
3°	46,51	46,79	47,39	47,33	47,34	47,96
4°	11,10	10,79	10,38	10,25	10,03	9,83
5°	32,74	32,97	32,50	32,29	32,57	31,89
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
			Potenciais			
1°	2,54	1,99	2,06	1,99	1,88	1,66
2°	7,86	8,68	8,11	7,54	7,57	7,63
3°	46,24	47,29	46,14	45,21	46,04	46,54
4°	11,98	11,40	11,53	11,76	11,68	11,16
5°	31,37	30,64	32,16	33,50	32,83	33,01
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
			Não exportadores			
1°	1,56	1,47	1,48	1,64	1,61	1,67
2°	8,76	8,47	8,99	9,01	8,87	9,37
3°	39,85	38,95	39,79	40,35	40,32	41,11
4°	11,55	11,27	11,04	10,60	10,20	9,46
5°	38,28	39,85	38,70	38,40	39,00	38,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
			Total			
1°	1,87	1,70	1,75	1,84	1,79	1,79
2°	8,27	8,23	8,45	8,49	8,39	8,75
3°	42,78	42,78	43,06	43,04	43,26	43,84
4°	11,49	11,15	10,93	10,69	10,43	9,87
5°	35,59	36,14	35,80	35,94	36,14	35,75
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS 2003 - 2008. Elaboração própria.

A elevada participação do terceiro grupamento na expansão do emprego industrial não foi acompanhada por um incremento dos salários de mesma proporção. Isso possibilitou uma evolução incipiente da massa salarial desse grupo. Apesar de possuir um perfil ocupacional relativamente melhor, os trabalhadores do terceiro grupamento não foram favorecidos pelo crescimento dos salários.

Por fim, cabe destacar que o quinto grupamento, metade do total do emprego industrial, detém aproximadamente 35% do total da massa de rendimentos. O baixo desempenho dos salários no terceiro grupamento ocupacional e a manutenção da baixa participação da base da hierarquia ocupacional na massa salarial da indústria indicam, mais uma vez, que o quadro e a situação de desigualdade estrutural ocupacional e salarial não se alteraram entre 2003 e 2008.

O balanço desse Capítulo indica que apenas os indicadores de escolaridade tiveram um desempenho significativamente favorável aos trabalhadores industriais. A evolução dos salários mostrou-se pouco expressiva. Indicadores de estabilidade apresentaram relativa deterioração. A situação de negros e mulheres, parcela da população ainda em situação desfavorável frente ao mercado de trabalho, também se mostrou incipiente, mesmo com a suave melhora de sua posição no emprego industrial.

Em síntese, a expansão da atividade industrial, em um contexto de crescimento do PIB e das exportações, não permitiu uma transformação estrutural do perfil ocupacional do emprego na indústria brasileira entre 2003 e 2008.

Conclusão

Entre 2000 e 2008, o Brasil mostrou capacidade de: ampliação da atividade econômica de maneira sustentada, gerar milhões de empregos, atenuar a desigualdade de renda corrente e iniciar o processo de superação da condição de pobreza de milhões de pessoas. Esse contexto, significativamente favorável à sociedade brasileira, pode ser entendido por dois momentos distintos. O primeiro, que se estende de 2000 a 2004, teve como principal fonte inicial de dinamismo o crescimento das exportações, que assumiram papel fundamental para a recuperação econômica após a desvalorização cambial do final de 1999, em um ambiente mundial que demandava produtos para os quais o Brasil é reconhecidamente competitivo. Esse movimento permitiu iniciar a reativação da base produtiva interna, tendo como um dos seus efeitos positivos a geração de empregos formais. O segundo momento foi marcado por uma alteração do padrão de crescimento e articulou os estímulos externos com políticas de fortalecimento do mercado doméstico. Essas foram ganhando progressiva importância na dinamização da atividade econômica, tendo a geração expressiva de postos de trabalho como uma de suas principais implicações.

O crescimento das exportações continuou a contribuir para o desempenho da economia brasileira após 2004 e diminuiu progressivamente as restrições externas à expansão, permitindo a formação de uma reserva internacional de magnitude ponderável, fundamentais para o país enfrentar o momento mais agudo da crise internacional no final de 2008.

As exportações brasileiras de produtos industrializados, sejam manufaturados ou semimanufaturados, triplicaram seu valor em dez anos. Em 2008 o Brasil exportou aproximadamente 80 bilhões de dólares a mais que em 2000 de manufaturas.

No processo de expansão da economia brasileira entre 2000 e 2008 as condições de baixa inflação, menor restrição externa e o controle das contas públicas possibilitaram ao Estado a retomada de políticas estratégicas de estimulo à produção, ao emprego e à renda nacional[43]. Essas políticas foram particularmente fortalecidas a partir de 2004, ocupando um papel central nas iniciativas do Governo Federal.

[43] Essa opção, como apresentado no Capítulo 1, foi fundamental para a superação da crise econômica e financeira internacional que eclodiu no final do ano de 2008.

Um dos mais importantes resultados percebidos pela sociedade brasileira foi a geração expressiva de empregos formais. A reativação econômica com referência na expansão da produção industrial foi marcada pela recuperação dos níveis de renda das famílias. A geração de emprego e renda associada à política de valorização do salário mínimo favoreceu, principalmente, as famílias dos estratos inferiores da pirâmide de rendimentos do país.

O ponto fundamental para a conformação desse quadro foi a reativação, por parte do Estado, das políticas industriais, sociais e redistributivas. O aumento da atividade econômica possibilitou a redução do peso da dívida pública (a relação dívida pública/PIB, que chegara a 55% no início da década, caiu para 36% em dezembro de 2008) e criou condições para o Estado retomar as iniciativas de fomento e direcionamento do crescimento econômico.

A ação estatal orientada para as políticas públicas de fortalecimento do mercado interno, em especial as de caráter distributivo, mostrou-se fundamental para dinamizar a economia. Esse processo se traduziu em uma integração de políticas públicas de crescimento que produziram uma relação virtuosa entre os efeitos do aumento das exportações e a expansão do mercado doméstico, impactando positivamente sobre o emprego, a renda e o consumo internos.

No amplo escopo das inciativas de políticas em favor da produção, do emprego e da renda, identificam-se os principais elementos que contribuíram para esse processo: o incentivo ao consumo das famílias por meio do crédito, do crescimento do emprego e do nível de renda; a política salarial de valorização real do salário mínimo que, articulada ao crescimento do emprego, sustentou o contínuo incremento da renda, com redução da desigualdade; o fortalecimento dos bancos públicos como o Banco do Brasil e o BNDES, que assumiram um papel relevante no financiamento do investimento e da produção, além da reativação da função da Caixa Econômica Federal no apoio às políticas sociais e no financiamento do desenvolvimento urbano; a manutenção dos gastos do governo com controle das contas públicas, que contribuiu tanto para o aumento da demanda efetiva como para a redução da relação dívida/PIB; a elevação da taxa de investimento público e a ampliação de políticas sociais e de transferência de renda (Bolsa Família).

A continuidade da estabilidade monetária, que se construiu ao longo dos anos 90 e se consolidou nos anos 2000, tanto em termos de baixa inflação como de controle das contas públicas, foi decisiva para a retomada da ação estatal.

A combinação de crescimento com estabilidade garantiu ao Brasil um cenário extremamente favorável do ponto de vista da geração de empregos, em especial aqueles de caráter formal. Essa geração mostrou-se suficientemente capaz de absorver o aumento da população economicamente ativa (PEA), que cresceu em ritmo menor que o emprego. O crescimento do emprego acima do crescimento da PEA garantiu, de certa forma, a incorporação de um grande contingente de pessoas ao mercado de trabalho, permitindo a diminuição das taxas de desemprego. Proporcionou, também, o incremento da massa salarial, que assumiu um papel fundamental na manutenção do consumo das famílias, um dos principais elementos de incentivo ao crescimento econômico a partir de 2004.

Destaca-se que a atividade industrial e as exportações de bens industrializados, com um ritmo de crescimento elevado, 4% a.a. e 14% a.a. respectivamente, possibilitaram a criação de aproximadamente 2,5 milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada na indústria de transformação entre 2000 e 2008.

A partir de 2003/2004, a indústria de transformação ampliou significativamente sua contribuição ao crescimento do produto interno, tanto no que se refere à capacidade de exportação quanto ao atendimento da demanda interna, aquecida pelo aumento do consumo das famílias e dos investimentos. O setor industrial mostrou-se como peça fundamental para o dinamismo econômico e possibilitou ganhos expressivos à sociedade brasileira na década de 2000.

Deve-se ter em mente que, assim como a atividade econômica e a atividade industrial apresentaram uma inflexão em seu padrão de crescimento no período pós 2004, a evolução do emprego também mostrou um comportamento diferenciado. O crescimento do emprego formal nesse período ampliou-se de maneira sensível, indicando uma alteração no ritmo e no padrão de geração de novas oportunidades ocupacionais na economia brasileira.

A geração de empregos formais no Brasil foi decisiva para a evolução extremamente favorável da massa de salários, processo que foi reforçado pela política de valorização do salário mínimo.

As características do processo de reativação da geração de emprego formal estiveram estreitamente associadas à expansão no porte dos estabelecimentos, independentemente do seu grau de inserção no comércio internacional. Isso pode ser constatado pelo aumento do tamanho

médio dos estabelecimentos do setor industrial, induzido pela expansão do número de grandes empresas.

Setores como a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a metalúrgica e a extrativa mineral foram aqueles que apresentaram maiores indicadores de crescimento do número de estabelecimentos. Isso indica que os setores intimamente ligados ao crescimento econômico ampliaram seu tamanho, tanto em número de estabelecimentos quanto em pessoal ocupado.

Em face dessas características do crescimento industrial, definiu-se o objetivo do estudo. Esse procurou explorar a contribuição dos estabelecimentos com maior inserção internacional para a evolução do emprego industrial, considerando as restrições encontradas nas bases de informações estatísticas.

A partir da análise dessas informações constatou-se um crescimento expressivo do emprego industrial entre 2002 e 2008. No entanto, observou-se a existência de diferenças estruturais entre estabelecimentos exportadores e não exportadores em termos de geração e de qualidade do emprego.

Dos mais de 10 milhões de novos postos de trabalho formal, gerados entre 2002 e 2008, 20% foram de responsabilidade da indústria de transformação (2,1 milhões), ficando atrás, apenas, do setor de serviços.

Porém, o crescimento do volume de empregos mostrou-se relativamente mais favorável aos exportadores devido ao incremento do número de novos estabelecimentos industriais, denominados potenciais exportadores.

Foi a partir de 2005 que a evolução do emprego em estabelecimentos não exportadores ampliou sua posição no mercado de trabalho industrial brasileiro. A comparação entre os diferentes estabelecimentos, no que tange à geração de emprego, mostrou que essa se deu de maneira mais rápida e forte naqueles ligados ao comércio internacional. Até 2005, comparando-se estabelecimentos permanentes e não exportadores, a geração de emprego industrial foi relativamente maior para os primeiros. De 2005 a 2008, os estabelecimentos não exportadores ampliaram sua capacidade de criação de novos postos de trabalho e ultrapassaram os exportadores permanentes.

Esse processo representou ganhos para o mercado de trabalho industrial brasileiro no período de 2002 e 2008, principalmente no que se refere à qualificação de seus trabalhadores. A tendência geral do emprego na indústria foi de alteração positiva dos níveis educacionais de seus

ocupados. Houve um aumento da participação de trabalhadores com maior nível de escolaridade. Isso significa que maior parcela dos ocupados passou a ter possibilidade de se inserir em níveis de qualificação mais elevados.

Uma pequena melhora desse quadro pôde ser percebida entre 2005 e 2008, quando estabelecimentos não exportadores apresentaram um aumento relativamente maior na participação de pessoas com nível médio completo. A diminuição das diferenças de perfil educacional entre exportadores e não exportadores não se mostrou suficiente para alterar a situação desigual dos estabelecimentos em diferentes condições de exportação.

Além de a ótica educacional ter apontado para expressivas diferenças entre os ocupados da indústria nacional, desigualdades salariais entre os trabalhadores de diferentes estabelecimentos são evidentes e não caminharam para uma alteração nesse período.

Os resultados apresentados permitem concluir que as diferenças salariais na indústria não se alteraram e se mantiveram em níveis elevados. Isso indica que, apesar de o crescimento econômico a partir de 2004 ter favorecido a recuperação do emprego e dos salários nos estabelecimentos não exportadores, a desigualdade estrutural no padrão salarial entre os estabelecimentos segundo sua condição de exportação não se modificou.

Outro ponto fundamental para qualificar esse processo refere-se à constatação de um perfil ocupacional significativamente diferenciado entre trabalhadores de estabelecimentos exportadores e não exportadores. Aqueles voltados ao comércio externo mostraram-se capaz de gerar um melhor perfil de emprego. Seus trabalhadores apresentaram melhores indicadores de escolaridade, renda e estabilidade.

É nesse sentido que se percebe a existência e a persistência de elevadas dificuldades para grande parte da população em alcançar postos de trabalho de melhor perfil. Negros, mulheres e pessoas de baixa qualificação – com baixos níveis de escolaridade – encontram-se em situação frágil no que se refere à inserção no mercado de trabalho industrial. A baixa participação desses grupos e suas condições inferiores de estabilidade e de salários configuram o quadro estrutural de desigualdade do emprego na indústria. O crescimento da economia, das exportações e da própria atividade industrial não contribuiu de maneira efetiva para alterá-lo.

Quanto ao perfil ocupacional dos trabalhadores industriais, a constatação é a mesma. Isto é, apesar de uma melhora na participação dos grupamentos intermediários da hierarquia ocupacional, grande parte desse incremento refere-se à geração de empregos de baixa-média

qualificação. Ademais, metade de todo o emprego gerado deu-se na base da hierarquia, indicando a complexidade e a prevalência da baixa qualificação no perfil ocupacional da indústria brasileira, que possui mais da metade de seus trabalhadores no quinto grupamento ocupacional, aquele com os piores indicadores de rendimento, escolaridade e estabilidade.

A tendência geral da evolução do perfil ocupacional aponta que apenas indicadores de escolaridade apresentaram um desempenho significativamente favorável para alterar esse quadro. A evolução real dos salários mostrou-se pouco expressiva. Indicadores de estabilidade apresentaram relativa deterioração. A melhoria da situação de negros e mulheres, parcela da população ainda em situação desfavorável frente ao mercado de trabalho, também se mostrou incipiente, mesmo com uma suave melhora após 2005.

A participação da massa de trabalhadores em condição menos favorável na indústria, como negros, mulheres e pessoas de baixa escolaridade, só aumenta à medida que se caminha em direção aos níveis mais baixos da hierarquia ocupacional. Esse quadro de fragilidade do mercado de trabalho industrial não deu sinais de alteração ao longo desse período.

A conclusão desse estudo é que não se observaram mudanças estruturais significativas no perfil do emprego industrial para além das que resultam da retomada do crescimento da atividade econômica, da elevação das exportações e do novo padrão econômico adotado para a ampliação do volume de empregos. Esse novo padrão, que enfatiza o mercado doméstico de consumo, proporcionou uma elevação dos níveis de emprego sem alterar estruturalmente o grau de disparidade do perfil do emprego gerado entre estabelecimentos exportadores e não exportadores.

É preciso, entretanto, ressaltar o curto período de tempo coberto pela análise. É evidente que um mercado de trabalho historicamente constituído sobre diversas condições de desigualdade como o brasileiro não poderia alterar seu perfil estruturalmente desigual em apenas quatro ou cinco anos de crescimento econômico.

Esse estudo permitiu constatar que, assim como a atividade econômica, o mercado de trabalho foi reativado com o crescimento após 2004. O volume de emprego gerado, em especial o de caráter formal, proporcionou uma expansão da população ocupada com diminuição dos níveis de desemprego, além de ampliar de maneira expressiva a renda das famílias.

Constatou-se também que não há um paradoxo entre expansão do mercado interno e crescimento das exportações para a geração de emprego. A retomada do crescimento econômico,

que se deu a partir de 2004, não se contrapôs à ampliação do volume das exportações nem à expressiva geração de emprego em estabelecimentos exportadores, que se mostraram mais favoráveis aos trabalhadores industriais nesse período.

Nesse sentido, acredita-se que ambos os setores da economia nacional, isto é, tanto o mercado interno quanto o externo devem ser incentivados. Ambos garantem uma expressiva capacidade de gerar empregos. Porém, a inserção externa parece ter efeitos positivos para o perfil da qualificação. O incentivo às exportações pode contribuir para a ampliação de novos postos de trabalho em estabelecimentos industriais ligados ao comércio internacional, que tendem a apresentar um melhor perfil ocupacional. Isso pode proporcionar ganhos de qualidade no mercado de trabalho nesse setor.

Defende-se que a política industrial brasileira deve direcionar-se no sentido de ampliação e consolidação do mercado interno sem menosprezar a importância do setor exportador para a atividade econômica e para o próprio mercado de trabalho, como apontado por esse estudo.

Apesar de não ter ocorrido uma transformação estrutural, acredita-se que o Brasil tem um grande passo a ser dado nesse sentido. A manutenção de taxas de crescimento do produto elevadas, reconhecidamente sustentadas por uma significativa dinamização industrial, deverá ter um papel fundamental para alterar o quadro estruturalmente desigual do mercado de trabalho, bem como de favorecer seu perfil de qualificação e renda.

Acredita-se que o incentivo a uma política industrial que fortaleça a estrutura produtiva, articulando estímulos à sua inserção externa com a ampliação do mercado interno, bem como a maior integração dos setores e das cadeias produtivas brasileiras, pode se traduzir na diminuição das desigualdades setoriais e regionais, bem como modificar o perfil desfavorável do mercado de trabalho industrial do ponto de vista da qualificação e da renda.

A trajetória recente da indústria brasileira, como se observou neste estudo, respalda o argumento e a expectativa positiva em relação ao futuro da indústria e de seu mercado de trabalho, indicando a possibilidade de se ampliar a inserção da população brasileira de forma estruturalmente menos desigual no mercado de trabalho, um dos principais elementos de transformação social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. G. (2010) **Como o Brasil superou a crise**. Revista Terra Magazine. São Paulo, Terça, 30 de março de 2010.

ALDENDERFER, M.S.; BLASHFIELD, R. (1984) **Cluster Analysis: Quantitative Applications in the Social Sciences**. Vol. 44, SAGE Publications, London.

ARAÚJO, T. B. O **Voto do Nordeste: para além do preconceito.** Carta Maior – Política, outubro, 2010. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17065

BAILEY, K. (1975). **Cluster Analysis. Sociological Methodology**. American Sociological Association. Vol. 6, 59-128.

BALTAR, P. A. (2009) **Estrutura do Emprego e da Renda**. In: BALTAR, P. (Coord.). Estudo Transversal - Estrutura do Emprego e da Renda. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 84 p. Relatório integrante da pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil", em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: http://www.projetopib.org/?p=documentos. Acesso em 16 out. 2009.

BARBOSA, N; SOUZA J. A. P. (2010) **A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**. In SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo, Boitempo.

BARROS, R. C.; SABÓIA, J.; KUBRUSLY, L. S. (2008) **Diferenciação Regional da Geração de Empregos Formais no Brasil no Quadriênio 2003/2006**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2007) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Volume 1, Brasília: IPEA.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2008) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Volume 2, Brasília: IPEA.

BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, E. S.; ANDRADE, D. F. (1990) **Introdução à análise de agrupamento**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9., São Paulo, 1990. Anais. São Paulo: IME/USP, 1990. 105p.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. da (2010) **Política industrial do governo Lula**, Texto para Discussão. IE/UNICAMP, número 181, julho 2010.

CARCANHOLO, M. D. (2010) **Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula.** In: Os Anos Lula - Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 109-131.

CARNEIRO, R. (2005) **Desenvolvimento e Salário Mínimo**. In BALTAR, P.; DEDECCA, C.S.; KREIN, J. D. Salário Mínimo e desenvolvimento. Campinas, SP. UNICAMP - IE.

CARNEIRO, R. (2010) **O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: Oportunidades e Riscos**. Observatório da Economia Global – no. 4 – Agosto, 2010. Disponível em: http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/pt_00000122_20100825134137.pdf

CARVALHO JUNIOR, A. M. (2005) **A política Industrial e o BNDES**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 17-28, jun.

CASTRO, I.S.B.; MOREIRA C. A. L. (2009) **Reestruturação da Indústria de Calçados na Região Nordeste nas Décadas 1990/2000**. Revista Econômica do Nordeste. Volume 40, Nº 04. Outubro – Dezembro. Fortaleza: BNB.

DE NEGRI, F.; DE NEGRI, J. A.; COELHO, D.; TURCHI, L. **Tecnologia, exportação e emprego**. In: DE NEGRI, J. A.; DE NEGRI, F. COELHO, D. (Orgs) Tecnologia, exportação e emprego. Brasília : IPEA, 2006. 533 p.

DEDECCA, C.S. (2007) **A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa**. In BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 1, Brasília: IPEA.

DEDECCA, C., JUNGBLUTH, A. e TROVÃO, C. J. B. M. (2008) **A Queda recente da Desigualdade: Relevâncias e Limites**. XXXVI Encontro Nacional da ANPEC. Salvador.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (2007) **Finance and Management in The Dynamics of Social Change (Contrasting Two Trajectories: United States And France).** Disponível em: http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2007b.pdf

EPAGRI/CEPA (2008) **As Exportações de Carnes em 2008**. Disponível em:

http://cepa.epagri.sc.gov.br/Informativos_agropecuarios/Carnes/exportacoes_carnes_2008.pdf

FIESP (2006) **Desempenho das Exportações: Até quando vai o crescimento?**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPECON) – 20/09/06 Disponível em:

http://www.fiesp.com.br/economia/pdf/crescimento_exporta%C3%A7oes.pdf

FILGUEIRAS L.; PINHEIRO B. PHILIGRET C.; BALANCO P. (2010) **Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula**. In: Os Anos Lula - Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 35-69.

FURTADO, J. (2002) **Sistematização do debate sobre Política Industrial**. In: CASTRO, A. C.(Org). Desenvolvimento em Debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro I. Volume 2. Rio de Janeiro: Mauad, BNDES.

GONÇALVES, R. (2009) **Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil**. Revista Inscrita (Rio de Janeiro), v. 8, p. 11-20.

_____ (2010) **Desempenho Macroeconômico em Perspectiva Histórica: Governo Lula (2003-10)**. In: Os Anos Lula - Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 161-179.

_____ (2010) **Análise comparativa do governo Lula: Perspectiva histórica**. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/analise_comparativa_do_governo_lula_07_junho_2010.pdf

HERMANN, J. **Sistematização do Debate Sobre "Desenvolvimento e Estabilidade" No Brasil**. In: CASTRO, A. C. (Org.). (2002). "Desenvolvimento em Debate – Painéis do Desenvolvimento Brasileiro", Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. Mauad e BNDES.

IEDI (2005) **A Diminuição da Rotatividade do Trabalho: Sinal da Modernização Industrial?** Carta IEDI n. 179, outubro de 2005. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=printerview&sid=20&infoid=1602

____ (2008A) **A Política de Desenvolvimento Produtivo**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080529_pdp.pdf>.

____ (2008B) **A Evolução da Estrutura Industrial**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf>.

IPEA (2006) **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Nota Técnica, Brasília: IPEA.

JAYME JR., F. G.; RESENDE, M. F. C. (2009) **Crescimento econômico e restrição externa: teoria e a experiência brasileira**. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Orgs). Crescimento econômico : setor externo e inflação. Volume 2. Rio de Janeiro: Ipea,.

LAPLANE, M.; SARTI, F. (2006) **Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI**. In: CARNEIRO, R. (Org.). A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula. São Paulo: Editora Unesp.

LAVINAS, L. **Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos** In: LAVINAS, L; LEÓN, F. (Coord) Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Volume I, CEPAL - SERIE Políticas sociales nº 60. Disponível em:

http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/11035/lcl1776_CapII_P.pdf

LEONE, E. T. (2001) **Participação Feminina na Região Metropolitana na Década de 90: consolidação ou precarização?.** In: XXIV Conferência Geral de População, 2001, Salvador. XXIV Conferência Geral de População, 2001.

MARKWALD, R. E PUGA, F. (2002). **Focando a política de promoção de exportações**. Texto para Discussão nº 160 FUNCEX. Disponível em: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-04.pdf

MAZZUCCHELLI, F. (2008) **A crise em perspectiva: 1929 e 2008**. Novos Estudos 82. CEBRAP, novembro.

MEDEIROS, C. A. (2005) Salário **Mínimo e Desenvolvimento Econômico.** In BALTAR, P.; DEDECCA, C.S.; KREIN, J. D. Salário Mínimo e desenvolvimento. Campinas, SP. UNICAMP - IE.

MELO, H. P. **O Trabalho industrial no feminino**. In: LAVINAS, L; LEÓN, F. (Coord) Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Volume II, CEPAL - SERIE Políticas sociales nº 60. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/11036/lcl1776_Add1_CapII_P.pdf

MOREIRA, S. V.; MILHOMEM, E. E. L. (2010) **Evolução Recente do Comércio Exterior Brasileiro com os Países do Mercosul**. IPEA, Texto Para Discussão 1466. Rio de Janeiro, janeiro de 2010.

OSBERG, L.; SHARPE, A. (2006) **New Estimates of the Index of Economic Well-being for Selected OECD Countries**, Center for the Study of Living Standards. 10e colloque de comptabilité nationale organisé par l'Association de comptabilité nationale, Paris, France.

PUGA, F. P. (2005) **A Inserção do Brasil no Comércio Mundial: O Efeito China e Potenciais de Especialização das Exportações**. Textos para Discussão 106 BNDES, Rio de Janeiro, outubro de 2005.

PUGA, F. P. (2006) **Porque crescem as exportações brasileiras**. Visão do desenvolvimento – BNDES, 20 junho de 2006, nº 1.

SABÓIA, J.M. (2008) **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda**. In BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 2, Brasília: IPEA.

_____. (2005) **Salário Mínimo e mercado de Trabalho no Brasil no Passado Recente**. In BALTAR, P.; DEDECCA, C.S.; KREIN, J. D. Salário Mínimo e desenvolvimento. Campinas, SP. UNICAMP - IE.

_____. (2001) **Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro**. Revista de Economia Contemporânea, v.5, Edição Especial, Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001, p.207-229. Disponível em:

http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/revecocontemporanea/art09JoaoSaboia.pdf

SALM, C. (2007) **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica**. In Barros, R.P; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (Orgs) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 1, Brasília: IPEA.

SANT'ANNA, A. A.; BORÇA JR., G. R.; ARAÚJO, P. Q. (2009) **Mercado de Crédito no Brasil: Evolução Recente e o Papel do BNDES (2004-2008)**. In: FERREIRA, M. R. F.; MEIRELES, B. B. Ensaios sobre economia financeira (Orgs.) Rio de Janeiro: BNDES.

SOUZA, N. J.(2005) **Desenvolvimento Econômico**. Editora Atlas: São Paulo. 5ª ed.

TROVÃO, C.J.B.M.; JUNGBLUTH, A. (2008). **Empresas exportadoras versus não-exportadoras: a geração de emprego direto formal na região Nordeste**. Leituras de Economia Política (UNICAMP), v. 14, p. 32-54, 2008.

VEIGA, P. M (2002). **O viés antiexportador: mais além da política comercial**. In: PINHEIRO, A. C., MARKWALD, R., PEREIRA, L. V. (orgs.). O desafio das exportações. BNDES.

WARD, J.H., Jr. (1963). **Hierarchical grouping to optimize an objective function**. Journal of the American Statistical Association, 58, 236-244.

WEISSHEIMER, M. A. (2006) **Bolsa família : avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo.

Apêndice Metodológico

Análise de agrupamentos: metodologia e aplicação para um estudo do emprego industrial no Brasil do século XXI

O estudo da evolução do emprego industrial no Brasil da primeira década do século XXI exige o aprofundamento de temas ligados às mudanças no perfil ocupacional dos trabalhadores. Esses temas podem ser caracterizados basicamente pela análise da questão do emprego sob três óticas: a primeira diz respeito à evolução do estoque de trabalhadores; a segunda refere-se ao comportamento da renda; e a terceira à evolução do perfil ocupacional, segundo as características pessoais de cada trabalhador.

É sobre essa terceira ótica que se concentra o esforço dessa seção. O aprofundamento das questões referentes à evolução do perfil ocupacional nesse período foi pensado a partir da caracterização de tipos específicos, ou grupos, de ocupações que pudessem representar e caracterizar os trabalhadores da indústria brasileira.

A definição e classificação desses grupos se deram a partir de uma técnica estatística chamada análise de agrupamentos (*cluster analysis*), que permite a divisão dos objetos da análise em conjuntos, isto é, forma grupamentos, cujos elementos sejam semelhantes entre si, de acordo com as diversas dimensões escolhidas para defini-los.

O foco dessa proposição metodológica de análise está no comportamento do emprego industrial tendo como referência as diversas ocupações no período de 2003 a 2008. Portanto, faz-se necessária a identificação de representantes "típicos" para tentar traçar diferentes trajetórias dos distintos perfis ocupacionais dos trabalhadores do setor industrial brasileiro.

Para execução dessa técnica, devem ser explicitados os critérios (variáveis) que permitiram definir as semelhanças entre os elementos do estudo. Destaca-se que em grande parte das vezes essas variáveis necessitam de transformações para se tornar comparáveis. É necessária, também, a escolha de um "coeficiente de similaridade" (aquele que garante a junção de elementos semelhantes) entre os objetos do estudo. Após isso, opta-se por um método de classificação desses grupamentos homogêneos. Tudo isso para que o objetivo final seja alcançado, ou seja, a avaliação e a interpretação dos resultados.

No que se refere à escolha das variáveis que definiram quão similares ou dissimilares são os grupos, optou-se por aquelas que garantiriam de modo qualitativo uma classificação hierárquica de ocupações. O objetivo é preservar certa homogeneidade interna aos grupos e uma diferenciação entre eles. Desse modo, pôde-se criar uma escala de grupamentos ocupacionais, permitindo-se avaliar o comportamento do emprego segundo os critérios de hierarquização desses grupamentos.

As variáveis que definiram essa hierarquia foram: rendimento médio, rendimento mediano, massa de rendimentos, anos de estudo e tempo de vínculo para os trabalhadores formais em estabelecimentos industriais brasileiros. Estas permitiram com que cada grupo se posicionasse de acordo com o critério de qualificação dos postos de trabalho.

De acordo com BUSSAB (1990)

> "Um conceito fundamental na utilização das técnicas de A.A. é a escolha de um critério que meça a distância entre dois objetos, ou que quantifique o quanto eles são parecidos. Esta medida será chamada de coeficiente de parecença. Cabe observar que tecnicamente pode-se dividir em duas categorias: medidas de similaridade e de dissimilaridade. Na primeira quanto menor o valor observado menos parecido (mais dissimilares) serão os objetos. Coeficiente de correlação é um exemplo de medida de similaridade, enquanto que distância euclidiana é um exemplo de dissimilaridade" (BUSSAB, 1990: 13)[44].

O "coeficiente de similaridade" utilizado para se medir o quão similares, ou dissimilares, são os grupos foi a distância euclidiana ao quadrado. Essa medida é derivada da distância euclidiana, que é utilizada para atributos quantitativos, e permite avaliar quão distante é um objeto do outro apontando sua diferenciação.

A distância euclidiana (DE) entre dois elementos, x e y, é a raiz quadrada do somatório do quadrado das diferenças entre os valores dos elementos. Esta é dada pela fórmula:

$$DE(x, y) = \sqrt{\sum_{i}^{p} (x_i - y_i)^2}$$

[44] Nessa citação o significado da sigla A. A. é Análise de Agrupamentos, e a palavra parecença será considerada como similaridade.

Uma variação dessa medida é a distância euclidiana ao quadrado (DEQ). Essa foi escolhida como parâmetro para a medição das dissimilaridades entre os grupos e é dada pela fórmula:

$$DEQ(x, y) = \sum_{i}^{p} (x_i - y_i)^2$$

Para que as variáveis pudessem ser comparadas, eliminando-se, assim, os efeitos das diferenças de escala, sua padronização era condição indispensável. Esta padronização recebe o nome de "*z-score*", em que os valores são padronizados de modo que sua média seja zero e seu desvio padrão igual a um.

Após a definição do coeficiente de similaridade e da necessidade de transformação das variáveis para que elas pudessem ser comparadas, faz-se necessária a definição de um método. Este método de agrupamento define as regras de formação dos grupos.

O escolhido foi o método de *Ward*. O modo pelo qual este método agrupa elementos se dá pela otimização da menor variância entre os grupos. Sua função de agregação é que define a hierarquia desses grupos.

A hierarquização de grupamentos pelo método de *Ward* é dada por uma função que determina a fusão de dois elementos pelo menor incremento na soma dos quadrados dos erros, isto é, um grupo, ou elemento, se junta a outro se o aumento na soma dos quadrados dos erros (SQE) for o menor possível, por esse motivo este é considerado um método de perda mínima de variância por agregação.

A função "*Error Sum of Squares*" (*ESS*), é a soma dos quadrados dos desvios em relação a um valor médio ou ao valor de um centroide, que é a média de um vetor. Sua fórmula é expressa por:

$$SQE(X) = \sum_{i=1}^{n} x_i^{\,2} - \frac{1}{n}\left(\sum_{i=1}^{N} x_i\right)^2$$

Em resumo, o objetivo do método de *Ward* é agregar os elementos estudados (nesse caso ocupações) em grupamentos, de tal forma que a variação em seu interior seja minimizada.

Portanto, os grupamentos são fundidos de maneira que se reduza a variabilidade dentro de cada grupo. Para ser mais preciso, dois elementos são agrupados se esta fusão se traduzir em um aumento marginal na soma dos erros ao quadrado.

A diferença entre cada caso dentro de um grupamento e a similaridade média é calculada e elevada ao quadrado (como no cálculo de um desvio-padrão). Por fim, a soma dos quadrados dos desvios é usada como uma medida de erro dentro de cada grupamento. Um caso só entra em um grupo se o incremento no erro for mínimo.

A execução desse método requer um grande aparato computacional e por esse motivo é que esta se deu por meio do *software* SPSS. Após o processamento das informações o software elabora um dendrograma, que consiste em uma representação gráfica dos resultados apresentados de maneira hierárquica. Esse gráfico possui a forma de uma "árvore", em que cada passo da agregação é representado pela união de dois "ramos" dessa árvore e cada ramo representa um grupamento.

Após a análise desse dendrograma, verificou-se a possibilidade de se estudar cinco grupamentos distintos, com relativa heterogeneidade entre os grupos e considerável homogeneidade em seu interior.

Por fim, como explicitado no final do segundo Capítulo, a partir das ocupações da CBO e das informações de todos os trabalhadores formais da indústria, obtidas na RAIS, definiram-se os grupamentos, identificando cada representante típico e seus elementos, que estão descritos a seguir:

A) 1º Grupamento ocupacional

Diretores gerais
Diretores de áreas de apoio

B) 2° Grupamento ocupacional

Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário
Dirigentes e administradores de organização de interesse público
Diretores de produção e operações
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, de educação,
Profissionais da biotecnologia e metrologia
Profissionais da eletromecânica
Pesquisadores
Profissionais de investigação criminal

Matemáticos, estatísticos e afins
Profissionais da informática
Físicos, químicos e afins
Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial
Biólogos e afins
Agrônomos e afins
Profissionais da medicina, saúde e afins
Outros professores de ensino não classificados anteriormente
Advogados, procuradores, tabeliões e afins
Advogados do poder judiciário e da segurança pública
Cientistas sociais, psicólogos e afins
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comércio
Membros de cultos religiosos e afins
Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos
Técnicos em construção civil, de edificações e obras de infraestrutura
Técnicos em mineralogia e geologia
Técnicos em biologia
Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento
Supervisores de vendas e de prestação de serviços
Supervisores da transformação de metais e de compósitos
Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicação
Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais
Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins
Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas
Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas
Supervisores da fabricação de celulose e papel
Supervisores da produção de utilidades
Operadores na geração e distribuição de energia e centrais hidrelétricas
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica
Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão
Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica

C) 3° Grupamento Ocupacional

Gerentes de produção e operações
Gerentes de áreas de apoio
Engenheiros, arquitetos e afins
Profissionais de organização e administração de empresas e afins
Técnicos em eletroeletrônica e fotônica
Técnicos em metal-mecânica
Técnicos das ciências administrativas
Técnicos de nível médio em operações comerciais
Técnicos de nível médio em operações industriais
Supervisores de serviços administrativos
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares adm.
Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos

Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas
Embaladores e alimentadores de produção

D) 4° Grupamento ocupacional

Chefes de pequenas populações
Profissionais da educação física
Professores de nível superior na ed. infantil e ensino fundamental
Professores do ensino médio
Professores e instrutores do ensino profissional
Professores do ensino superior
Auditores fiscais públicos
Profissionais da comunicação e da informação
Profissionais de espetáculos e das artes
Técnicos em laboratório
Técnico em ciências físicas e químicas
Técnicos em informática
Desenhistas técnicos e modelistas
Outros técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas
Técnicos da produção agropecuária
Técnicos da ciência da saúde humana
Técnicos da ciência da saúde animal
Técnicos em operação de equipamentos e instrumentos de diagnóstico
Técnicos de bioquímica e da biotecnologia
Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental
Professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante
Instrutores e professores de escolas livres
Inspetores de alunos e afins
Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial
Técnicos em transportes e logística
Técnicos de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa
Técnicos de nível médio em operações financeiras
Técnicos de serviços culturais
Técnicos em operação de câmara fotográfica, cinema e de televisão
Técnicos em operação de emissoras de rádio, sistemas de televisão
Técnicos em operação de aparelhos de sonorização, cenografia
Decoradores e vitrinistas
Artistas de artes populares e modelos
Atletas, desportistas e afins
Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios
Escriturários contábeis e de finanças
Auxiliares de serviços de biblioteca, documentação e correios
Supervisores de atendimento ao público
Caixas, bilheteiros e afins
Trabalhadores de informações ao público
Despachantes
Entrevistadores, recenseadores e afins

Supervisores dos serviços
Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo
Trabalhadores dos serviços de saúde
Outros trabalhadores de serviços diversos
Instaladores de produtos e acessórios
Vendedores a domicílio, ambulantes e em bancas
Supervisores na exploração agropecuária
Supervisores na exploração florestal e pesca
Trabalhadores da mecanização florestal
Supervisores da extração mineral e da construção civil
Montadores e ajustadores de instrumentos de precisão
Montadores e ajustadores de instrumentos musicais
Joalheiros e ourives
Supervisores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário
Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria
Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário
Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem
Operadores de robôs e equipamentos especiais
Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins
Operadores de operação unitária de laboratório transversal
Operadores de instalações de equipamentos e produção de metais e ligas
Trabalhadores da preparação de pasta de papel
Trabalhadores da fabricação de papel
Confeccionadores de produtos de papel e papelão
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
Mecânicos de manutenção veicular
Outros trabalhadores na reparação e manutenção de equipamentos
Eletricistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial
Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular
Mantenedores eletromecânicos
Outros trabalhadores da conservação e manutenção exceto trabalhado

E) 5° Grupamento ocupacional

Técnicos em necropsia e taxidermistas
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção
Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança
Vendedores e demonstradores
Produtores agropecuários em geral
Produtores agrícolas

Produtores em pecuária
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
Trabalhadores agrícolas
Trabalhadores na pecuária
Pescadores e caçadores
Extrativistas florestais
Trabalhadores da mecanização agropecuária
Trabalhadores da irrigação e drenagem
Trabalhadores da extração mineral
Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras ornamentais
Trabalhadores da construção civil e obras públicas
Trabalhadores de acabamento de obras
Ajudantes de obras
Trabalhadores de conformação de metais e de compósitos
Trabalhadores de tratamento térmico e de superfícies de metais
Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos
Montadores e instaladores de equipamentos eletroeletrônicos em geral
Vidreiros, ceramistas e afins
Trabalhadores das indústrias têxteis
Trabalhadores do tratamento de couros e peles
Trabalhadores da confecção de roupas
Trabalhadores da confecção de calçados
Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros
Trabalhadores da produção gráfica
Trabalhadores artesanais das atividades têxteis, do vestuário e das artes
Marceneiros e afins
Trabalhadores da preparação da madeira
Trabalhadores da transformação da madeira e da fabricação do mobiliário
Trabalhadores de montagem de móveis e artefatos de madeira
Trabalhadores em acabamento de madeira e de mobiliário
Trabalhadores da carpintaria veicular
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação
Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas
Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas
Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais
Trabalhadores de instalações e equipamentos de material de construção
Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção
Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas
Operadores na preparação de fumo e na fabricação de cigarros
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos
Operadores de utilidades
Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais
Trabalhadores elementares da manutenção